

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ANGELA SOARES GARCIA

**EVASÃO, ABANDONO ESCOLAR E ELEVAÇÃO DA FREQUÊNCIA EM
UMA ESCOLA DO CENTRO-OESTE MINEIRO: UM CASO DE SUCESSO NO
1º ANO DO ENSINO MÉDIO.**

JUIZ DE FORA
2020

ANGELA SOARES GARCIA

**EVASÃO, ABANDONO ESCOLAR E ELEVAÇÃO DA FREQUÊNCIA EM
UMA ESCOLA DO CENTRO-OESTE MINEIRO: UM CASO DE SUCESSO NO
1º ANO DO ENSINO MÉDIO.**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós graduação
profissional em Gestão e Avaliação
da Educação Pública da
Universidade Federal de Juiz de
Fora com requisito parcial para
obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

JUIZ DE FORA

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

GARCIA, Angela Soares.

Evasão, abandono escolar e elevação da frequência em uma escola do centro oeste mineiro : um caso de sucesso no 1º ano do ensino médio / Angela Soares GARCIA. -- 2020.

130 f.

Orientador: Luis Flávio Neubert

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2020.

1. Evasão. 2. Abandono. 3. Frequência. 4. Ensino Médio. I. Neubert, Luis Flávio, orient. II. Título.

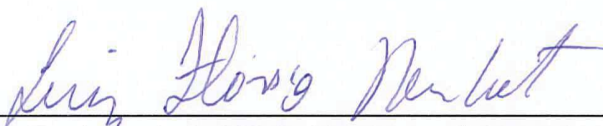
Angela Soares Garcia

Evasão, abandono escolar e elevação da frequência em uma escola do Centro-Oeste Mineiro: um caso de sucesso no 1º ano do Ensino Médio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 20 de janeiro de 2020

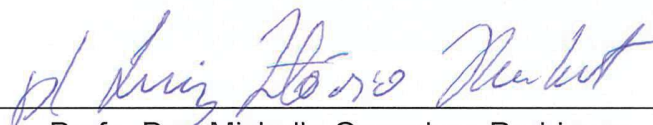
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Eduardo Magrone
Universidade Federal de Juiz de Fora



Profa. Dra. Michelle Gonçalves Rodrigues
Universidade do Estado de Minas Gerais

RESUMO

O presente estudo, desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) da Universidade Federal de Juiz de Fora, caracteriza-se como um estudo de caso que objetiva compreender as ações realizadas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos”, localizada em um município do centro-oeste mineiro, no período de 2016-2019, que culminaram na redução dos índices de evasão, abandono e infrequência entre alunos do ensino médio, com destaque aos resultados do 1º ano desta etapa educacional. A pesquisa, de caráter qualitativo e quantitativo, baseou-se na realização de análises documentais e de pesquisa de campo junto a 261 alunos matriculados nos três anos que compõe o ensino médio da instituição em questão, através da aplicação de questionários semi-estruturados e entrevistas com as responsáveis pelo acompanhamento administrativo e pedagógico da instituição. Através das análises documentais realizadas demonstrou-se a melhora dos índices de fluxo e desempenho pedagógico da escola nos últimos anos e, após conclusão da pesquisa de campo observou-se que determinadas ações realizadas apresentam impacto direto na frequência dos alunos e permanência dos mesmos na instituição destacando-se: o atendimento psicológico, semana de avaliações, possibilidade de diálogo com direção e professores, presença da família na escola, existência de projetos recuperadores, incentivo as ações propostas e coordenadas pelos alunos, entre outros. A partir do consolidado das entrevistas das responsáveis pelo acompanhamento da escola por parte da Superintendência Regional de Ensino, observou-se que ambas as servidoras destacam as ações de incentivo ao protagonismo juvenil e a gestão aberta ao diálogo como pontos de destaque da escola. Após consolidação dos dados obtidos ao longo do estudo tornou-se possível a elaboração de um Plano de Ação Educacional (PAE) que objetiva auxiliar as instituições de ensino na redução dos índices de evasão, abandono e infrequência no ensino médio, grandes desafios desta etapa educacional no país, através da replicação de ações já desenvolvidas no cotidiano da escola a qual se refere o presente e, são consideradas por seus alunos de impacto positivo em tais variáveis.

Palavras-chave: evasão, abandono, frequência, ensino médio.

ABSTRACT

The present study developed in the context of the Professional Master's degree in Management and Evaluation of the Public Education (PPGP) of the Center of Public Policies and Evaluation of the Education (CAED) of the Federal University of Judge of Out, characterizes like a case study that aims to understand the actions carried out by the State School "Monsenhor Domingos", located in a local authority of the mining western-center, along the period of 2016-2019 that, they culminated in the reduction of the rates of school dropout, evasion and infrequency between pupils of the secondary education, with distinction to the results of the 1st year of this education stage. The inquiry, of qualitative and quantitative character, was based on the realization of documentary analyses and, of field work carried out with 261 pupils enrolled in three years that composes the secondary education through the application of semi-structured questionnaires and, glimpsed with the persons in charge by the administrative and pedagogic attendance of the institution of teaching open to question. Through the fulfilled documentary analyses, it demonstrated the improvement of the rates of flow and pedagogic performance of the institution in the last years and, after realization of the field work, it ended which determined actions carried out by the entity present straight impact in the frequency of the pupils and permanence of same in the school standing out: the psychological service, week of evaluations, possibility of dialog with direction and teachers, presence of the family in the school, projects existence recuperation, I stimulate the actions proposed and coordinated by the pupils, between others. From the consolidated one of the interviews of the persons in charge for the attendance of the school for part of the Regional Bureau of Teaching, one was noticed that both servants detach the actions of incentive and the management opened to the dialog like points of distinction of the school. After analysis of the data made possible the preparation of a Plan of Education Action (PEA) that aims at the reduction of the rates of escape, desertion and infrequency in the secondary education, great challenges of this education stage in the country, through the repeat of actions already developed in the daily life of the school which tells the present to itself and, they are thought by his pupils of positive impact in such variables.

Key words: school dropout, frequency, secondary education.

LISTA DE ABREVIATURAS

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PAE	Plano de Ação Educacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação Educacional
IDEB	Índice de desenvolvimento da educação básica
MEC	Ministério da Educação
SAERJ	Sistema de avaliação educacional do Rio de Janeiro
CF	Constituição federal
PNE	Plano Nacional de Educação
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Índices de abandono/evasão na Escola Estadual “Monsenhor Domingos” no período de 2014 a 2017.....	41
Gráfico 2	Percepção das ações de caráter administrativo desempenhadas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” pelos alunos do ensino médio.....	65
Gráfico 3	Impacto das ações administrativas desenvolvidas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” na frequência diária e permanência dos alunos na unidade de ensino.....	67
Gráfico 4	Percepção das ações de caráter pedagógico desempenhadas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” pelos alunos do ensino médio.....	69
Gráfico 5	Impacto das ações pedagógicas desenvolvidas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” na frequência diária e permanência dos alunos na unidade de ensino.....	71
Gráfico 6	Percepção das ações de acolhimento desempenhadas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” pelos alunos do ensino médio.....	72
Gráfico 7	Impacto das ações pedagógicas desenvolvidas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” na frequência diária e permanência dos alunos na unidade de ensino.....	73
Gráfico 8	Percepção das ações de incentivo ao protagonismo juvenil desempenhadas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” pelos alunos do ensino médio.....	75

- Gráfico 9 Impacto das ações de incentivo ao protagonismo juvenil desenvolvidas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” na frequência diária e permanência dos alunos na unidade de ensino.....78
- Gráfico 10 Percepção das ações integração desenvolvidas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” pelos alunos do ensino médio.....79
- Gráfico 11 Impacto das ações de integração desenvolvidas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” na frequência diária e permanência dos alunos na unidade de ensino.....81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Caracterização do corpo docente da EE Monsenhor Domingos de acordo com a área de conhecimento e o vínculo funcional.....	35
Quadro 2	Indicadores contextuais mensurados pela Prova Brasil.....	36
Quadro 3	Histórico do IDEB da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” em relação ao Ensino Fundamental e Médio.....	37
Quadro 4	Resultados Globais da Escola Estadual “Monsenhor Domingos”.....	42
Quadro 5	Resultados do Ensino Fundamental da Escola Estadual “Monsenhor Domingos”.....	43
Quadro 6	Resultados do Ensino Médio da Escola Estadual “Monsenhor Domingos”.....	43
Quadro 7	Resultados do 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual “Monsenhor Domingos”.....	44
Quadro 8	Frequência dos alunos reprovados no primeiro ano do ensino médio as aulas da Escola Estadual “Monsenhor Domingos.....	44
Quadro 9	Caracterização da amostra que compõe a pesquisa de campo...55	
Quadro10	Plano de Ação para o desenvolvimento de um sistema de atendimento psicológico.....	88
Quadro 11	Plano de Ação para o estabelecimento de uma organização de atendimento.....	90

Quadro 12	Plano de Ação para o estabelecimento de reuniões periódicas com os representantes de turma.....	91
Quadro 13	Estabelecimento de um horário de planejamento coletivo.....	92
Quadro 14	Plano de Ação para o estabelecimento de momentos de reflexão sobre a prática docente e de formação continuada.....	93
Quadro 15	Plano de Ação para o estabelecimento de um sistema de apadrinhamento.....	94
Quadro 16	Plano de Ação para organização de um calendário de Avaliações (Semana de Avaliações).....	95
Quadro 17	Plano de Ação para Organização de um calendário de reunião de pais divulgado no início do ano letivo.....	96
Quadro 18	Plano de Ação para implantação do projeto “Caderno de Redação”.....	98
Quadro 19	Plano de Ação para implementação do projeto de Monitoria na semana de outubro.....	99
Quadro 20	Plano de Ação para implementação do projeto de Sistema de monitoria ao longo do ano.....	100
Quadro 21	Plano de Ação para implementação do projeto de Encaminhamento de Emprego.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Índices de evasão e abandono do ensino médio brasileiro na federação, região sudeste e em Minas Gerais nos anos de 2015 e 2016.....	28
Tabela 2	Índices de abandono do 1º ano do ensino médio brasileiro na federação, região sudeste e em Minas Gerais nos anos de 2015 e 2016.....	29
Tabela 3	Taxas de reprovação do ensino médio brasileiro na federação, região sudeste e Minas Gerais nos anos de 2015 e 2016.....	32
Tabela 4	Histórico de Resultados da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” na Prova Brasil	38
Tabela 5	Histórico de proficiência alcançado nas avaliações do Sistema Mineira de Avaliação e Equidade Escolar (SIMAVE).....	39
Tabela 6	Histórico de Resultados da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA	17
1.1 A escola pública brasileira: uma contextualização histórica	17
1.2 O ensino médio no Brasil	20
1.2.1 Resultados Gerais do Ensino Médio Brasileiro.....	20
1.3 Desafios do Ensino Médio Brasileiro	27
1.3.1 Evasão e abandono.....	27
1.3.2 Reprovação/retenção.....	30
1.3.3 Infrequência	32
1.4 A Escola Estadual “Monsenhor Domingos”	34
2. EVASÃO, ABANDONO E INFREQUÊNCIA: porque o desinteresse pela escola?	46
2.1 Causas do desligamento escolar	50
2.2 Percurso Metodológico	53
2.2.1 A Escola Estadual “Monsenhor Domingos” sob a visão do corpo docente.....	55
2.2.2 Consolidado de dados referente à “Semana da Escola em Movimento” de 2016.....	56
2.2.3 Ações implementadas após análise dos dados da Semana da Escola em Movimento.....	59
2.2.4 Consolidado de dados referente aos Itinerários Avaliativos.....	61
2.3 Síntese da análise de resultados	63
2.3.1 Pesquisa realizada com o corpo discente.....	63
2.3.2 Síntese dos dados obtidos na realização de entrevistas.....	81
2.4 Considerações sobre a pesquisa de campo	84
3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA PARA REDUÇÃO INDICES DE EVASÃO, ABANDONO E INFREQUÊNCIA NO ENSINO MÉDIO	86
3.1 Implantação de um sistema de atendimento psicológico	87
3.2 Abertura do ambiente escolar ao diálogo	89

3.3 Organização de uma Semana de Avaliações.....	95
3.4 Projetos recuperadores.....	97
3.5 Avaliação e monitoramento das ações propostas no PAE.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS.....	110
APÊNDICES.....	116
ANEXOS.....	125

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual “Monsenhor Domingos” apresenta-se como uma instituição de ensino pública estadual localizada no município de Divinópolis, centro-oeste de Minas Gerais, que atende cerca de 700 alunos matriculados no ensino fundamental e médio que iniciou em 2017 a redução/ampliação do atendimento a nível fundamental - redução das turmas de anos Iniciais e ampliação das turmas de anos finais do fundamental.

Com um corpo docente composto por 75% de servidores com estabilidade funcional (servidores efetivos), nos últimos três anos a escola desenvolveu um trabalho que culminou na diminuição dos índices de evasão e infrequência, bem como no aumento da participação das famílias no cotidiano escolar.

Em 2014 a instituição apresentou um total de 26 alunos evadidos, estando 21 matriculados no ensino médio. Já em 2017 apenas um aluno abandonou a escola e o mesmo encontrava-se matriculado no ensino fundamental. A frequência dos alunos reprovados também apresentou um aumento satisfatório, chegando a atingir casa dos 90% em 2018.

A literatura demonstra que a evasão (KOCH, HANF e LEMOS, 2005; KRAWCZYK, 2011), o abandono (AURIGLETTI, 2014) a reprovação (VASCONCELOS, 2005; MORAES, 2015; MESQUITA e LELIS, 2015; FERRARO e ROSS, 2017) e a infrequência (BURGOS *et al.*, 2014) apresentam-se como grandes problemas do ensino médio brasileiro.

O interesse pelo tema aqui abordado surge da análise dos dados de desempenho e rendimento da escola em questão que se diferem da literatura. Ao analisar o cenário do ensino médio brasileiro, deparamo-nos com relatos sobre como a evasão, o abandono e a infrequência apresentam altos índices e refletem diretamente nos resultados pedagógicos insatisfatórios desta etapa. Os dados divulgados anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), através de sua plataforma, demonstram que tais variáveis apresentam-se como um grande problema em nosso país, culminando em um fluxo escolar insatisfatório que gera conseqüências drásticas para o sistema educacional.

Na Escola Estadual “Monsenhor Domingos”, como já mencionado, após o ano de 2016 houve uma queda nos índices de infrequência, abandono e evasão, com estes dois últimos chegando a patamar zero em 2017, destacando-se o primeiro ano do ensino médio que, em análises do contexto geral brasileiro e mineiro, é a etapa que apresenta os maiores índices destas variáveis, sendo denominado por vezes de “gargalo” do ensino brasileiro. Sendo assim os resultados apresentados pela escola diferem-se do cenário nacional.

A redução da infrequência, evasão e abandono no ensino médio podem apresentar-se como medidas expressivas na melhoria do fluxo escolar e conseqüentemente, em uma elevação dos índices educacionais na última etapa da educação básica. Mas a grande questão é como reduzir as taxas de evasão, abandono e infrequência?

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo verificar quais ações desenvolvidas pela equipe gestora da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” influenciaram a redução dos índices de evasão, abandono e infrequência, com foco no primeiro ano do ensino médio, através da análise do cenário organizacional e pedagógico construído a partir do ano de 2016, momento o qual se iniciou a redução das variáveis citadas.

Para tal têm-se como objetivos específicos: descrever o contexto da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” com foco na apresentação dos índices de abandono, evasão e infrequência do primeiro ano do ensino médio; analisar as ações realizadas pela equipe gestora a partir do ano de 2016 que possam ter influenciado a redução dos índices citados; e, por fim, propor um plano educacional (PAE) que possa auxiliar a gestão escolar de outras instituições de ensino no enfrentamento dos índices de abandono e infrequência no primeiro ano do ensino médio.

Compreender os motivos que levaram a instituição de ensino da qual se trata o presente trabalho a eliminar três das quatro grandes barreiras que permeiam o ensino médio brasileiro (evasão, abandono, infrequência e reprovação) torna-se de suma importância para garantir o desenvolvimento de mecanismos que possam auxiliar outras instituições de ensino e, culminem em uma melhora sistemática da qualidade desta etapa educacional no país.

Os problemas enfrentados pela educação brasileira possuem, dentre outras, raízes sociais que para serem compreendidas dependem do conhecimento a cerca do processo de implantação do ensino público no país.

Assim, a presente dissertação encontra-se organizada em três capítulos.

O primeiro apresenta uma contextualização histórica sobre escola pública brasileira, contemplando o surgimento do ensino médio no país e, os resultados alcançados por esta etapa ao longo dos anos, destacando-se dados relativos às barreiras enfrentadas pelo mesmo (evasão, abandono, reprovação e infrequência) no que tange aos índices nacionais, da região sudeste e do estado de Minas Gerais, para uma ampla contextualização dos resultados apresentados pela escola em questão. O capítulo encerra-se com uma apresentação histórica da Escola Estadual “Monsenhor Domingos”, sua caracterização e resultados pedagógicos nos últimos sete anos, bem com as taxas de abandono, evasão, infrequência e reprovações vivenciadas nos últimos cinco anos.

A construção do capítulo 2 se dá pela apresentação de informações pautadas nos achados de Camargo e Rios (2012), Queiroz (2012) e Soares *et al.* (2015), que abordam a questão da evasão e do abandono escolar; Burgos et al. (2014), que dedica-se a analisar a infrequência escolar e; Aquino (2013), que trata sobre o papel da gestão diante da evasão e do abandono. O capítulo também apresenta o percurso metodológico da pesquisa que se caracteriza como um estudo de caso de natureza qualitativa e quantitativa, onde são utilizados dados de pesquisas bibliográficas, de campo e documentais, bem como entrevistas semi-estruturadas com servidores da Superintendência Regional de Ensino que acompanham a instituição escolar.

Com os dados obtidos, espera-se responder a questão chave deste estudo: que ações realizadas nos últimos três anos podem ter influenciado a redução dos índices de evasão, abandono e infrequência das turmas de primeiro ano do ensino médio da Escola Estadual “Monsenhor Domingos”?

De posse dos resultados é apresentado ao fim um Plano de Ação Educacional (PAE) que consiste em um conjunto de ações que podem ser aplicadas em outras instituições de ensino médio com foco na redução da evasão, do abandono e da infrequência escolar.

1. A ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

A escola pública brasileira ganha o palco das discussões políticas na década de 1930, no começo da chamada Era Vargas: com o início do processo de industrialização brasileira torna-se necessário capacitar a mão de obra para trabalhar não mais com café e pecuária, mas sim, com máquinas.

Sendo assim, o governo brasileiro diante da necessidade de capacitar o novo proletariado, traz para as discussões políticas temas como a obrigatoriedade das primeiras letras, a oferta de uma educação gratuita de obrigação do Estado, dentre outras.

No presente, pretende-se realizar uma caracterização do ensino médio brasileiro para posteriormente, discutir as ações realizadas junto a este segmento na escola em que se pauta a pesquisa. Assim, neste capítulo, apresenta-se na primeira seção uma contextualização histórica do ensino médio brasileiro, seus resultados na atualidade e barreiras que influenciam a qualidade do mesmo.

1.1 A escola pública brasileira: uma contextualização histórica

Em seu trabalho apresentado ao III Congresso Brasileiro de História da Educação, Saviani (2004) propõe a periodização da história da escola pública brasileira em duas etapas: os “antecedentes” e a “história da escola pública propriamente dita”.

A primeira etapa, segundo o autor supracitado, seria dividida em três períodos: o primeiro (1549-1759) dominado pela pedagogia jesuíta; o segundo (1759-1827) seria representado pelas “aulas régias” instituídas pela reforma pombalina; e o terceiro (1827-1890) caracterizado pelas primeiras tentativas descontínuas e intermitentes, de se organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias.

Bald e Fassini (2017) afirmam, assim como Saviani (2004), que a história do ensino no Brasil tem início pouco após a chegada dos colonizadores portugueses no país, aproximadamente 50 anos após o começo do processo

de colonização, mais precisamente em 1549, com a implantação do processo de catequização por parte dos jesuítas que ensinaram por quase dois séculos, até serem expulsos do país por Portugal.

Entre a expulsão dos jesuítas em 1759 e a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, a educação na colônia passou por um período de desagregação que, com a chegada de D. João VI, segundo Piana (2009) modificou a política educacional que o governo português adotava em relação ao Brasil. Inauguram-se neste período diversas instituições educativas e culturais e surgiram os primeiros cursos superiores de Direito, Medicina, Engenharia, mas não universidades (PIANA, 2009).

Em seus estudos Santos (2010) destaca o surgimento dos chamados *liceus*, após o Ato Adicional de 1834, que tinham como intenção munir seus discentes de conhecimento básico para a admissão no ensino superior. Os liceus foram criados nas províncias visando amenizar o pauperismo da organização e do funcionamento escolar (PIANA, 2009).

Diante desta formação de estrutura social onde uma política educacional de caráter estatal era inexistente, uma vez que a Colônia tinha um sistema educacional de elite e não havia interesse em ampliar a escolarização para atingir a classe subalterna, Piana (2009) ressalta que desde o início, o sistema educacional é organizado e estruturado de forma excludente e seletiva. Nota-se que nos primeiros tempos da história do Brasil a educação assumia, segundo Santos (2010), um caráter de distintivo social, capaz de dar *status* e, somente os descendentes das famílias aristocráticas gozavam desse privilégio.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil modificou consideravelmente o cenário da educação no país, surgindo à preocupação com a formação das elites dirigentes do território que passaria a condição de reino unido, mas, que continuaria a excluir a grande população.

A segunda etapa da história da escola pública brasileira, proposta por Saviani (2004), inicia-se em 1890, com a implantação dos grupos escolares que, correspondem à escola pública propriamente dita. Nesta etapa, o autor em questão faz distinção de três períodos: a criação das escolas primárias nos estados impulsionada pelo ideal iluminista republicano (1890-1931); a regulamentação em âmbito nacional das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando o ideário pedagógico renovador (1931-1961) e; a

unificação da regulamentação da educação nacional abrangendo as redes pública nas suas três instâncias – municipal, estadual e federal – e privada que, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista de escola (1961-2001).

Após a abolição da escravatura (1888) e a proclamação da república (1889), esperava-se que a organização de um sistema nacional de ensino ocorresse como uma consequência lógica, conforme destaca Saviani (2004). Sendo assim, ainda segundo o autor mencionado, os Estados foram quem enfrentaram a questão da difusão da instrução mediante a disseminação das escolas primárias.

No entanto, as escolas primárias continuavam a não atender a sociedade brasileira de modo geral. Somente em 1920, uma reforma conduzida por Sampaio Dória em São Paulo, procurou enfrentar o problema da educação das massas populares, como afirma Saviani (2004).

A reforma de Sampaio Dória, única dentre as várias reformas estaduais da década de 20, instituiu uma escola primária cuja primeira etapa, com duração de dois anos, seria gratuita e obrigatória para todos, tendo como objetivo garantir a universalização das primeiras letras, isto é, a alfabetização de todas as crianças em idade escolar (SAVIANI, 2004).

Infelizmente, diante de muitas críticas, a reforma em questão acabou não sendo implantada plenamente.

A modernidade e as mudanças ocorridas na sociedade brasileira na década de 1920 trouxeram a tona visões diferenciadas. A elite cultural efervescida em torno da realização da Semana da Arte Moderna levantava questionamentos sobre toda a sociedade brasileira que teriam repercussões profundas.

Para Accácio (2005), a crise da ordem oligárquica e as críticas ao caráter excludente do liberalismo, que movimentavam a sociedade no sentido mudancista, apontavam a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento na busca do ideal democrático de uma República Nova, com o Estado como centro de coesão da formação social e a educação como seu elemento desencadeador.

Desta forma, ainda segundo Accácio (2005), a discussão da modernidade e de projetos político-educativos, as visões diferenciadas das

relações Estado, sociedade e educação, as exigências da construção da nacionalidade, as alternativas de organização da cultura e da educação na sociedade civil e no Estado que desenvolvem os intelectuais da cidade, demonstram que se vivia um período importante do processo de mudança e transformação social.

No campo educacional brasileiro surgiram mudanças consideráveis, caracterizadas pelo desenho de certa democratização no ensino, principalmente em virtude de alguns fatores, entre eles, a discussão em torno da “escola ativa” de Dewey, tendo como seguidores no Brasil Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Francisco Campos (PIANA, 2009).

Desta forma, nas décadas compreendidas entre 1930 e 1960, o Brasil passou por mudanças estruturais que incidiram diretamente sobre a construção de um sistema nacional de educação pública (BITTA e BITTA, 2012), destaca-se: a Constituição Federal (CF) de 1934 que, tornava gratuito e de frequência obrigatória o ensino primário de quatro anos, abrangendo também a adultos; a CF 1937 que instituiu no Brasil o ensino profissionalizante; a CF de 1946; a promulgação em 1961 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/61).

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988, conhecida como a “constituição cidadã”, determinou que a educação no Brasil seja gratuita, de competência do Estado e, um direito de todo cidadão. Já a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira de 1996 foi à primeira lei geral da educação promulgada desde 1961 e tendo ampla repercussão sobre o sistema escolar (PIANA, 2009).

De acordo com a LDB 9394/96, o governo assume a definição da política educacional como tarefa de sua competência, descentralizando sua execução para Estados e municípios, e estende a obrigatoriedade da educação básica até o nível médio.

1.2 O ensino médio no Brasil

Quando se trata de refletir sobre o sistema educacional brasileiro, o ensino médio, segundo Krawczyk (2011), é o nível que provoca debates mais

controversos, seja pelos persistentes problemas do acesso e da permanência, seja pela qualidade da educação oferecida, ou ainda, pela discussão de sua identidade.

A cada nova divulgação dos resultados de avaliações internas e externas, seja em âmbito nacional ou mesmo mundial, os resultados obtidos pelo Brasil costumam ser, como destacam Bald e Fassini (2017), mais decepcionantes do que na edição anterior.

O ensino médio é depositário de expectativas pouco consensuais uma vez que possuem relação intrínseca com fatores como o nível socioeconômico dos estudantes, idade, status ocupacional e rendimento, como destacam Lima e Gomes (2013) em seus estudos. Tais expectativas vão desde a sua simples conclusão a esperança de ascensão sócio-econômica, sendo influenciadas pelos fatores mencionados.

A universalização tardia do ensino fundamental no Brasil é a principal razão para que o nível médio só apareça na agenda pública, com força nunca antes vista, no início do século 21 (NEUBAUER *et al.*, 2011).

Durante anos, incluindo a primeira metade do século XX, o ensino médio brasileiro ficou restrito a estabelecimentos como os liceus, nas capitais dos estados, voltados para a educação masculina e as escolas normais que visavam à educação feminina, além do Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, escolas reservadas à elite burocrática e latifundiária do país (BARBOSA, 2001 *apud* SANTOS, 2010).

As mudanças educacionais iniciadas na década de 30 no que tange ao ensino secundário, baseavam-se essencialmente em preparar os filhos dos operários para as indústrias (PIANA, 2009) e tal fato, concretiza-se no ano de 1942 com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), e em 1946, com o surgimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Em seus estudos, Neubauer *et al.* (2011) destacam os efeitos da globalização sobre as demandas não apenas de conhecimento técnicos explícitos, mas também de amplas habilidades cognitivas e características comportamentais que, ao lado das mudanças ocorridas no mundo do trabalho que colocaram em xeque os marcos de entrada na vida adulta, culminaram em

reformas educacionais com ênfase na educação continuada de competências para garantir a “empregabilidade”.

A tensão entre o ensino médio de formação geral e o profissionalizante faz parte da história deste segmento no Brasil. Com o desenvolvimento de um sistema de ensino público secundário, a Lei 5692/71 apresenta-se, segundo Neubauer e colaboradores (2011), como a medida mais expressiva e criticada que tentou resolver de maneira compulsória tal dualidade.

A Lei 5692/71 (BRASIL, 1971) determinou a instalação de um núcleo comum para o currículo de 1º e 2º graus e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais, além de incluir a educação moral e cívica e programas de saúde como matérias obrigatórias do currículo. Determinava ainda que o ensino de 2º grau teria como finalidade a habilitação profissional ou o conjunto de habilitações afins e excepcionalmente, tal segmento poderia assumir um caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais por indicação de professores e orientadores.

A legislação em questão determinava claramente que a formação especial do currículo tinha por finalidade a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho no ensino de 1º grau e, de habilitação profissional no 2º grau (BRASIL, 1971).

A LDB 9.394/96 com a pretensão, segundo Neubauer (2011), de abolir a polêmica dualidade e posterior indefinição do perfil da escola média, determinou que o ensino médio seria a etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o trabalho e cidadania.

Assim, o governo federal assume, ainda segundo Neubauer (2011), desde meados da década de 90 uma posição proativa em relação à educação básica que, tem a reforma do ensino médio caracterizada em um primeiro momento, pela separação nesse nível de ensino da educação profissional, como destaque.

Desta maneira, o ensino médio brasileiro, nos últimos 20 anos, integrando a educação básica obrigatória da população brasileira e incluído no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), infelizmente

apresenta resultados pouco satisfatórios que o fazem ainda mais foco das políticas educacionais.

Os anos finais da década de 1990 e os anos iniciais do novo século reservaram ao ensino médio uma grande turbulência estrutural e conceitual (ZIBAS, 2005) que culminaram na reforma desta etapa do ensino, expressa pela Resolução nº03/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

A resolução acima mencionada surge diante de constatações importantes em relação ao ensino médio brasileiro, destacando-se segundo Zibas (2005):

- a explosão da demanda por matrículas;
- requisitos do novo contexto produtivo;
- exigência de desenvolvimento de conhecimentos e valores para a construção de uma cidadania democrática
- exigência de aproximação entre currículo e cultura juvenil

1.2.1 Resultados Gerais do Ensino Médio Brasileiro

A permanência da alta incidência do fracasso escolar na atualidade é um desafio para a qualidade da educação (PEZZI e MARIN, 2017) e, no Brasil não é diferente.

Para Ferraro (2004) *apud* Koch *et al.* (2005?), a universalização do ensino, apesar da divulgação feita durante o governo Fernando Henrique Cardoso, ainda não foi efetivada, uma vez que não se pode considerar apenas o acesso, sendo necessário levar em conta a capacidade de permanência e conclusão dos alunos, como também a qualidade de ensino oferecida.

Puente, Longarezi e Aquino (2012) afirmavam ainda em 2012 que a efetiva universalização do acesso, permanência e sucesso escolar para todos os cidadãos no último nível da Educação Básica era ainda uma aspiração que leis, decretos, diretrizes e projetos não têm tornado realidade.

Melo (2013) destaca que embora o país tenha aumentado a universalização do ensino médio e a manutenção dos jovens por mais tempo

na escola, não há garantias de que estes realmente estejam avançando nos estudos.

Após o foco na universalização do ensino fundamental, os esforços voltaram-se para expansão do ensino médio. No entanto, o número de ingressantes nesta etapa educacional tem aumentado nos últimos anos, mas, os resultados ainda são desastrosos, como demonstram dados das avaliações externas realizadas em 2017 (SAEB): menos de 2% dos alunos egressos do ensino médio brasileiro apresentam um nível adequado de conhecimento em Língua Portuguesa, disciplina que os acompanha desde o início de sua escolarização básica (INEP, 2018).

A descontextualização do ensino fica evidente mediante o resultado citado: o ensino brasileiro não atinge níveis básicos de expectativas e, apresenta-se muito aquém da realidade dos jovens no país.

Analisando os dados da educação brasileira, o país melhorou nos últimos dois anos a taxa o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas públicas e estaduais de ensino médio: 3,4 em 2013 para 3,5 em 2015. No entanto, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018) é baixíssimo o percentual de brasileiros que, em 2017 cursavam a última etapa do ensino médio e apresentavam um conhecimento adequado em Língua Portuguesa: apenas 1,62% dos estudantes que participaram da avaliação deste componente curricular no SAEB 2017 alcançaram níveis de aprendizagem classificados como adequados pelo Ministério da Educação (MEC).

O percentual acima mencionado equivale a cerca de 20 mil estudantes do total de 1,4 milhão que participaram da avaliação citada e, na disciplina de Matemática a situação não foi muito diferente: somente 4,52% dos estudantes, cerca de 60 mil, superaram o nível “7” da escala de proficiência.

No entanto, apenas os índices de proficiência não asseguram qualidade de ensino. A produção de um índice de alto sucesso não é sinônimo de sucesso escolar propriamente dito (CARVALHO, 2001). O caso de Minas Gerais é um exemplo disso. Mesmo com bons resultados em avaliações externas o estado apresenta índices de reprovação, abandono e evasão preocupante.

A afirmação da Carvalho pode também ser exemplificada pelos estudos de Moraes (2015) que evidenciaram uma escola pública do estado do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2014, um quadro contrastante: resultados externos satisfatórios (aprovação de alunos em concursos vestibulares, desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio e, em avaliações em larga escala como o SAERJ e, resultados internos insatisfatórios (aumento dos índices de reprovação), demonstrando a mesma tendência do país.

Já em 1988, uma série de estudos publicada pelo então Ministério da Educação e do Desporto, de autoria de Barros e Mendonça, afirmava que a repetência apresenta três funções básicas: servir como uma forma de incentivo ou motivação para que os agentes envolvidos (alunos, pais e professores) dediquem os esforços necessários para que um bom desempenho escolar seja alcançado; proteger a qualidade do ensino oferecido ao aluno mediano e, proteger a qualidade do ensino oferecido aos alunos com baixo desempenho (BARROS e MENDONÇA, 1988).

Ainda segundo os autores e a obra acima mencionada, apesar dos seus potenciais efeitos positivos, a reprovação e a subsequente repetência têm uma série de efeitos negativos, entre os quais dois se destacam: a repetência emperra o fluxo educacional, elevando o custo por aluno tanto para escola quanto para a família e; têm efeitos negativos sobre a auto-estima e a motivação dos alunos, além de estigmatizá-los, favorecendo a sua discriminação na escola.

Em seus estudos, Drago e Rodrigues (2008 *apud* Ferraro e Ross, 2017), destacam que qualquer proposta de educação inclusiva tem que ser mais que a simples matrícula do indivíduo na escola comum. Ainda segundo os mesmos autores, há que dar outra lógica à escola, transformando suas práticas, suas relações interpessoais, sua formação, seus conceitos.

Para Koch *et. a.* (2005?), as escolas públicas não vêm condições para uma ação pedagógica competente para reverter à situação dos/as reprovados/as, evadidos/as e multirrepetentes. Os autores mencionados citam Perrenoud (2003, p. 12), que afirma que a escola continua muito despreparada diante dos alunos que não têm interesse “em encher a cabeça de coisas

inúteis” e que não percebem o poder e o prazer que esses saberes poderiam lhes trazer.

Para autores como Vasconcellos (2005, p.105-108), a reprovação escolar deve ser superada por apresentar-se como fator de discriminação e seleção social, sendo fator de distorção do sentido real da avaliação e não se apresentando como a melhor solução pedagógica para eventuais problemas de aprendizado. O autor destaca ainda que não é correto que o aluno acabe sendo penalizado por eventuais deficiências do processo e até mesmo sistema de ensino, além da reprovação apresentar um alto custo social.

Os sujeitos que por um motivo ou outro abandonam ou evadem-se da escola farão parte, segundo Auriglietti (2014) de um grande contingente de cidadãos com má formação educacional, com dificuldades de assumir questões fundamentais de uma vida em sociedade tanto na esfera pessoal, profissional ou no que tange à cidadania.

Diante dos relatos acima mencionados, a expansão do ensino médio iniciada nos primeiros anos da década de 1990 não pode ser caracterizada, segundo Krawczyk (2011), como um processo de universalização nem de democratização, devido às altas porcentagens de jovens que permanecem fora da escola, à tendência ao declínio do número de matrículas e a persistência de altos índices de evasão, abandono e reprovação.

Sendo assim, evasão, abandono e reprovação, apresentam-se de imediato como grandes desafios do ensino médio brasileiro, em conjunto a infrequência escolar que, por vezes pode culminar nas situações descritas anteriormente.

Tal fato é confirmado por Auriglietti (2014) em seus estudos, ao afirmar que é necessário muita atenção de educadores e especialistas da área, com ampla discussão que envolva reprovação, indisciplina, insucesso escolar, abandono, evasão e outros, a fim de romper com conceitos e tabus culturalmente acumulados e possibilitar que mais indivíduos concluam a Educação Básica.

1.3 Desafios do Ensino Médio Brasileiro

O direito a educação é garantido pela legislação brasileira. Em seu artigo 6º, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) determina que a educação é um direito social e, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos sendo, dever da família, do Estado e da sociedade assegurar o acesso da criança e do jovem a educação, conforme determina o artigo 227.

Para alguns segmentos sociais, segundo Krawczyk (2011), cursar o ensino médio é algo “quase natural”, tanto quanto se alimentar e, muitas vezes, sua motivação está bastante associada à possibilidade de recompensa, seja por parte dos pais, seja pelo ingresso na universidade.

No entanto, ainda segundo Krawczyk (2011), a questão está nos grupos sociais para os quais o ensino médio não faz parte de seu capital cultural, de sua experiência familiar e, portanto, os jovens destes grupos nem sempre são cobrados por não continuarem estudando.

O aumento das matrículas corresponde a um aumento das taxas de reprovação e a estabilidade nas taxas de abandono, indicando o desafio, já clássico, no sentido do desenvolvimento de políticas para a fixação da parcela da juventude que se aproxima da escola (MORAES; ALAVARSE, 2011 *apud* MESQUITA e LELIS, 2015).

Já a infrequência e a evasão escolar, temas comumente encarados como específicos da área da educação precisam, segundo Burgos e colaboradores (2014), ser estudados sob uma perspectiva sociológica mais abrangente que os pense como dimensão central do sistema de proteção e de garantias fundamentais das novas gerações de brasileiros.

A seção a seguir dedica-se a expor características das barreiras enfrentadas pelo ensino médio brasileiro diante dos grupos sociais os quais o mesmo não faz parte de seu capital cultural, como mencionado anteriormente.

1.3.1 Evasão e abandono

Um dos assuntos mais preocupantes na educação brasileira, segundo Silva (2016), é a evasão escolar, que ocorre, de acordo com Campos e Oliveira

(2003), citados pelo autor, quando há o abandono por tempo indeterminado ou não da escola pelo aluno.

Para Fornari (2010) evasão escolar é considerada um problema social, pois suas consequências levam o aluno à exclusão social. Para Vaz (1994) *apud* Silva (2016), a evasão escolar é uma forma de violência contra os alunos, uma violência simbólica, sutil e invisível, cujo agente é a própria escola brasileira. Já Almeida (1996), também citado por Silva (2016), afirma que a evasão escolar é uma doença crônica da escola brasileira e atinge principalmente as famílias carentes.

A evasão, que se mantém nos últimos anos, segundo Krawczyk (2011) após a política de aumento significativo da matrícula no ensino médio, aponta para uma crise de legitimidade da escola que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem estudando.

As afirmações dos autores acima mencionados acima podem ser entendidas quando analisadas as taxas de evasão e abandono do sistema público de ensino brasileiro, destacando-se também o Estado de Minas Gerais que mesmo apresentando bons resultados diante do panorama nacional, também possuiu índices alarmantes no ensino médio, em especial no primeiro ano desta etapa.

Tabela 1 - Índices de evasão e abandono do ensino médio brasileiro na federação, região sudeste e em Minas Gerais nos anos de 2015 e 2016

	Brasil	Região Sudeste	Minas Gerais
2015	7,7%	4,8%	7,5%
2016	7,4%	5,7%	7,2%

Fonte: INEP, 2018. Organizado pela própria autora.

Os dados da região sudeste, a mais desenvolvida economicamente do país, também não são diferentes, tampouco de Minas Gerais, estado que apresenta os melhores resultados em avaliações externas da região.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os últimos resultados relativos às taxas de rendimento

educacionais do país demonstram uma queda nos índices de abandono escolar, em contraste com o aumento das taxas de reprovação no ensino médio.

Dentre as três etapas que compõe o ensino médio, a primeira apresenta os piores índices como demonstrado na tabela 2.

Tabela 2 - Índices de reprovação e abandono do 1º ano do ensino médio brasileiro na federação, região sudeste e em Minas Gerais nos anos de 2015 e 2016

	Brasil	Região Sudeste	Minas Gerais
2015	9,7%	6%	8,9%
2016	9,6%	7,3%	8,8%

Fonte: INEP, 2018. Organizado pela própria autora.

Em 2015, 18% dos alunos matriculados no primeiro ano do ensino médio no Brasil foram reprovados e, este número aumentou no ano seguinte chegando a 18,7% (ver tabela 3). O total de alunos que abandonaram a escola no país em 2015, apresentou-se na casa de 9,7% e, apresentou uma redução de 0,01% em 2016, representando 9,6% do total de estudantes matriculados nesta etapa educacional.

Silva e colaboradores (2016) enfatizam que a relação entre a diminuição da taxa de abandono escolar e as políticas de assistência social, como o programa Bolsa Família, que incentivam os alunos a manterem-se na escola.

Os autores destacam ainda que para determinados alunos que não abandonam a escola está reservada a sina de não aprender o que está planejado para ele, além de, a cada ano de reprovação, acumular mais e mais déficits cognitivos (SILVA *et al.*, 2016 pág 469).

O abandono escolar, segundo Silva (2010) *apud* Silva (2016) não possui apenas uma causa e nem se pode culpar apenas a escola pela evasão escolar, pois ela é motivada por inúmeros condicionantes sociais, políticos, econômicos e culturais.

Para Verhine e Melo (2008, *apud* Silva, 2016), existem diversos motivos para o aluno não concluir o ano letivo, porém há duas principais abordagens

diferentes para as causas do abandono da escola pelos discentes: a primeira relaciona a evasão escolar com fatores externos à escola como, por exemplo, a relação familiar, as desigualdades sociais, o trabalho, as drogas, entre outros; a segunda abordagem vê como responsáveis pela não conclusão do ano letivo pelos alunos, os fatores internos à própria escola, tais como: professores despreparados, metodologias inadequadas e pouco motivadoras, escola autoritária e não atrativa.

Para Nadir Zago, é preciso valorizar também o papel do aluno no estudo da evasão, “como parte ativa do seu próprio percurso”, evitando-se adotar a perspectiva de uma “sociologia centrada unicamente nas questões das desigualdades, que reduzem o aluno a um conjunto de variáveis” (ZAGO 2000, p.21 *apud* BURGOS *et al.*, 2014).

A seguir são apresentadas informações acerca da reprovação/retenção no ensino médio brasileiro, outra barreira enfrentada por este segmento de ensino em nosso país.

1.3.2 Reprovação/retenção

Ferraro e Ross (2017) destacam que vários indivíduos, ainda que dentro do sistema de ensino, são objeto de exclusão no próprio processo de ensino através da reprovação e repetência.

Moraes e Alavarse (2011 *apud* Mesquita e Lelis (2015), afirmam com base em seus estudos, que um a cada quatro alunos que requestravam o ensino médio no ano de 2010 eram reprovados. Os autores mencionados destacam ainda que o panorama pouco avançou entre 1997 e 2010, pois, as taxas de aprovação mantiveram-se estáveis neste período.

Define-se com retenção a prática de interromper o fluxo escolar regular de uma criança ao longo de sua escolarização, retendo-a em determinada série e forçando-a a realizá-la novamente (JUNIOR e COSTA, 2017?).

Retenção, em hipótese, segundo Fait (1982) citado pelos autores acima mencionados, estaria baseada na crença de que a criança aprende mais academicamente repetindo uma série. No entanto, tal fato nunca se mostrou verdadeiro ou positivo, sejam para as crianças ou para as escolas, redes ou sistemas.

Shepard e Smith (1983) também citados nos trabalhos de Hattie, discutido por Junior e Costa (2017?) em seus estudos, afirmam que as evidências já levantadas naquela época sinalizavam que um ano a mais não produz benefício algum para o aluno retido em relação à maturidade social, auto-conceito ou atenção, ou mesmo a avaliação dos professores sobre seus resultados.

Os ganhos de acesso ao ensino fundamental ao longo dos anos de 1970 no Brasil foram anulados pela acentuada perversão do fluxo escolar, verificada logo no início dos anos de 1980 (JÚNIOR, FARIA e LIMA, 2012) e, ainda no século XXI, a situação do sistema educacional brasileira ainda depara-se com uma situação desastrosa.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) contempla em sua segunda meta a universalização do ensino fundamental de nove anos, além de afirmar que pelo menos 95% dos alunos concluam o ensino fundamental na idade correta e, ocorra à elevação da taxa líquida do ensino médio para 85%. Tais patamares dependem diretamente da melhoria do rendimento das transições escolares anteriores.

Os dados, no entanto refletem uma realidade muito aquém da almejada pelo PNE, conforme demonstram dados levantados por Junior, Montalvão e Neubert (2015) em seus estudos: em 2013 apenas 48,4% das crianças brasileiras haviam concluído o ensino fundamental aos 15 anos e, esta média, havia apresentado uma melhora de apenas 5% quando comparadas aos resultados de 2007.

Os autores, acima citados, demonstram ainda que apenas 56% dos jovens com idade entre 15 e 17 estavam no ensino médio, 16% estavam fora da escola e 28% ainda estavam retidos no ensino fundamental.

Dentre os jovens que conseguem inserir-se no ensino médio no entanto, uma grande parcela depara-se, ainda no primeiro ano do segmento, com a reprovação.

Tabela 3 - Taxas de reprovação do ensino médio brasileiro na federação, região sudeste e Minas Gerais nos anos de 2015 e 2016

	Brasil		Região Sudeste		Minas Gerais	
	Geral	1º ano EM	Geral	1º ano EM	Geral	1º ano EM
2015	12,6%	18%	12,1%	17,1%	13,2%	18,1%
2016	13,1%	18,07%	12,8%	18,4%	13,6%	19,6%

Fonte: INEP, 2017. Organizado pela própria autora.

Diferentes estudos dedicam-se a analisar a influencia de fatores externos na transposição escolar e, Silva e Souza (1986) já demonstravam a influencia das variáveis de origem social sobre as chances de progressão escolar (JUNIOR, MONT'ALVÃO e NEUBERT, 2015) ainda na década de 80.

Ao longo do artigo “Rendimento Escolar e seus determinantes”, os autores (JUNIOR, MONT'ALVÃO e NEUBERT, 2015) analisam o efeito das origens nas transições escolares na educação básica (fundamental e médio), uma vez que estas são responsáveis pelo rendimento educacional.

A passagem do ensino fundamental para o ensino médio implica, segundo Júnior, Mont'Alvão e Neubert (2015), em um reforço de alguns pontos dos padrões de seletividade que vinham declinando ao longo das transições do ensino fundamental. Segundo os autores, coeficientes de variáveis como área, gênero e renda aumentam consideravelmente na transição entre o fundamental e médio, enquanto o coeficiente para cor permanece relativamente estável nesta transição e, o coeficiente para idade e anos de estudo continuam declinando. A grande exceção é a cor cujo efeito continua aumentando até a última transição.

1.3.3 Infrequência

A infrequência é um dos muitos problemas presentes no ambiente escolar, não restrito aos educandos, mas que envolve os demais atores – professores, direção da escola, coordenação, supervisão e secretaria –, pela carência de alternativas que visam manter os alunos na escola (COSTA, GUIMARÃES e ROCHA, 2015).

A infrequência, assim como a evasão, são segundo Burgos *et al.*(2014) momentos interdependentes que costumam fazer parte de um mesmo fluxo de decisões e omissões, que resultam de uma situação que aparece como externa ou alheia à vontade do aluno, decorrente da situação familiar e da própria capacidade de gestão da escola, mas que não exclui a sua própria interveniência.

As Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB 9.394/96) reafirmam a responsabilidade do Poder Público de zelar, juntamente com os profissionais da educação e família, pela frequência dos alunos, sendo importante, por parte das instituições escolares, a conscientização das famílias sobre a responsabilidade no acompanhamento dos filhos e a prestação de informações sobre a condição da frequência escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) em seu capítulo II, art. 24, inciso VI assegura que “[...] o controle da frequência fica a cargo da escola, conforme disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para a aprovação [...]” (BRASIL, 1996). Sendo assim, para fins deste trabalho, adota-se o termo infreqüente para os alunos que não atingem a frequência mínima de 75% no período letivo.

Para Costa, Guimarães e Rocha (2015), o problema da infrequência abarca diversas causas, como problemas particulares, econômicos, familiares, dificuldades de relacionamento, de aprendizagem, desmotivação, aspectos físicos e organizacionais da escola.

A infrequência pode gerar outros problemas observados nas escolas públicas do país, como a evasão, que resulta no abandono dos estudos, uma atitude crescente por parte de alunos que por diversas razões interrompem seus estudos. Essa face demonstra a falta de alternativas para solucionar os problemas, seja pela insuficiência de informações no acompanhamento dos alunos, seja pela ausência da família na escola.

Costa, Guimarães e Rocha (2015) ressaltam a escassez de pesquisas e bibliografia sobre a problemática da infrequência dos alunos na rede pública de ensino. Isso se mostra como uma dificuldade tanto de compreensão do problema quanto da formulação de projetos para sua resolução.

Em seus estudos, Costa, Guimarães e Rocha (2015) analisaram a infrequência e alunos do ensino médio de uma escola pública estadual do Maranhão. A infrequência dos alunos envolvidos no trabalho destes autores apresentou diversas causas, como problemas relacionados: a motivação e a aprendizagem, advindos de uma estrutura escolar, nos aspectos físico, administrativo e pedagógico, que se apresentam desestimulantes para os alunos, de ordem particular como a necessidade de trabalhar em detrimento dos estudos em razão da condição financeira da família, a ausência dos pais como suporte para os desafios da vida; os dilemas e a falta de perspectivas sociais

1.4 A Escola Estadual “Monsenhor Domingos”

A instituição de ensino foco do presente estudo, localiza-se no município de Divinópolis, centro-oeste de Minas Gerais, e atende a cerca de 700 alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental e ensino médio. Mantida pelo governo de Minas Gerais, a escola em questão foi criada em vinte e cinco de março de 1964.

Verificando o acréscimo de alunos matriculados, durante os anos que se seguiram, a Diretora em exercício, providenciou a transformação das Escolas Reunidas em Grupo Escolar, passando a funcionar, a partir de 24 de agosto de 1978, em prédio próprio.

A localização da escola propicia o atendimento, desde sua instalação, de um público oriundo dos mais diversos bairros do município, uma vez que é atendida por diversas linhas de transporte coletivo. Além disso, o rápido acesso ao centro da cidade torna a instituição procurada por alunos que desenvolvem atividades laborativas ou acadêmicas complementares, como cursos profissionalizantes ou de língua estrangeira, sem a necessidade de um ônus a mais com transporte, além de pais que optam que seus filhos estudem próximo ao seu local de trabalho.

Em 11 de fevereiro de 1987, foi criada a extensão de série, de 5ª a 8ª série, conforme publicação no jornal “Minas Gerais” de 11/02/1987 e no dia 14 de fevereiro foi autorizado o funcionamento de duas turmas de 5ª série.

Em 2017 a escola iniciou um processo de extinção dos anos iniciais do Ensino Fundamental para ampliar a oferta de vagas nos Anos Finais desta etapa educacional.

Atualmente, a instituição oferece no turno matutino, vagas em dez turmas de ensino médio e, no vespertino, vagas em sete turmas de anos finais e em três dos anos iniciais do ensino fundamental, tendo do total de seus docentes, 65% de profissionais efetivos da Secretaria de Estado de Educação, distribuídos da seguinte maneira:

Quadro 1 – Caracterização do corpo docente da EE Monsenhor Domingos de acordo com a área de conhecimento e o vínculo funcional

Área de Conhecimento	Disciplina	Professores Efetivos	Professores Contratados
Linguagens	Língua Portuguesa	03	00
	Artes	01	00
	Educação Física	01	03
	Língua Estrangeira	01	00
Ciências Humanas	Historia	02	01
	Geografia	02	01
	Sociologia	00	01
	Filosofia	00	01
	Ensino Religioso	00	01
Ciências da Natureza	Física	01	00
	Química	01	01
	Biologia/Ciências	03	00
Matemática	Matemática	04	01
Total		19	10

Fonte: elaborado pela autora como base nos arquivos funcionais da instituição de ensino.

A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Prova Brasil – uma das avaliações que compõe o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realiza um diagnóstico contextual dos alunos e escolas participantes com o objetivo de produzir informações sobre o nível sócio-econômico da população

atendida pela instituição e, sobre a adequação da formação do corpo docente, desenhando assim o contexto em que cada escola desenvolve seu trabalho educativo.

Segundo o INEP (2018), o Indicador de Nível Socioeconômico e o Indicador de Adequação da Formação Docente produzem informações sobre o contexto em que cada escola desenvolve o trabalho educativo sendo que, o primeiro, possibilita, de modo geral, situar o público atendido pela escola em um estrato ou nível social, apontando o padrão de vida referente a cada um de seus níveis. Tal indicador é calculado a partir da escolaridade dos pais e da posse de bens e contratação de serviços pela família dos alunos.

Para melhor caracterizar as escolas foram criados seis grupos, de modo que, no Grupo 1, estão as escolas com nível socioeconômico mais baixo e, no Grupo 6, com nível socioeconômico mais alto (INEP, 2018).

Já o Indicador de Adequação da Formação Docente analisa a formação dos docentes que lecionam nos anos iniciais e finais do ensino fundamental bem como no ensino médio, nas escolas, apresentando o percentual de disciplinas, em cada etapa, que são ministradas por professores com formação superior de Licenciatura (ou Bacharelado com complementação pedagógica) na mesma disciplina que leciona. No caso dos anos iniciais, considera-se adicionalmente a formação em Licenciatura em Pedagogia (ou Bacharelado com complementação pedagógica).

Os dados relativos à escola de que se trata o presente estudo são apresentados a seguir, uma vez que autores como Junior, Mont'Alvão e Neubert (2015), destacam como as questões sócio-econômicas influenciam o fluxo escolar. Destaca-se que no ano de 2015 o indicador socioeconômico não foi expresso através de um número, mesmo que o boletim divulgado pelo INEP tenha mantido a classificação como sendo de 1 a 6.

Quadro 2 - Indicadores contextuais mensurados pela Prova Brasil

Ano	Nível Socioeconômico relativo aos discentes	Adequação da Formação Docente ¹		
		Anos Iniciais	Anos Finais	Ensino Médio
2011	Não houve mensuração de dados			
2013	Nível 5	80%	71,40%	-

2015	Médio Alto	100%	60,60%	-
2017	Nível 4	100%	75,50%	82,50%

Fonte: INEP, 2018. Dados organizados pela própria autora.

Os dados apresentados demonstram que a escola em questão apresenta uma clientela com nível socioeconômico mediano, tendo no ano de 2015 um nível de alunos mais favorecidos. Nota-se que a escola não possui um corpo docente com formação específica e adequada em sua totalidade, sendo a formação dos professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental a mais distante da ideal. Tal fato significa que a atuação do professor nestes casos, não é embasada por uma formação em cursos de licenciaturas específicos para a disciplina lecionada.

Outros dados importantes para a caracterização da instituição da qual se trata o presente estudo, referem-se a seu desempenho nas avaliações educacionais externas. O quadro a seguir apresenta a evolução do IDEB da escola analisada.

Quadro3 - Histórico do IDEB da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” em relação ao Ensino Fundamental e Médio.

Etapa Educacional	2009		2011		2013		2015		2017	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
Anos Iniciais	5,9	7,1	6,3	6,9	6,5	7,3	6,7	7,0	6,9	7,4
Anos Finais	4,2	4,7	4,5	5,7	4,9	5,1	5,2	4,6	5,5	5,1
Ensino Médio²	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,9

Fonte: INEP, 2018. Dados organizados pela própria autora.

¹O termo “adequação da formação docente” faz menção à formação adequada do docente em relação à disciplina e a etapa em que o mesmo leciona. Ex: professor de Língua Portuguesa possuir licenciatura em Letras – formação adequada. Se tal professor for estudante do curso de Letras ou graduado em Direito e possuir autorização para lecionar a disciplina de Língua Portuguesa é considerado com formação não adequada.

² A primeira mensuração de IDEB para o ensino médio na instituição de ensino em questão ocorreu em 2017.

Uma correlação entre os dados apresentados na tabela 4 e no quadro 6, permite-nos observar que no ano de 2015 quando a escola contava com alunos com o nível socioeconômico mais altos (médio alto) apresentou alguns dos índices mais baixos de IDEB, destacando-se o 4,6 alcançado pelos anos finais, o mais baixo da história da escola. É importante destacar que o índice de adequação da formação docente neste ano também se apresenta como o mais baixo dos Anos Finais do Ensino Fundamental: 60,60%.

Outro dado importante que se pode observar refere-se a retomado do IDEB dos anos finais em 2017 e, o aumento do índice de adequação de escolaridade do corpo docente no mesmo período. Além disso, há uma elevação do índice obtido pelos anos iniciais do ensino fundamental mesmo diante do fato dos alunos da instituição caracterizarem-se como nível 4 na escala socioeconômica.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é composto pela chamada Prova Brasil, da qual também participa a escola analisada. O histórico de resultados em tal avaliação é apresentado

Tabela 4 - Histórico de Resultados da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” na Prova Brasil

	5º ano		9º ano		3º ano	
	Ensino Fundamental		Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
2011	253,03	245,58	273,21	288,04	-	-
2013	246,11	256,48	277,20	277,50	-	-
2015	240,34	245,35	265,78	277,78	-	-
2017	251,91	255,99	272,23	277,41	282,36	289,79

Fonte: INEP, 2019. Dados organizados pela própria autora

Novamente o ano de 2015 destaca-se, apresentando os piores índices de proficiência em Língua Portuguesa, tanto para o 5º quanto para o 9º ano do ensino fundamental. Também nos resultados da Prova Brasil, a instituição de ensino em questão retomou em 2017 o aumento dos índices de proficiência, a

exceção dos resultados apresentados pelo 9º ano em Matemática que teve leve queda de 0,37 pontos em relação a 2015.

O estado de Minas Gerais possui um sistema próprio de avaliação educacional denominado Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) composto por dois programas: o Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e o de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB). A escola de que se trata o presente estudo, inserida na rede pública estadual de Minas Gerais, participa de ambos os programas e, os resultados alcançados por seus alunos mensuram o nível de aprendizado dos mesmos.

Tabela 5 - Histórico de proficiência alcançado nas avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade Escolar (SIMAVE)

Ano	PROALFA				PROEB			
	3º ano Ensino Fundamental		5º ano Ensino Fundamental		9º ano Ensino Fundamental		3º ano Ensino Médio	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
2011	-	-	229,0	245,6	266,0	282,4	293,3	302,9
2012	-	-	238,7	268,3	264,6	286,8	280,7	305,9
2013	-	-	133,9	259,1	283,0	274,2	290,1	300,4
2014	-	-	230,6	243,8	260,9	257,1	281,6	290,2
2015	593,9	-	-	-	-	-	285,3	289,4
2016	591,5	-	231,1	250,6	281,1	280,4	281,2	275,7
2017	610,0	625,6	-	-	-	-	286,5	278,0
2018	593,5	660,3	223,0	238,6	245,2	256,0	307,6	293,2

Fonte: SIMAVE, 2019. Dados organizados pela própria autora.

Faz-se importante destacar que o PROALFA passou a incluir a avaliação do conhecimento em Matemática apenas no ano de 2017 e, além disso, nos anos de 2015 e 2017, não houve aplicação das avaliações para o 5º e 9º ano

do Ensino Fundamental e razão da realização da avaliação amostral para o 7º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio.

Pode-se afirmar que o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) apresenta-se como a avaliação mais importante do ensino médio brasileiro. Mesmo diante da dicotomia ensino superior *versus* profissionalização, o Enem além de ser uma porta de entrada para o ensino superior é sim um grande mensurador do ensino ofertado ao longo da última etapa do ensino básico.

Através de dados obtidos junto a Plataforma Qedu, são apresentados a seguir na tabela 7, os resultados dos alunos da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” nas edições do ENEM de acordo com as diferentes áreas de conhecimento.

Tabela 6 - Histórico de Resultados da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Ano	Taxa de Participação*	Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Linguagens	Matemática	Redação
2011	52%	484	467	525	531	527
2012	65%	509	467	477	519	482
2013	64%	487	452	479	516	495
2014	67%	525	472	496	468	489
2015	64%	571	500	514	497	580
2016	100%	517	460	511	475	521
2017	51%	542	476	516	488	548

*Taxa de alunos que participaram dos dois dias de avaliação.

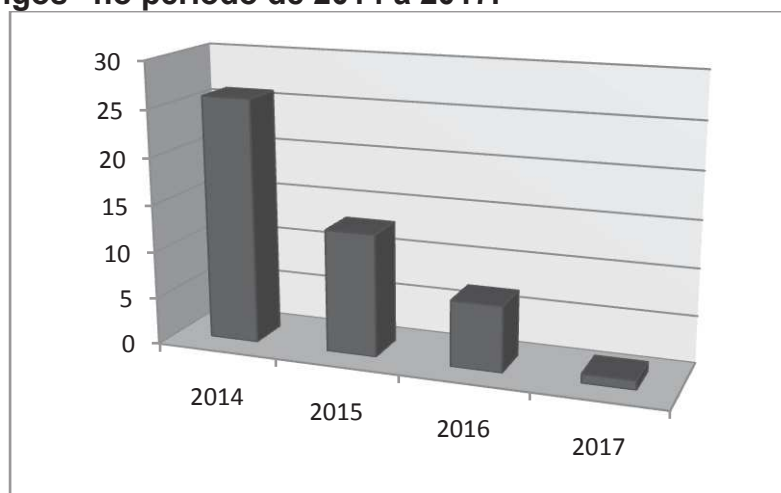
Fonte: Plataforma QEdu.org.br. Microdados do Enem/Inep, 2018. Dados organizados pela própria autora

Conhecer a escola em seus diversos aspectos auxilia na elaboração e execução de projetos que visam à melhoria da sua missão de educar e oferecer uma formação científica, tecnológica e humana. O conhecimento do ambiente escolar oferece fundamentos para a resolução das problemáticas e desafios que, ao serem superados, garantam o cumprimento do papel social da escola (COSTA, GUIMARÃES e ROCHA, 2015).

Sendo assim, além de apresentar dados referentes às avaliações externas da instituição de ensino em questão, a fim de caracterizá-la e fornecer dados que possam permitir uma real contextualização de seu cotidiano, são apresentados a seguir dados de avaliações internas da instituição.

Nos últimos dois anos, a escola vivenciou a diminuição dos índices de evasão e infrequência escolar, bem como no aumento da participação das famílias na vida escolar dos alunos. Em 2014 a instituição teve um total de 26 alunos evadidos, sendo que 21 encontravam-se no ensino médio. Já em 2017, apenas um aluno abandonou a escola e, o mesmo, encontrava-se matriculado no ensino fundamental.

Gráfico 1 – Índices de abandono/evasão na Escola Estadual “Monsenhor Domingos” no período de 2014 a 2017.



Fonte: elaborado pela própria autora com base nos dados do SIMADE, 2019.

Dados do Sistema Mineiro de Administração escolar (SIMADE) foram reunidos e apresentados a seguir, com intuito de caracterizar brevemente o panorama relativo aos índices educacionais da Escola Estadual Monsenhor Domingos e, em especial, das turmas de primeiro ano do ensino médio. Ressalta-se que a especificação deste segmento de ensino decorre da apresentação de dados mais alarmantes quanto comparado aos outros segmentos atendidos pela instituição de ensino em questão, no que refere-se aos índices de evasão/abandono, infrequência e reprovação. Os dados referem-se aos períodos letivos compreendidos entre os anos de 2014 e 2017.

Quadro 4 - Resultados Globais da Escola Estadual “Monsenhor Domingos”

Ano	Matrículas	Transferidos	Abandono/ Evasão	Progressão Parcial	Aprovados	Reprovados
2014	723	98	26	79	447	69
2015	691	101	13	54	429	89
2016	675	96	7	52	449	71
2017	723	106	1	86	434	96
2018	685	92	0	18	516	59

Fonte: SIMADE, 2019. Organizados pela própria autora.

Os dados apresentados no quadro 4 demonstram uma queda e, posterior retorno ao patamar e nova queda no número de matrículas totais da instituição de ensino no período de 2014 a 2018. Destaca-se que até dezembro de 2016, a instituição contava com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade oferecida no período noturno.

Sendo assim, uma rápida análise dos dados nos leva a concluir que o número de matrículas da escola reduziu em relação a 2014 o que, em termos absolutos é real, mas, torna-se necessário apontar a redução de um turno de atendimento em comparação com os índices de redução de matrícula. Desta forma, percebe-se que o número de alunos por turno na instituição teve um aumento significativo.

Outra consideração importante refere-se aos altos índices de transferências apresentadas. Anteriormente destacou-se a localização da instituição de ensino em questão e, o fato de que devido a esta, a mesma atende a alunos de diferentes bairros do município de Divinópolis. Sendo assim, muito alunos, em especial do ensino médio, buscam a escola com o intuito de conseguirem um emprego e deslocarem-se com maior facilidade para o mesmo. Outros, como é o caso dos alunos do ensino fundamental, são matriculados em decorrência a proximidade do emprego dos pais. Em ambos os casos há um gasto com o deslocamento dos alunos até a escola que, por vezes é responsável pela transferência dos mesmos: quando os alunos não conseguem trabalho no centro do município retornam as escolas mais próximas as suas residências ou, quando os pais não têm mais condição de

arcar com os custos das vans ou do transporte coletivo, acabam também transferindo seus filhos para as instituições de ensino dos bairros de origem.

Apresentados os dados globais da instituição, os quadros 2 e 3 apresentam os índices relativos ao fluxo escolar da por segmento de ensino.

Quadro 5 – Resultados do Ensino Fundamental da Escola Estadual “Monsenhor Domingos”

Ano	Matrículas	Transferidos	Abandono/ Evasão	Progressão Parcial	Aprovados	Reprovados
2014	361	49	5	22	265	20
2015	334	68	1	17	223	24
2016	312	36	1	5	263	7
2017	352	38	1	35	255	23
2018	343	35	0	4	286	18

Fonte: SIMADE, 2019. Dados organizados pela própria autora.

Quadro 6 – Resultados do Ensino Médio da Escola Estadual “Monsenhor Domingos”

Ano	Matrículas	Transferidos	Abandono/ Evasão	Progressão Parcial	Aprovados	Reprovados
2014	362	49	21	57	182	49
2015	357	33	12	37	206	65
2016	363	60	6	47	186	64
2017	371	68	0	51	179	73
2018	342	57	0	14	230	41

Fonte: SIMADE, 2019. Dados organizados pela autora.

Uma rápida comparação entre os quadros 4 e 5 permiti-nos observar que as taxas de abandono/evasão do ensino médio da instituição em questão são muito superiores as apresentadas pelo ensino fundamental, bem como as taxas de reprovação e transferências. Sendo o ensino médio composto por apenas três anos e o ensino fundamental por nove, destacam-se os dados referentes aos fluxo escolar deste primeiro segmento. Observando-se a o fluxo

de turmas, destaca-se que a Escola Estadual “Monsenhor Domingos” atuou, em 2016 com cinco turmas de primeiro ano do ensino médio que, no ano seguinte, originaram apenas três turmas de segundo ano.

Diante do exposto torna-se importante destacar s dados referentes ao primeiro ano do ensino médio da instituição que, conforme pode ser observado no quadro 6, apresenta os maiores índices de abandono/evasão da instituição de ensino em questão.

Quadro 7– Resultados do 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual “Monsenhor Domingos”

Ano	Matrículas	Transferidos	Abandono/ Evasão	Progressão Parcial	Aprovados	Reprovados
2014	184	32	10	39	77	26
2015	163	23	3	23	82	32
2016	169	34	1	25	65	44
2017	196	38	0	36	69	53
2018	170	28	0	7	104	31

Fonte: SIMADE, 2019. Dados organizados pela própria autora.

Quadro 8– Frequência dos alunos reprovados no primeiro ano do ensino médio as aulas da Escola Estadual “Monsenhor Domingos”

Ano	Reprovados	Média de frequência dos alunos reprovados
2014	26	65,99%
2015	32	71,14%
2016	44	80,97%
2017	53	88,42%
2018	31	90,79

Fonte: SIMADE, 2019. Dados organizados pela própria autora.

Uma breve análise dos dados condensados no quadro 5 revela que mesmo diante do aumento do número de reprovados na instituição de ensino em questão a frequências destes alunos reprovados as aulas aumentou consideravelmente, elevando-se de 65,99% em 2014 para 88,42% em 2017. Nota-se que nos anos de 2014 e 2015 a frequência apresentada pelos alunos

que não realizaram a transição de um ano escolar para o seguinte, encontrava-se abaixo da mínima necessária segundo a legislação (75%) para que o mesmo pudesse concluir tal transição.

Segundo Krawczyk (2011), o sentido da escola para os estudantes esta bastante vinculado à integração escolar do aluno e a sua identificação com os professores.

Autores como Costa, Guimarães e Rocha (2015), afirmam que a participação dos sujeitos envolvidos no ambiente escolar – alunos, professores, supervisores pedagógicos, diretores e família – é indispensável na resolução do problema da infrequência, que afeta um número expressivo de instituições de ensino da rede pública.

Desta forma, quais seriam as medidas desenvolvidas nos últimos dois anos pela equipe gestora da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” que podem ter influenciado a redução dos índices de evasão/abandono e infrequência da instituição? Seriam tais medidas reaplicáveis em outras instituições de ensino?

2. EVASÃO, ABANDONO E INFREQUÊNCIA: porque o desinteresse pela escola?

Ao longo do capítulo 1 apresentou-se o processo de implantação do sistema de ensino brasileiro com o objetivo de demonstrar que seu desenvolvimento sempre esteve atrelado a diferentes motivos que não o crescimento real do indivíduo enquanto sujeito crítico. De acordo com as necessidades do país, em sua maioria de ordem financeira, leis foram criadas, extintas, reformuladas, todas com o discurso de “busca de educação de qualidade” quando, na verdade, o objetivo de tais medidas atrelava-se a criação de condições para um avanço econômico do país.

Diante deste primeiro panorama, o presente capítulo objetiva apresentar as possíveis causas para o desinteresse dos jovens pela escola.

O ensino médio brasileiro viveu ao longo de sua história e, ainda hoje vive, uma busca por uma identidade marcada pela dicotomia ensino superior *versus* mercado de trabalho.

De fato, enquanto alguns autores como Camargo e Rios (2012), ressaltam a “falta de identidade” desta etapa de ensino, a legislação brasileira define bem os objetivos e finalidades do ensino médio.

A resolução nº 3 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, determina em seu artigo 4º:

Art. 4º As propostas pedagógicas das escolas e os currículos constantes dessas propostas incluirão competências básicas, conteúdos e formas de tratamento dos conteúdos, previstas pelas finalidades do ensino médio estabelecidas pela lei:

I - desenvolvimento da capacidade de aprender e continuar aprendendo, da autonomia intelectual e do pensamento crítico, de modo a ser capaz de prosseguir os estudos e de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento;

II - constituição de significados socialmente construídos e reconhecidos como verdadeiros sobre o mundo físico e natural, sobre a realidade social e política;

III - compreensão do significado das ciências, das letras e das artes e do processo de transformação da sociedade e da cultura, em especial as do Brasil, de modo a possuir as competências e habilidades necessárias ao exercício da cidadania e do trabalho;

IV - domínio dos princípios e fundamentos científico-tecnológicos que presidem a produção moderna de bens, serviços e conhecimentos, tanto em seus produtos como em seus processos, de modo a ser capaz de relacionar a teoria com a prática e o desenvolvimento da flexibilidade para novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

V - competência no uso da língua portuguesa, das línguas estrangeiras e outras linguagens contemporâneas como instrumentos de comunicação e como processos de constituição de conhecimento e de exercício de cidadania (BRASIL, 1998).

Já em o artigo 5º da referida resolução, destaca a organização da escola para atender as finalidades acima mencionadas:

Art. 5º Para cumprir as finalidades do ensino médio previstas pela lei, as escolas organizarão seus currículos de modo a:

I - ter presente que os conteúdos curriculares não são fins em si mesmos, mas meios básicos para constituir competências cognitivas ou sociais, priorizando-as sobre as informações;

II - ter presente que as linguagens são indispensáveis para a constituição de conhecimentos e competências;

III - adotar metodologias de ensino diversificadas, que estimulem a reconstrução do conhecimento e mobilizem o raciocínio, a experimentação, a solução de problemas e outras competências cognitivas superiores;

IV - reconhecer que as situações de aprendizagem provocam também sentimentos e requerem trabalhar a afetividade do aluno. (BRASIL, 1998).

É importante destacar que este segmento de ensino surge no Brasil para uma parcela privilegiada da população e, apenas no fim do século XX o acesso ao mesmo começa a ser universalizado, abrindo portas para todas as camadas da população. A Constituição Federal de 1988 pode ser considerada o marco da “massificação” do ensino médio, ao determinar em seu inciso II do art. 208 a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio”.

Contrapondo-se a esta expansão do ensino médio encontram-se quatro grandes barreiras que impactam diretamente o avanço do segmento: a evasão e o abandono, a reprovação/retenção e a infrequência.

Prado (2000) ressalta a existência de uma vasta literatura sobre fracasso escolar os quais, tanto os estudos etnográficos quanto as sofisticadas análises do fluxo escolar, rendimento, financiamento e custos da educação apresentam resultados similares: se gasta muito, se gasta mal, tendo-se um sistema ineficaz.

O fracasso do projeto escolar assume crescente importância na formação social do sujeito, comprometendo o exercício de sua cidadania e, no limite, sua própria integridade física e intelectual (BURGOS *et al.*, 2014)

Analisando a questão do fracasso escolar no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, Freitas (1980:61), citado por Queiroz (2000?) em seus estudos, destaca que:

"Dos 100 alunos iniciais de 1960, somente 56 conseguiram alcançar o primeiro ano universitário em 1973. Isso significa taxas de evasão 44% no ano primário, 22% no segundo, 17% no terceiro"(FREITAS, 1980 apud QUEIROZ, 2000?)

Atualmente, os números também não são animadores: entre 100 ingressantes da escola, apenas 74 ingressam no ensino médio e, não necessariamente na idade correta. Dentre estes, apenas 65 concluem esta etapa de ensino.

Em 2015 o Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF), desenvolveu um relatório intitulado "Cenário da exclusão escolar no Brasil". Segundo o relatório a taxa de distorção idade-série chega a 27% no ensino médio brasileiro, ou seja: quase três em cada dez alunos dessa etapa de ensino apresentam dois ou mais anos de atraso escolar.

Os fatores de exclusão escolar são diversos e ultrapassam os muros da escola impedindo que todas as crianças e adolescentes tenham assegurado seu direito de permanecer estudando, de progredir nos estudos e de concluir toda a educação básica na idade certa (UNICEF, 2015), classificando-se segundo o relatório como socioculturais e econômicos, podendo estar vinculados à oferta educacional e ter como pano de fundo questões políticas, financeiras e técnicas.

Dentre as questões sócio-culturais, destacam-se a discriminação racial, o preconceito e o *bullying*, a homofobia e transfobia, a exposição dos meninos e meninas à violência e a gravidez na adolescência, e outros. Já entre as barreiras econômicas, o relatório destaca a pobreza, que inclui o trabalho infantil e outras privações de direitos. Entram na lista também problemas relacionados ao abuso e à exploração sexual.

Já as dificuldades relacionadas à oferta educacional, ainda segundo o relatório do UNICEF, estão à apresentação de conteúdos distantes da realidade dos alunos, a não valorização dos profissionais de educação, o número insuficiente de escolas, a falta de acessibilidade para alunos com deficiência, condições precárias de infraestrutura e de transporte escolar. Por fim, as barreiras políticas, financeiras e técnicas referem-se à insuficiência de recursos destinados à educação pública brasileira.

A maior heterogeneidade do alunado reforça a crítica a conteúdos enciclopédicos e descontextualizados, bem como a métodos tradicionais de ensino, exigindo-se uma reforma que torne a escola média realmente inclusiva (ZIBAS, 2005).

Além de traçar um panorama da educação brasileira referente aos alunos que se encontram fora da escola, o relatório das Nações Unidas destaca ainda uma série de medidas necessárias para que as barreiras acima descritas sejam superadas, destacando-se a necessidade:

- uma articulação intersertorial, garantindo o trabalho articulado entre as áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, entre outras, para encontrar cada criança ou adolescente fora da escola e tomar as medidas necessárias para a (re)matrícula e a permanência na escola. Engajamento da população, envolvendo a população como um todo nesse compromisso pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes;
- a organização de ações de comunicação comunitária, focadas em um esforço conjunto para a identificação de meninos e meninas fora da escola, envolvendo também a sociedade civil organizada, os movimentos sociais e religiosos, etc;
- diálogo com as famílias, desenvolvendo estratégias de abordagem acolhedoras para o contato com as famílias, mostrando que o município é um aliado delas na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Também é importante descobrir as causas que levam a que essas crianças e adolescentes estejam fora da escola: uma abordagem adequada e protegida da família é fundamental para isso;
- envolvimento das escolas, demonstrando o papel da escola no enfrentamento da exclusão escolar, desde fazer alertas rápidos sobre crianças e adolescentes que começam a faltar às aulas, até o investimento em um trabalho preventivo – e de longo prazo – para evitar o fracasso escolar.

Entender o fluxo de movimentação do aluno auxilia no estabelecimento de políticas internas de combate ao abandono, ao mesmo tempo em que permite

que a escola estabeleça metas de atuação condizentes com o problema que enfrenta (AQUINO, 2013).

Assim, o tópico a seguir visa caracterizar a evasão e o abandono escolar, destacando suas causas e desafios.

2.1 Causas do desligamento escolar

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 1998), diferencia os termos abandono e evasão da seguinte forma: a primeira expressão traduz uma situação em que o aluno desliga-se da escola, mas, retorna no ano seguinte, enquanto o termo evasão refere-se ao aluno que deixa a escola e não retorna para o sistema escolar no ano subsequente.

A evasão escolar é um dos relevantes temas que historicamente fazem parte dos debates e reflexões na esfera da educação pública do país e permanece a ocupar um importante espaço no cenário das políticas públicas para educação nacional (FILHO e ARAÚJO, 2017).

Dados do Censo Escolar brasileiro demonstram que em 2016, a cada 100 alunos que alcançam o ensino médio, treze eram reprovados e sete abandonavam a escola. Diante deste panorama, a temática do abandono escolar tem sido analisada por diferentes ângulos já há alguns anos.

Fruto de um processo lento de desengajamento do estudante da escola, a evasão escolar, conforme destacado pelo Instituto Unibanco (2013) não é um ato repentino e, seus sinais costumam ocorrer muito antes do fato em si: faltas, repetências, não realização das tarefas etc.

Para compreender quais ações influenciaram na redução dos índices de evasão e abandono da instituição de ensino em questão torna-se inicialmente necessário o conhecimento dos fatores que ocasionam tais situações.

Autores como Bourdieu-Passeron (1975) e Cunha (1997), ambos citados por Filho e Araújo (2017) em seus estudos, afirmam que a evasão está ligada a fatores internos e, constatam que a escola é a responsável pelo sucesso ou fracasso dos alunos, destacando-se os pertencentes às famílias pobres.

Nesta perspectiva Filho e Araújo (2017) afirmam que a evasão e a repetência estão longe de ser problemas relacionados às características individuais dos alunos e de suas famílias, sendo reflexos da forma como a escola recebe e exerce ação sobre as pessoas dos diferentes segmentos da sociedade

Camargo e Rios (2012) destacam a importância do reconhecimento por parte dos profissionais da escola, das insatisfações da comunidade escolar com a realidade e, desenvolvam habilidades para motivar a interação de todos no objetivo de desenvolver novas alternativas para superação do problema de evasão.

Ferreira (2013), citado por Filho e Araújo (2017), afirma que os motivos que levam à evasão podem ser classificados ainda de acordo com os seus fatores determinantes:

- escola: não atrativa, autoritária, com professores despreparados, insuficiente, com ausência de motivação;
- aluno: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez;
- pais ou responsáveis: não cumpridores do pátrio poder, desinteressados em relação ao destino dos filhos;
- sociais: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação a gangues, etc).

Segundo dados de pesquisas reunidas pelo Instituto Unibanco (2013) através do programa “Gestão do Conhecimento”, pode-se estabelecer algumas considerações importantes sobre a evasão nas grandes cidades do país, destacando-se:

- quando a taxa de abandono no ensino médio é correlacionada como insumos escolares, observa-se que, de modo geral, escolas ou municípios com mais e melhores insumos educacionais possuem menor abandono;
- a taxa de abandono tende a ser menor em escolas que possuem (ou municípios com maior proporção de escolas que possuem) laboratório de ciências, laboratório de informática, computadores, aparelho de

Vídeo/DVD, quadra esportiva, turmas menores e maior jornada escolar (média de horas-aula);

- em relação ao tamanho das turmas (razão aluno-turma ou razão aluno-professor de ensino médio), os resultados das pesquisas analisadas demonstram que quanto maior o tamanho da turma, maior a taxa de abandono;
- a qualidade do ensino aumenta a probabilidade de aprovação e, a aprovação reduz a evasão;
- quanto mais os alunos “anseiam” por uma escola dinâmica/inovadora, maior é o abandono no ensino médio;
- escolas com tempo efetivo de aula baixo os alunos tendem a faltar mais;
- alunos sem defasagem idade-série praticamente não deixam a escola;
- a principal variável para explicar a evasão é o atraso escolar. Alunos sem defasagem idade-série tendem a ingressar e permanecer no ensino médio, independentemente do desempenho obtido ao final do ensino fundamental e das condições socioeconômicas.

Faz-se importante destacar que os dados acima mencionados relacionam-se a correlações analisadas e, não se traduzem em situações de causalidade.

Para Rumberger (1995 e 2008) também citado por Filho e Araújo (2017) em seus estudos, a chave da compreensão e solução da evasão é encontrar as causas do problema, mas essas causas de forma análoga a outros processos do desempenho escolar têm influência de um conjunto de fatores, como o estudante, a família, a escola e a comunidade em que vive.

Queiroz (2012) destaca ainda aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, dentre eles a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança, sem que, com isto, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema.

2.2 Percurso Metodológico

A pesquisa aqui apresentada utiliza a metodologia definida por Gil (2010) como estudo de caso, que consiste em um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Uma vez que os dados levantados referem-se a um fenômeno social, a metodologia proposta para a realização do mesmo é a pesquisa de natureza qualitativa uma vez que envolve a obtenção de dados descritivos obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, retratando a perspectiva do estudante. No entanto, também o presente estudo também apresenta natureza quantitativa, pois destaca variáveis numéricas e estatísticas para auxiliar o tratamento dos dados.

Minayo (2013) destaca que a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, pois, ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realização que não pode ou não deveria ser quantificado.

O presente estudo tem seu percurso metodológico iniciado com a realização de uma pesquisa bibliográfica com as temáticas: implantação e desenvolvimento do ensino médio no Brasil; resultados do ensino médio brasileiro; evasão e abandono na educação brasileira; barreiras para a permanência na escola, dentre similares. Os dados mais reunidos após esta etapa de estudo compõe o capítulo 1 do presente trabalho.

Autores como André (1984), conceituam o estudo de caso como um exame profundo e sistemático de uma instância, ressaltando a necessidade de um conhecimento estreito e prolongado do pesquisador com o cenário pesquisado. Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o contexto em questão, analisaram-se dados obtidos junto ao Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), elaborando-se em seguida planilhas que culminaram na apresentação de tabelas, quadros e gráficos que caracterizam a Escola Estadual “Monsenhor Domingos” quanto a resultados de aspectos quantitativos. Destaca-se a realização de pesquisa em documentos escolares como listas de presença de reuniões de pais e de eventos e reuniões com objetivos específicos. Destacam-se os documentos relativos a dois momentos da rede pública estadual de ensino de Minas Gerais: os oriundos da chamada

“Semana da Escola em Movimento”, ocorrida no ano de 2016 e; os produzidos durante os chamados “Itinerários Avaliativos”, desenvolvidos no ano de 2019. Tais documentos foram a base para a contextualização da unidade de ensino sob o olhar do corpo discente apresentada a diante.

A pesquisa de campo constituiu-se de duas etapas: uma realizada com os alunos da instituição e, outra com os responsáveis pelo acompanhamento da rotina da mesma por parte da Superintendência Regional de Ensino.

Para a realização da pesquisa junto aos alunos da instituição, optou-se pela utilização de questionários uma vez que, tal instrumento de pesquisa apresenta-se conforme destaca Gil (2008, p.121)

[...] técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

A utilização deste instrumento de pesquisa torna-se pertinente a este estudo de caso devido à garantia do anonimato do envolvido, o que se tratando de adolescentes é relevante, pois, garante maior fidedignidade das respostas uma vez que a pesquisadora exercer o papel de diretora da unidade de ensino em questão e, tal fato poderia influenciar o resultado caso fosse utilizado instrumentos que não garantissem tal condição.

O público de alunos constituiu-se daqueles matriculados e freqüentes nos três anos que compõe o ensino médio justificando-se pelos seguintes fatores:

- 97,3% dos alunos do terceiro ano do ensino médio encontram-se matriculados na instituição de ensino em questão desde o primeiro ano desta etapa de educação básica e, 31,8% do total de alunos encontram-se matriculados na escola desde o ensino fundamental, com matrícula efetuada em período anterior a 2016;
- 22% dos alunos matriculados nas turmas de primeiro e segundo ano do ensino médio fazem parte do corpo discente da instituição desde o ensino fundamental, com matrícula efetuada em período anterior a 2016;

A amostra que compõe a pesquisa de campo do presente estudo caracteriza-se por 146 indivíduos do gênero feminino e 115 do gênero masculino, totalizando 261 participantes, com média de idade de 16,76 anos. Deste total, 115 alunos (44,06%) encontram-se matriculados na escola a menos de um ano; 36 alunos (13,79%) a menos de dois anos; 76 indivíduos (29,11%) fazem parte do quadro discente da instituição entre três e cinco anos e; 34 alunos (13,02%) encontram-se matriculados na Escola Estadual “Monsenhor Domingos” há mais de cinco anos.

Levando-se em consideração o ano freqüentado pelo aluno a caracterização da amostra da pesquisa de campo é a seguinte:

Quadro 9 – Caracterização da amostra que compõe a pesquisa de campo

Etapa educacional	Gênero		Média Idade	Período de matrícula			
	Feminino	Masculino		<1 ano	<2anos	Entre 3 e 5 anos	>5anos
1ºEM	76	51	15,59	103	3	3	18
2º EM	38	35	16,89	10	31	22	10
3ºEM	32	29	17,80	2	2	51	6
Total:	146	115	16,76	115	36	76	34

Fonte: elaborado pela própria autora.

Em relação ao acompanhamento das ações desenvolvidas pelas escolas, o mesmo ocorre nas escolas públicas estaduais através da figura do Inspetor Escolar e da Analista Pedagógica. No caso da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” tais figuras são responsáveis pela mesma desde janeiro de 2016. Sendo assim, o levantamento de dados junto a estes profissionais ocorreu mediante entrevista norteada por um roteiro semi-estruturado (apêndice B).

2.2.1A Escola Estadual “Monsenhor Domingos” sob a visão do corpo discente

Entre os dias vinte e dois e vinte sete de agosto do ano de dois mil e dezesseis, as escolas da rede pública estadual de Minas Gerais realizaram o movimento denominado pela Secretaria de Estado de Educação como

“Semana da Escola em Movimento” que, teve como principal objetivo, proporcionar um momento de diálogo, reflexão e planejamento coletivo das escolas, segundo consta nos documentos orientadores da ação apresentados em anexo.

Dentre os documentos orientadores citados, encontravam-se roteiros norteadores para realização de discussões com educadores, crianças e adolescentes. O registro destas discussões foi utilizado como um dos pontos de partida na implementação de ações administrativas e pedagógicas na escola a que se refere o presente estudo e, seus resultados são apresentados a seguir como mecanismos iniciais de análises do impacto das ações desenvolvidas no triênio 2016-2018.

Sendo assim, é apresentado a seguir um consolidado das discussões realizadas na Semana da Escola em Movimento, em agosto do ano de 2016.

2.2.2 Consolidado de dados referente à “Semana da Escola em Movimento”2016

A discussão realizada com os adolescentes do corpo discente da instituição de ensino em questão pautou-se, conforme as orientações da SEE/MG, em quatro eixos: direito a aprendizagem, gestão democrática e participativa, fortalecimento do trabalho coletivo e relação da escola com a comunidade.

Em relação ao primeiro eixo de discussão, destaca-se a afirmação dos alunos de que os mesmos aprendem observando, escrevendo e ouvindo, mas, que também necessitam desenvolver o conhecimento. Destacam ser mais fácil aprender através de algumas atividades simples, divertidas e interativas.

Segundo os envolvidos na discussão, os mesmos esperam aprender o necessário para a formação em áreas acadêmicas e, o que é preciso para ser capaz de ter múltiplas funções quando necessário.

Dentre as habilidades que os alunos esperam desenvolver na escola, os mesmos destacam a comunicação, necessária segundo eles em entrevistas de empresa e no próprio trabalho, e a capacidade de desenvolverem ideias.

Já em relação a situações constrangedoras/inibidoras para a participação e aprendizagem na escola, são relatadas: preconceito em relação a alunos de escola pública, arrogância, abuso de poder, falta de educação e injustiça por parte de professores, funcionários, diretores e, conversas exageradas por parte dos alunos.

Abordagens menos complexas, com maior interatividade, projetos diferenciados com planejamento antecipado, bons professores que conseguem socializar com as turmas de maneira geral, são apontados pelos alunos como fatores que facilitam o aprendizado. Destaca-se ainda que a Matemática e, demais disciplinas que necessitam de sua base, são apontadas como as de piores resultados.

Tratando-se do segundo eixo de discussão, gestão democrática e participativa, os alunos consideram que poderiam participar das decisões que influenciam sua vida escolar através da realização de palestras, do Grêmio Estudantil, da participação em reuniões, conversando com a direção e esta aceitando as sugestões.

Em relação a espaços de participação dos estudantes durante as aulas, os documentos relatam que, segundo a visão dos alunos, alguns professores não permitem intervenções durante as aulas, agindo com certa "ignorância". A participação dos alunos se dá em momentos de respostas a exercícios ou quando algum docente solicita a opinião de alguém.

Quanto à participação dos estudantes na escola, relata-se a existência da figura do representante de turma, mas, de maneira nada atuante e do fato das aulas de Educação Física ser o único espaço de participação ativa dos estudantes.

Considerando-se o fortalecimento do trabalho coletivo, os registros da Semana Escola em Movimento apontam que o desenvolvimento de um trabalho social dentro e fora da escola e, de ações mais dinâmicas seria o desejo do alunado, podendo este inclusive, na visão dos alunos, auxiliá-los na memorização de conteúdos e na formação de pessoas mais "humanas". É destacado ainda o desejo de participação de projetos culturais, esportivos e de grupos de estudo.

Segundo os discentes, poucos são os professores que promovem trabalhos coletivos, a maioria do tempo é destinada a sala de aula e realização de trabalhos individuais.

Tratando-se do trabalho coletivo e integrado por parte dos professores, relata-se que a exceção de alguns momentos da disciplina de Língua Portuguesa, não há uma preocupação por parte dos docentes em desenvolver um trabalho integrado, a não ser na questão de distribuição de pontos e, na visão dos mesmos, trabalhos em equipe auxiliam até mesmo no mercado de trabalho, pois é importante saber trabalhar coletivamente.

Por fim, os alunos envolvidos na Semana da Escola em Movimento relatam, considerando-se o último eixo de discussão proposto pela SEE/MG, que a comunidade pode apoiar a escola acreditando no trabalho ali desenvolvido, acreditando que a escola pode fazer a diferença e, com pais incentivando os filhos sempre, valorizando as atividades da escola. Pode ainda contribuir auxiliando a reforma das salas, melhorando as carteiras, reformando a biblioteca, entre outros.

Grupos externos a escola poderiam contribuir com serviços como pintura, destacando-se a menção ao colegiado escolar. Amigos e vizinhos da unidade, que possuem um talento especial poderiam ainda desenvolver trabalhos voluntários, repassando seus conhecimentos na visão dos alunos. Parte do grupo discente considera que a família participa da vida escolar dos alunos comparecendo as reuniões de pais, conversando em momentos diversos com professores. Outros afirmam que a família participa de acordo com o assunto a ser tratado. Há ainda relatos de que a família participa de maneira mediana na vida escolar dos alunos, perguntando sobre dever e indo a apresentações escolares.

Encerrando o eixo de discussão proposto os alunos envolvidos na “Semana da escola em Movimento” deveriam resumir a escola que desejavam em uma palavra. Os alunos da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” destacaram: união, melhor, legal, dinâmica, qualificação, sensacional, responsável, excelente, igual, próspera, livre, diversificada, igualdade, conhecimento e respeitosa.

2.2.3 Ações implementadas após análise dos dados da Semana da Escola em Movimento

Com base nos dados obtidos na Semana da Escola em Movimento mencionados acima, diversas ações administrativas e pedagógicas foram adotadas na escola abordada pelo presente estudo, ações com o intuito de impactar de maneira positiva o cotidiano escolar e os resultados da instituição de maneira geral destacando-se entre elas:

- Criação de um calendário pedagógico divulgado no início do ano letivo que contempla:
 - Semana de Avaliações bimestrais: implantada no segundo semestre de 2016;
 - Simulados Semestrais: implantados no ano letivo 2017;
 - Viagens pedagógicas;
 - Culminância de projetos coletivos anuais.
- Incentivo a reativação do Grêmio Estudantil: ano letivo 2016;
 - Criação de espaços de projetos coordenados por alunos e, organizados e mantidos pelo grêmio: fanfarra, oficinas de violão, dança e vôlei;
- Formação do Conselho de representantes de turma;
 - Eleição dos representantes de turma de maneira direta pelos alunos de cada turma, em processo organizado pela direção e, posteriormente (a partir de 2017) pelo Grêmio Estudantil.
- Reunião mensal com os representantes de turmas e, avaliação dos processos pedagógicos/administrativos da direção e corpo docente;
- Elaboração conjunta aos alunos das ações do Projeto Ensino Médio Inovador;
- Enturmação pedagógica para as turmas de sexto ano do ensino fundamental e, primeiro ano do ensino médio, com base na faixa etária dos alunos;

- Desenvolvimento de um trabalho de atendimento psicológico na unidade escolar, através de convênio com o curso de Pedagogia da Universidade Estadual do município;
 - Atendimento aos alunos por livre demanda e de maneira informal, como bate-papos no horário do recreio, além de atendimentos individuais quando solicitados por alunos, professores ou supervisão/direção ou em grupos.
- Estabelecimento de reuniões de planejamento no calendário escolar;
- Utilização das reuniões de professores para reflexão sobre a prática docente e, formação continuada;
- Estabelecimento dos horários de planejamento do professor em sua grade de horários semanais;
- Confecção do horário escolar de forma a garantir o planejamento conjunto dos professores das mesmas Áreas do Conhecimento, de pelo menos cinqüenta minutos semanais.
- Reformulação dos processos de Estudos Independentes e Progressão Parcial;
 - Trabalho de estudos independentes realizados na própria escola com o auxílio do professor;
 - Avaliações de estudos independentes divididas em duas etapas.
- Intensificação da relação família – escola: convocações para participação em reuniões de pais e, quando do não comparecimento, nova convocação para reuniões individuais; divulgação do cronograma do bimestre subsequente a reunião de responsáveis contendo ações, eventos, projetos e a data da próxima reunião; atenção direta por parte da supervisão e da direção das famílias que necessitam de suporte para o desenvolvimento pedagógicos dos filhos.

Todas as ações mencionadas foram introduzidas no cotidiano escolar de maneira gradativa, estando totalmente presentes na escola a partir do ano de 2018.

2.2.4 Consolidado de dados referente aos Itinerários Avaliativos

Ao longo do ano letivo 2019, a rede pública estadual de ensino voltou-se a reflexão do cotidiano escolar em todos os seus aspectos visando à reformulação do Plano Político Pedagógico (P.P.P.) de cada instituição de ensino da rede, norteadas pelos chamados Itinerários Avaliativos.

Para auxiliar este processo de reflexão, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio da Superintendência de Avaliação Educacional, promoveu ações e elaborou instrumentos para apoiar as escolas na construção de uma educação de qualidade e equidade. Um desses instrumentos foi o chamado “Itinerários Avaliativos” que tiveram por objetivo, segundo o documento orientador da Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais, subsidiar as escolas na elaboração

Os Itinerários Avaliativos consistiram em uma “caminhada” com treze pontos que objetivaram apoiar as escolas no diagnóstico das dimensões que impactam a escola: relação da escola com a comunidade; direito a aprendizagem; gestão democrática e participativa e; fortalecimento do trabalho coletivo.

Assim que as ações da “Semana da Escola em Movimento”, os Itinerários Avaliativos produziram documentos e sínteses conclusivas que, permitem descrever o contexto das instituições de ensino públicas estaduais de Minas Gerais.

As discussões ocorridas ao longo do ano em torno dos Itinerários foram consolidadas em setembro de 2019 no chamado “Dia do Currículo”. Tal momento foi responsável pela revisão das informações até então coletadas durante o percurso dos Itinerários Avaliativos e, determinação dos pontos de fortes e de melhoria das instituições de ensino.

Na Escola Estadual “Monsenhor Domingos” o dia do Currículo foi comandado pelo Conselho de Representantes de Turmas e o Grêmio Estudantil que, organizaram-se em grupos para receber e discutir as questões pertinentes ao momento com pais e alunos, distribuídos de maneira aleatória através do recebimento de mensagens coloridas. Cada cor correspondia a uma sala onde se encontravam um grupo de alunos responsável por nortear as discussões de acordo com o tema pré-determinado. Decorridos trinta minutos,

os participantes eram convidados a visitar outra sala para discutirem assuntos diferenciados.

A não presença no momento citado de membros do corpo docente teve por objetivo garantir à participação efetiva dos alunos e familiares, expondo tudo aquilo que realmente pensavam e almejavam, não havendo nenhum tipo de inibição pela presença de membros da direção da unidade ou do grupo de professores.

Durante o percurso dos Itinerários Avaliativos e, também na manhã de realização do chamado “Dia do Currículo”, as discussões a cerca do cotidiano da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” envolveram diferentes atores da comunidade: professores e demais funcionários da instituição, alunos, pais e membros de entidades parceiras.

Dentre os relatos observados destaca-se a presença de indivíduos não pertencentes à comunidade escolar tradicional, responsáveis pela Associação de Moradores do bairro onde se encontra a escola em questão, além de pessoas ligadas a práticas esportivas e culturais que utilizam o espaço escolar como sede de projetos.

Os documentos resultantes das reflexões realizadas descrevem um contexto participativo, democrático, inclusivo, colaborativo e inspirador, destacando-se os pontos positivos a seguir:

- eficácia do conselho de representantes de turma na comunicação entre o corpo discente e a direção escolar e, na atuação conjunta na solução de conflitos e auxílio a alunos com necessidades específicas;
- incentivo constante as ações do Grêmio Estudantil por parte da direção e da supervisão escolar e, viabilização de mecanismos primordiais a realização das mesmas que, sempre encontram-se voltadas ao desenvolvimento do aluno;
- respostas imediatas às demandas apresentadas pelos alunos por meio de ofícios e, discussão coletiva sobre alternativas para solucioná-las;
- participação efetiva dos alunos no processo pedagógico escolar através das discussões relativas ao trabalho docente e do desenvolvimento de projetos, consideradas também na avaliação de desempenho de cada servidor;

- desenvolvimento de projetos com foco em demandas levantadas pelo corpo discente, incluindo ações que permeiam desde a recreação a apresentação de cenários de conhecimento mais elaborados;

2.3 Sínteses da análise de resultados

2.3.1 Pesquisa realizada com o corpo discente

Para os alunos das três etapas do ensino médio, o questionário foi aplicado em sala de aula, sendo destacada a necessidade de leitura das orientações para preenchimento do mesmo e, ressaltado que o primeiro quadro deveria ser preenchido pensando-se nos motivos de comparecimento a aula e, o segundo, nas causas que o levavam a permanecer na escola.

É importante destacar que serão apresentados a seguir os resultados referentes às análises dos motivos relativos ao **comparecimento diário** dos alunos a escola, primeira análise realizada.

Originalmente seriam apresentados os resultados quanto às análises dos motivos que levam aos alunos ao **comparecimento** e a **permanência** na escola. No entanto, ao término das análises observou-se que a variação entre os motivos de comparecimento e permanência em suas maiores diferenças, não era superior a 2 pontos percentuais (para mais ou para menos). Sendo assim, uma vez que o resultado final considerada a classificação realizada sobre o grau de importância da ação já informada como “reconhecida”, os dados apresentados referem-se apenas a análise da primeira etapa do questionário pois, seria redundante a apresentação dos dados estatísticos da segunda etapa.

Para melhor análise das informações coletadas durante a realização da pesquisa de campo, os itens/ações presentes no questionário aplicado aos estudantes foram divididos em cinco categorias:

- ações administrativas;
- ações pedagógicas;
- ações relacionadas ao protagonismo juvenil;
- ações de acolhimento;

- ações de integração.

Dentre as ações administrativas foram abordadas pelo questionário as seguintes:

- enturmação com foco na idade cronológica;
- conversa constante com a supervisora sobre o desempenho escolar e as dificuldades escolares e familiares;
- reunião de pais conforme cronograma anual;
- possibilidade de encaminhamento de emprego;
- semana de avaliações.

A primeira ação citada baseia-se na formação de turmas, no primeiro ano do ensino médio, levando-se em consideração a idade cronológica dos mesmos. Assim, a maioria dos alunos de uma turma tem idade semelhante, e possibilidade de terem interesses e situações relacionadas ao processo de amadurecimento semelhantes. Já as conversas constantes com a supervisão ocorrem de acordo com a demanda pedagógica ou pessoal dos alunos. Diante de questionamentos ou levantamentos de professores e demais funcionários da escola (secretaria, portaria, merenda, limpeza), ou ainda dos psicólogos que atendem na instituição.

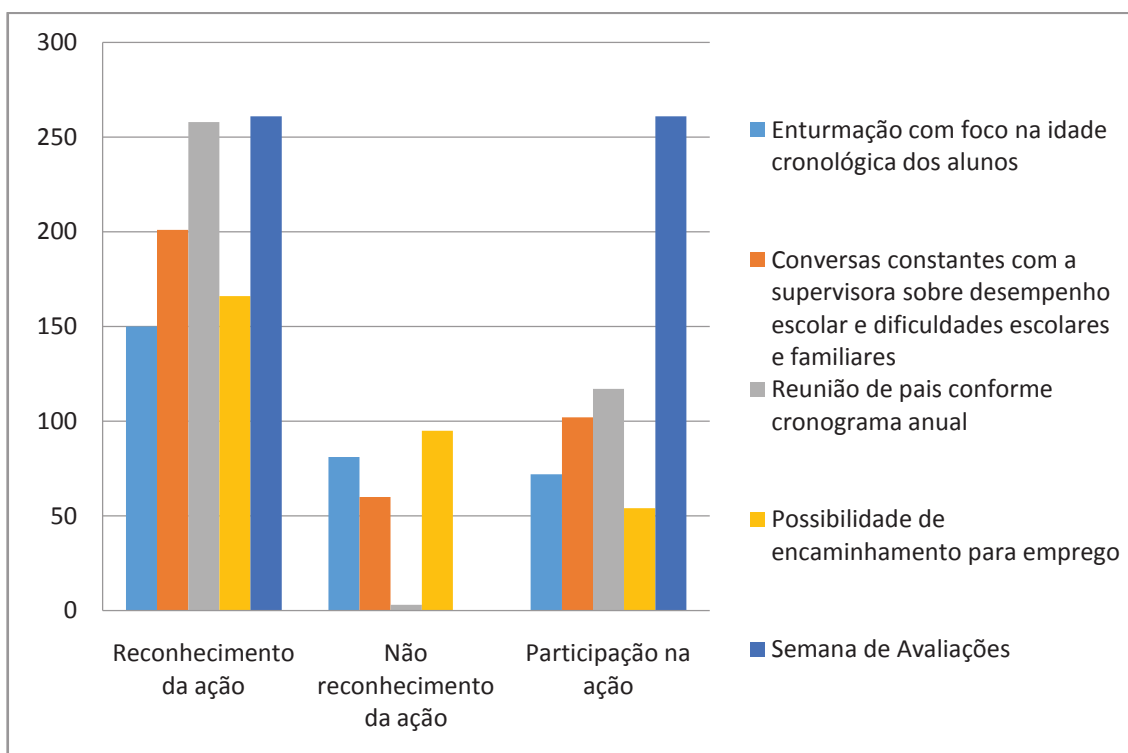
No início do ano letivo, na primeira reunião de responsáveis que, para os alunos do primeiro ano do ensino médio ocorre antes mesmo do primeiro dia letivo, há a entrega de um cronograma com as datas de reunião de responsáveis que, são destacadas ao final de cada período avaliativo, também através de encartes. Também nesta reunião já são informadas as datas das semanas de avaliação formais da escola que, ocorrem uma vez a cada bimestre letivo.

Por fim, a última medida administrativa adotada pela escola no período de 2016 a 2019 foi o estabelecimento de parcerias que viabilizam o encaminhamento dos alunos ao mercado de trabalho. Em parceria com ONG's e outras entidades, sempre que surgem vagas alunos são encaminhados a processos seletivos.

As medidas acima descritas foram abordadas pelo questionário aplicado aos alunos, no intuito de estabelecer o impacto das mesmas na frequência dos

mesmos a escola e, na permanência na mesma. Cada um dos participantes determinou o grau de impacto da ação em sua permanência ou frequência a escola e, a existência real da ação na unidade de ensino. Além disso, informaram se participaram ou não da ação ao longo do ano letivo. Os resultados da análise de tais informações são apresentados no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Percepção das ações de caráter administrativo desempenhadas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” pelos alunos do ensino médio



Fonte: elaborado pela própria autora.

Dentre as ações classificadas como de ordem administrativa, a existência de uma semana de avaliações com cronograma divulgado no início do ano letivo é uma ação reconhecida por todos os 261 estudantes participantes do estudo e considerada muito importante por 195 dos mesmos, o que representa 74,71% do total. Outros 54 estudantes, 20,68%, consideram a ação importante, enquanto 09 (3,44%) pouco importante e apenas 03 (1,14%) nada importante para seu comparecimento a escola.

Em seguida destacam-se as reuniões de pais realizadas conforme um cronograma anual, ação esta reconhecida por 258 alunos (98,85%) e,

considerada muito importante por 144 deles (55,17% do total). Já 98 alunos (37,54%) consideram *importante*, enquanto 15 (5,74%) a *consideram pouco importante* para seu comparecimento diário a escola e, apenas 06 (2,29%) *nada importante* para tal.

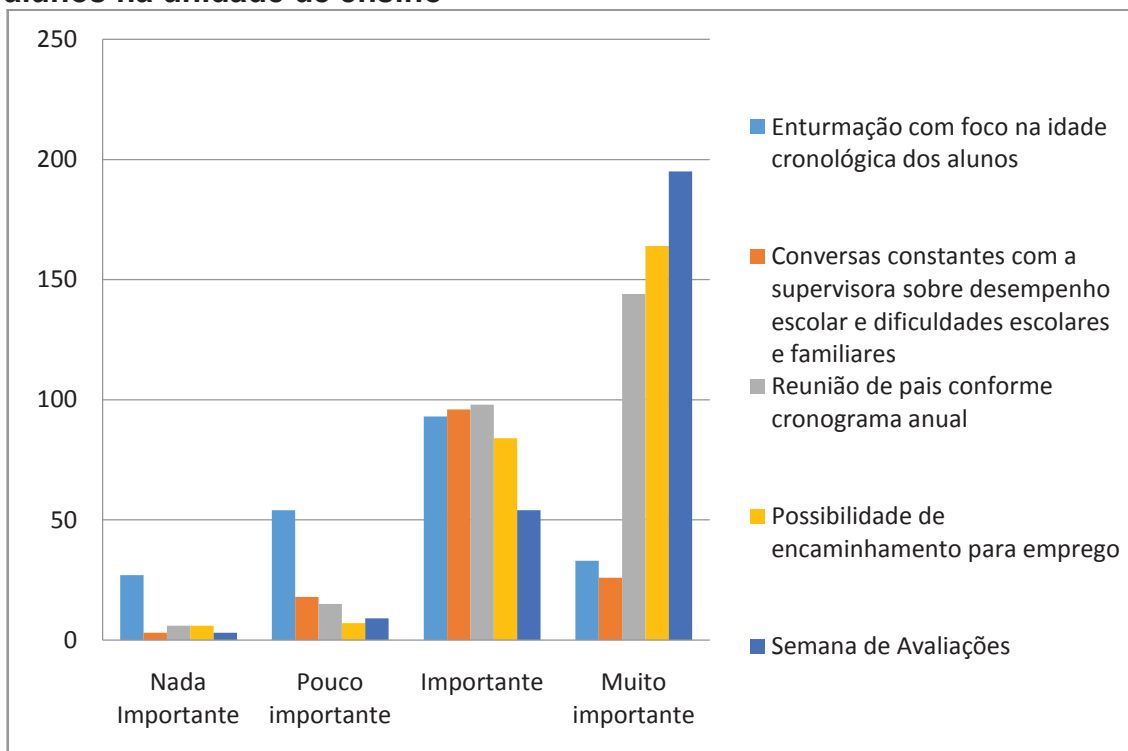
As conversas constantes com a supervisora sobre o desempenho escolar e possíveis dificuldades escolares e familiares é uma ação reconhecida por 77,01%, ou seja 201 alunos. Deste total é importante ressaltar que 102 (39,08%) participaram de tais conversas e, 96 deles, 36,78% do total, consideram esta ação importante para seu comparecimento diário a escola, enquanto 26 consideram a ação muito importante para tal (9,96%). Já 18 alunos, que representam 6,89% do total de participantes, consideram a ação nada importante em relação a sua frequência a escola e, apenas 03 (1,14%) afirmam que tal ação não é nada importante para tal.

A possibilidade de encaminhamento para emprego é apontada por 62,83% dos alunos participantes do estudo como *muito importante* para o comparecimento diário dos mesmos a escola e por 32,18% como *importante*. A ação é reconhecida como existente na escola por 63,60% dos 261 alunos que compuseram a amostra do estudo.

Dentre as ações administrativas, a enturmação com foco na idade cronológica dos alunos apresenta o menor índice de reconhecimento, 57,47% o que representa 150 estudantes. Dentre estes, 72 afirmam ter participado da ação enquanto, 54 do total consideram a medida pouco importante para o comparecimento diário a escola. Tais números representam respectivamente, 27,58% e 20,68% do total de alunos participantes do estudo. Já 33 estudantes, 12,64% do total, afirmam que tal ação é muito importante e 93 (35,63%) a avaliam como importante no que tange a frequência diária a escola. No entanto, 27 alunos, o que representa 10,34% do total considera a ação nada importante em relação ao quesito em questão.

Os resultados das análises relativas ao impacto das ações de caráter administrativo apresentados acima são sintetizadas no gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Impacto das ações administrativas desenvolvidas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” na frequência diária e permanência dos alunos na unidade de ensino



Fonte: elaborado pela própria autora.

O gráfico 4 apresenta o resultado das análises relacionadas às ações classificadas como de ordem “pedagógica”, também realizadas na escola no período de 2016 a 2019.

É importante destacar que pedagogicamente houve a estruturação de um calendário de atividades, destacando-se projetos integradores, como o Festival de Dança e os Jogos Interclasses. Sendo assim, a escola hoje conta com quatro grandes projetos:

- *Festival de Dança*: realizado pelas disciplinas de Humanas, Arte e Educação Física, com o desenvolvimento de grupo de trabalho em cada equipe e, um formato colaborativo interligado onde, as atividades realizadas durante o processo de organização somam-se as conquistadas em um grande evento realizado na praça do município. A organização do evento fica a cargo dos alunos do ensino médio, assim como montagem e desmontagem.

- *Noite Literária*: realizada pelas disciplinas de Linguagem, como culminância do trabalho desenvolvido ao longo do ano;
- *Feira de Ciências*: realizada pelas disciplinas de Ciências da Natureza e Matemática com foco no desenvolvimento do raciocínio científico;
- *Jogos Interclasses*: realizado pela disciplina de Educação Física, com rodadas determinadas pelo calendário letivo.

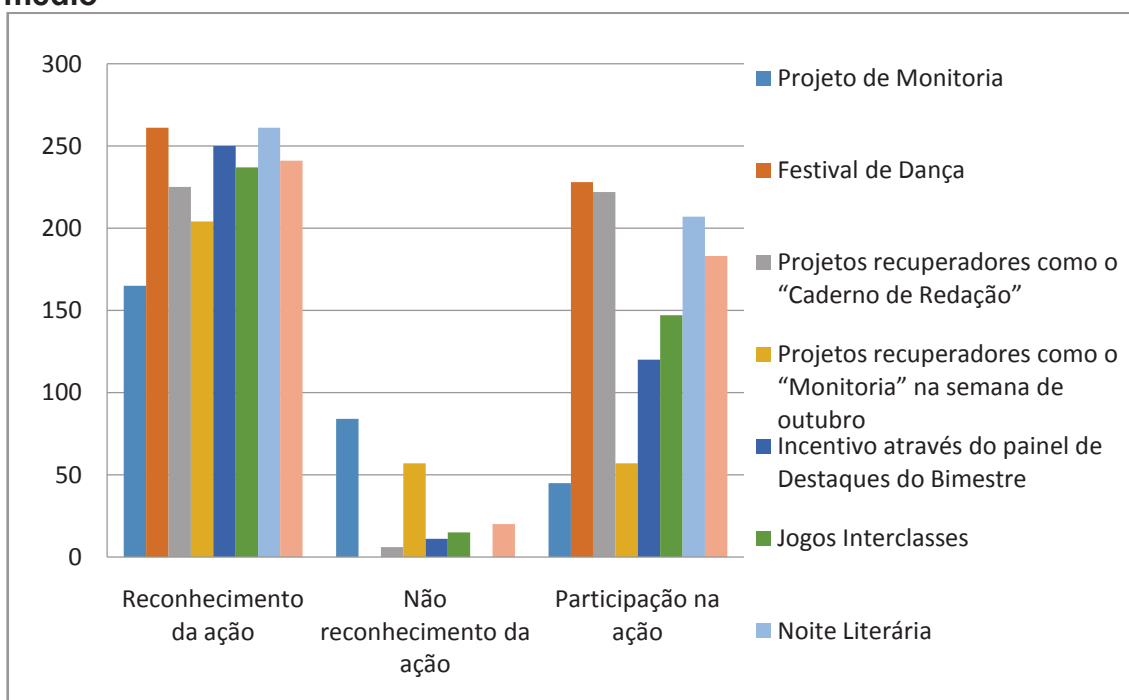
Além dos projetos citados, a escola implantou no ensino médio o projeto “Caderno de Redação”. Cada uma das turmas possui uma caixa na sala da supervisão pedagógica que contém um caderno de cada aluno. Este caderno acompanha o aluno pelos três anos do ensino médio e, os professores de todas as disciplinas trabalham uma redação por bimestre com os alunos, além das já trabalhadas pelos professores de Língua Portuguesa. Tal projeto tem por objetivo conduzir o aluno pelo caminho da ação-reflexão-ação, escrevendo, refletindo sobre seus erros e acertos, reescrevendo, por todo o percurso do ensino médio.

Outro projeto de cunho pedagógico é o de Monitoria que, acontece de duas formas: ao longo do ano de acordo com a disponibilidade de alguns alunos e incentivo de alguns professores e, na semana de recesso escolar do mês de outubro.

Por fim, desde o ano de 2016 ao término do bimestre letivo é desenvolvido um painel intitulado “Painel de Destaques”, estando presentes o nome daqueles que obtiveram todas as notas “azuis” ao término da etapa. No ano de 2019 o critério foi alterado, estando presente no painel o nome de alunos com todas as notas superiores a dezoito. Destaca-se que em Minas Gerais o ano letivo é dividido em quatro bimestres de 25 créditos.

As análises das ações acima descritas, classificadas como pedagógicas, são apresentadas no gráfico a seguir.

Gráfico 4– Percepção das ações de caráter pedagógico desempenhadas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” pelos alunos do ensino médio



Fonte: elaborado pela própria autora.

Dentre as ações pedagógicas elencadas, o Festival de Dança e a Noite Literária foram reconhecidas como presentes na escola por 100% dos alunos. Analisando os questionários aplicados nota-se que 228 alunos (87,35%) participaram do Festival de Dança e, 29,88 o consideram *muito importante* em relação à frequência a escola, enquanto 43,67% o classificam como *importante* . Já 20,68% dos alunos, o que representa 54 estudantes do total, afirmam que tal ação é *pouco importante* em relação a sua frequência escolar, enquanto 5,7% afirmam que o impacto desta ação é nada importante na variável frequência. Considerando-se a Noite Literária os números apresentam uma pequena variação: 32,18% dos alunos classificam a ação como *muito importante* , enquanto 48,27% a descrevem como *importante* ; a ação tem impacto *pouco importante* para 9,19% dos estudantes e, *nada importante* para 5,47% do total.

A existência de um painel de destaque foi reconhecida por 95,7% dos alunos, enquanto a visitas regulares ao cinema por 92,33%. Esta ultima ação contou com a participação de 70,11% dos alunos e, foi classificada como *muito*

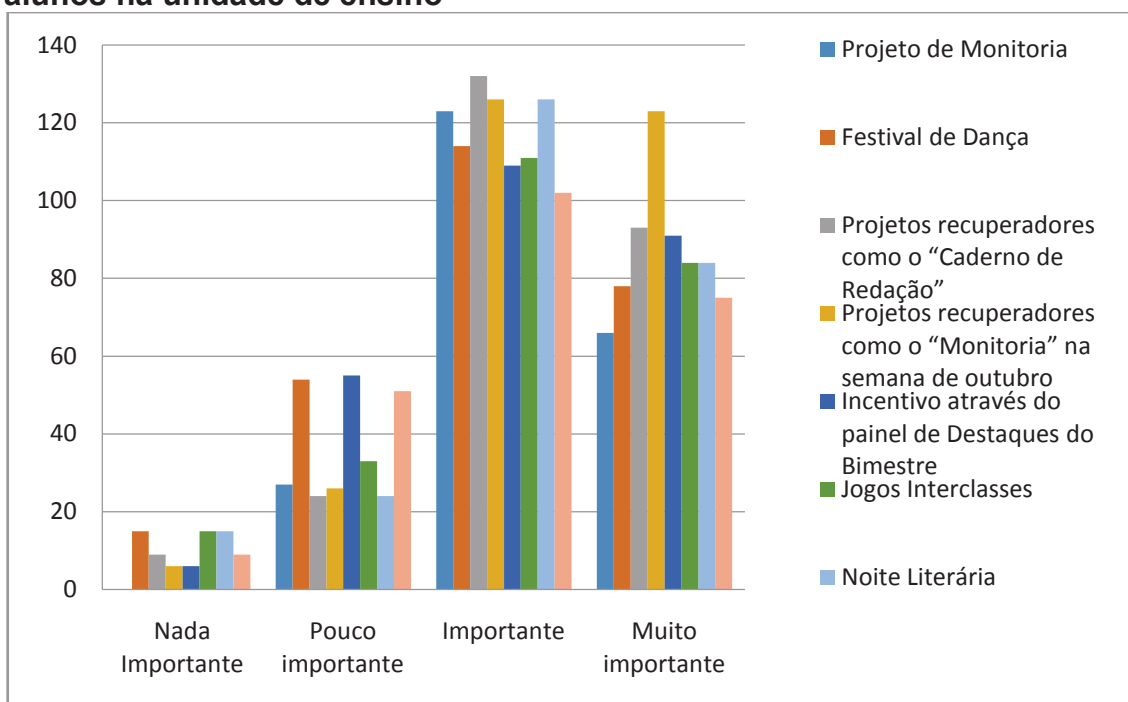
importante para frequência as aulas por 28,7% dos envolvidos no estudo; *importante* para 39,08%; *pouco importante* para 19,54% e *nada importante* para 3,44%. Já em relação ao painel de destaques do bimestre, 34,86% do total dos estudantes que preencheram o questionário, afirmam que a ação é *muito importante* para a frequência diária as aulas, enquanto 41,76% a consideram *importante*. Em contrapartida, 21,07% classificam a ação como *pouco importante* e, 2,29% como *nada importante*.

Os jogos interclasses possuem o reconhecimento de 90,80% dos alunos que participaram do estudo e, esta ação é classificada como muito importante para a frequência escolar por 32,18% do total de alunos e, importante para 42,58%. Sua influencia sobre a variável frequência é pouco importante para 12,64%, enquanto é considerada pouco importante para 5,75%.

Tratando-se dos projetos com foco nas intervenções pedagógicas, o caderno de redação tem o reconhecimento de 86,20% dos alunos, enquanto o projeto de monitoria apresenta índice de 63,21% e, a monitoria na semana de recesso de outubro, 78,16%. Os índices de participação dos estudantes nas três ações são bem variáveis: 85,05% dos alunos afirmam participarem do projeto de redação, enquanto 17,24% participaram do projeto de monitoria e, 21,83% da monitoria na semana de recesso de outubro. A importância destas ações em relação a frequência escolar na visão dos alunos foi a seguinte: 47,12% dos alunos consideram a monitoria da semana de recesso de outubro muito importante, enquanto 48,27% a consideram importante; pouco importante é a opinião de 9,96% dos estudantes e 2,29% afirmam que tal ação nada tem de importante em relação a frequência escolar; já em relação ao projeto de monitoria ao longo do ano letivo, 25,28% dos alunos o considera muito importante, enquanto importante é a classificação de 47,12% e 10,34%, consideram a ação pouco importante no que tange a frequência escolar. Já o “caderno de redação” é visto por 50,57% dos alunos envolvidos no estudo como uma ação *importante* para sua frequência as aulas, enquanto 35,63% afirmam que a ação é *muito importante*. Tal representação expressa que 225 alunos consideram tal ação pedagógica *muito importante ou importante* para seu comparecimento as aulas. Um total de 9,19% e 3,44% dos estudantes que participaram do estudo classificam a existência de um “caderno de redação” como *pouco importante* e *nada importante*, respectivamente.

O gráfico a seguir apresenta de maneira condensada as informações descritas acima, resultado das análises estatísticas realizadas com os questionários aplicados aos alunos do ensino médio.

Gráfico 5 – Impacto das ações pedagógicas desenvolvidas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” na frequência diária e permanência dos alunos na unidade de ensino



Fonte: elaborado pela própria autora.

O gráfico 6 reúne as informações referentes as ações classificadas como de “acolhimento”, desenvolvidas na escola no período de 2016 a 2019, sendo elas: atendimento psicológico que, ocorre através da parceria da unidade de ensino com estudantes de Psicologia de uma universidade estadual do município; atendimento dos alunos por parte da supervisão e direção; ações voltadas para o auxílio a alunos em situação de risco, vulneráveis a depressão, uso de drogas e violência; workshop psicológico, ocorrido sempre na segunda semana de agosto desde o ano de 2018.

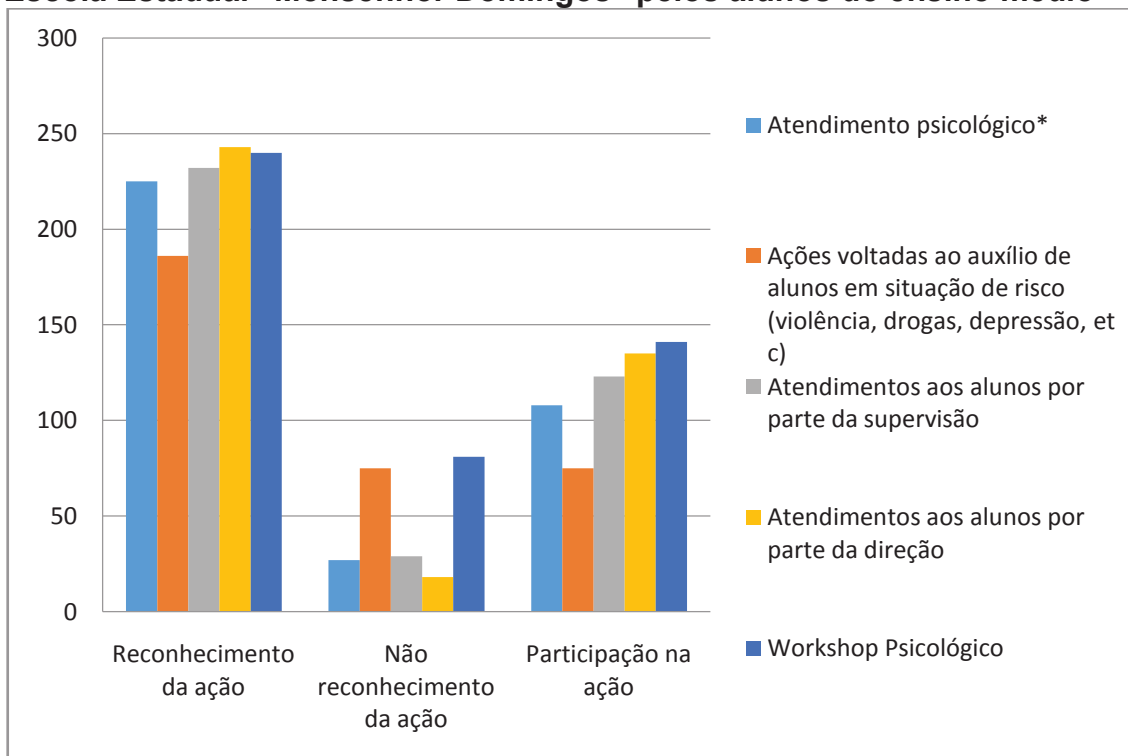
Dentre as ações acima elencadas faz-se necessária a descrição do Workshop Psicológico. Organizado por uma professora da unidade de ensino em parceria a um aluno em 2018, a ação baseou-se em uma manhã de rodas de conversa com os alunos de acordo com temas pré-estabelecidos que

contemplavam diferentes dificuldades dos adolescentes: família, autoaceitação, autoconhecimento, auto-estima, entre outros. No entanto, tais temas eram distribuídos em salas e apresentados de maneira subjetiva, como por exemplo, “O futuro é agora: o que carrego nesta mala?” e, os alunos realizam inscrições para qual roda de conversa queriam participar. A ação foi tão exitosa que foi incorporada ao calendário da instituição, ocorrendo como um dos eventos da semana do estudante.

Já o atendimento psicológico na unidade acontece em sua maioria no chamado “sistema de plantão”. Ocorre o encaminhamento daqueles alunos que apresentam necessidades imediatas, seja por livre demanda do aluno ou por indicação da supervisão/professores ou direção. É interessante destacar que os próprios alunos procuram a direção da escola e a supervisão solicitando a possibilidade de conversar com os psicólogos. Em sua maioria, as demandas são de questões adolescentes, relacionadas à família e as incertezas do processo de amadurecimento.

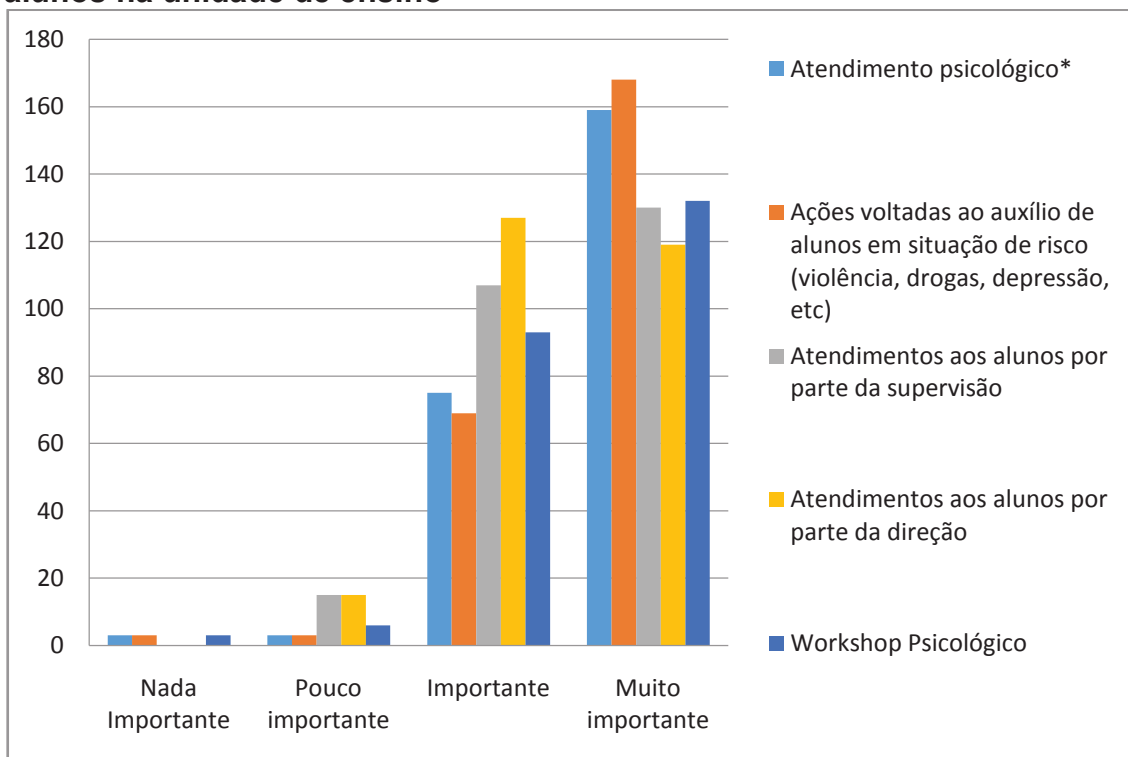
Os resultados das análises das ações de acolhimento são expressas nos gráficos 6 e 7, sendo estes apresentados a seguir.

Gráfico 6– Percepção das ações de acolhimento desempenhadas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” pelos alunos do ensino médio



Fonte: elaborado pela própria autora.

Gráfico 7 – Impacto das ações pedagógicas desenvolvidas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” na freqüência diária e permanência dos alunos na unidade de ensino



Fonte: elaborado pela própria autora.

O atendimento aos alunos por parte da direção apresenta, dentre as ações destacadas, o maior índice de reconhecimento: 93,10%, sendo considerada muito importante para a freqüência as aulas por parte de 45,590% dos alunos e, importante por 48,65%. Já em relação ao atendimento por parte da supervisão ocorre uma pequena variação: 88,88% dos alunos reconhecem a ação no ambiente escolar e, 49,80% a consideram muito importante no que refere-se à variável freqüência, enquanto 40,99% afirmam que a ação é importante. Referente a ambas as ações, 5,74% dos alunos consideram pouco importante a influencia das mesmas na freqüência diária as aulas. Destaca-se ainda que 51,72% do total de alunos que participaram da aplicação do questionário afirmam terem participado do atendimento por parte da direção enquanto 47,12% participaram da mesma ação, porém com a supervisão da escola.

Em relação ao atendimento psicológico existente na instituição, 86,20% dos alunos, o que representa 225 estudantes do total de 261, reconhecem a

existência da ação sendo que 41,37% dos mesmos (108 do total) afirmam terem participado do mesmo. A ação é de muita importância para 60,91% dos alunos que compõe a amostra do presente estudo e, importante para 28,7%.

Tratando-se do Workshop Psicológico os números variam de maneira positiva: 91,95% reconhecem a ação enquanto 54,02% participaram da mesma e, 50,57% a considera muito importante juntamente com outros 35,63% que a classificam como importante.

As ações voltadas ao auxílio de alunos em situação de risco são as de menor reconhecimento dos estudantes: 71,26% afirmam que reconhecem o desenvolvimento das mesmas no ambiente escolar. Em contrapartida, 64,36% consideram tal ação muito importante e, 26,43% a classificam como importante.

A partir do ano de 2016 iniciou-se por parte da equipe gestora o incentivo a realização de ações idealizadas e coordenadas pelos alunos, destacando-se a organização da “Semana do Estudante”, ações como palestras relacionadas a temas os quais os estudantes consideram pertinentes de serem abordados em dado momento, eventos festivos como “Noite de Caldos”, “Festival de Sorvete” e “Halloween”, além de ações assistenciais como visitas a escolas e entidades carentes.

Além das atividades acima descritas, ações como a realização de oficinas de vôlei, violão, coral, fanfarra, foram implantadas ao término das aulas do segundo turno, sendo abertas a todos os alunos. No entanto, tais atividades são de organização e proposição dos próprios alunos, destacando-se a oficina de vôlei que, desde sua implantação já foi coordenada por três alunos diferentes que, abandonaram a ação por terem concluído o ensino médio. É importante destacar que para a realização destas atividades que, ocorrem entre 17h30min e 19h, há uma organização administrativa na escola para que haja sempre um auxiliar de serviços gerais responsável pelo fechamento da unidade.

Outra medida importante foi à reestruturação do acervo da biblioteca. Entre 2016 e 2019 mais de 400 exemplares literários foram adquiridos sendo consideradas as sugestões dos alunos para efetuação das compras. Os clássicos solicitados pelos professores sempre foram adquiridos de maneira paralela aos anseios dos estudantes. Diante deste reconhecimento iniciou-se

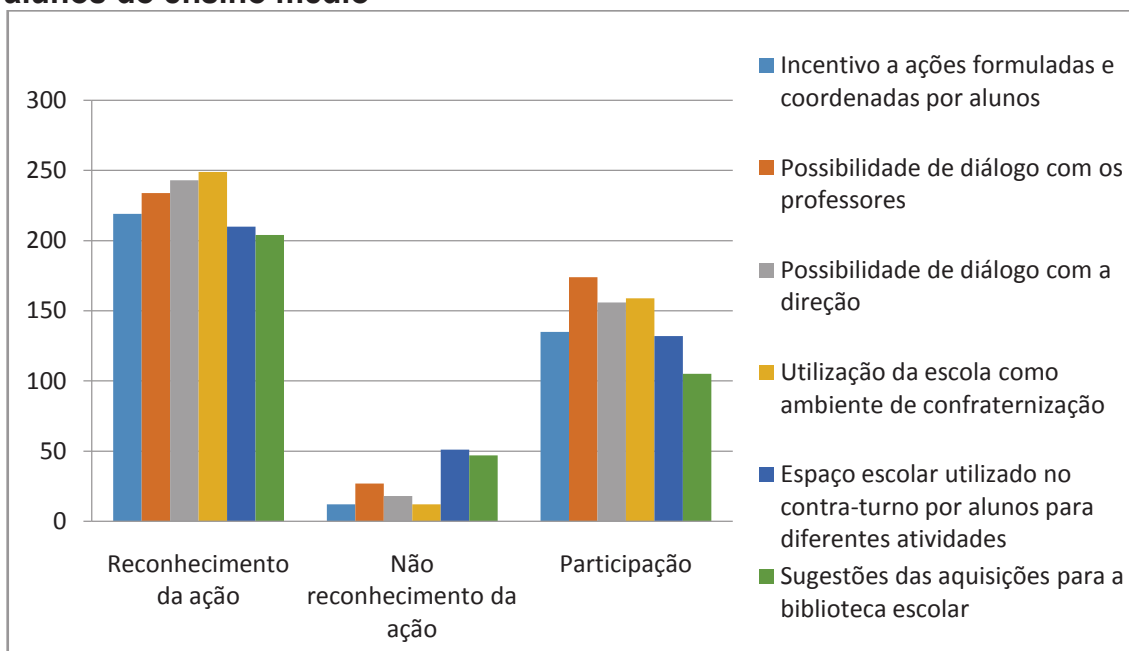
voluntariamente um processo de doação de livros literários por parte dos alunos que tornou o acervo mais atrativo e, conseqüentemente aumentou o número de alunos leitores.

As ações acima mencionadas foram abordadas pelo questionário aplicado, sendo classificadas como ações ligadas ao protagonismo juvenil, da seguinte maneira:

- incentivo as ações formuladas e coordenadas por alunos;
- possibilidade de diálogo com professores e direção;
- utilização da escola como ambiente de confraternização;
- espaço escolar utilizado no contra-turno por alunos para diferentes atividades e;
- sugestão de aquisições para a biblioteca escolar.

Os dados referentes ao reconhecimento da existência das ações mencionadas no ambiente escolar e, a participação dos alunos do ensino médio nestas são apresentadas no gráfico a seguir.

Gráfico 8 – Percepção das ações de incentivo ao protagonismo juvenil desempenhadas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” pelos alunos do ensino médio



Fonte: elaborado pela própria autora.

Dentre as ações relacionadas no questionário, à utilização da escola como um ambiente de confraternização é a que apresenta maior índice de reconhecimento pelos alunos, 95,40%, o que representa 249 participantes. As ações que contemplam este item tiveram segundo análise dos questionários aplicados, participação de 60,91% dos alunos participantes da pesquisa, ou seja, 159 alunos afirmam terem utilizado a escola como um ambiente de confraternização. Em relação a tal ação, 19,54% dos alunos a consideram *muito importante* para seu comparecimento diário a escola, enquanto 40,22% a classificam como *importante*, o que corresponde respectivamente a 51 e 105 dos alunos participantes. Já 21 alunos dentre os participantes (8,05%) classificam tais ações como *pouco importante*, enquanto 12 (4,59%) afirmam que a mesma é *nada importante* quando se considera os fatores que os motivam a comparecer diariamente a escola.

A abertura de possibilidade de diálogo com a direção na Escola Estadual “Monsenhor Domingos” é reconhecida por 93,10% dos estudantes envolvidos no estudo, o que representa 243 alunos no total, sendo que 63,21% consideram tal possibilidade *muito importante* e 31,03% *importante*, enquanto 2,29% e 1,14% afirmam que tal situação é *pouco importante* e *nada importante* respectivamente, quando se referem aos motivos de comparecimento diário a escola. Destaca-se que 59,77% dos alunos envolvidos no estudo, o que representa 156 alunos no total, afirmam já terem participado de momentos de diálogo com a direção.

Ainda em relação ao diálogo, mas, no que tange aos professores, 89,65% dos alunos reconhecem tal possibilidade, percentual que representa 234 estudantes do total de 261 participantes da pesquisa. Dentre eles, 66,66% (174 alunos), afirmam terem participado de momento de diálogo com os professores e, 62,06% (162) classificam tal oportunidade como *muito importante* em relação a sua frequência as aulas. Já 87 estudantes, o que representa 33,33% do total, afirmam que tal possibilidade é *importante* quando se trata da frequência a escola, enquanto 06 alunos (2,29%) destacam a medida como *pouco importante*.

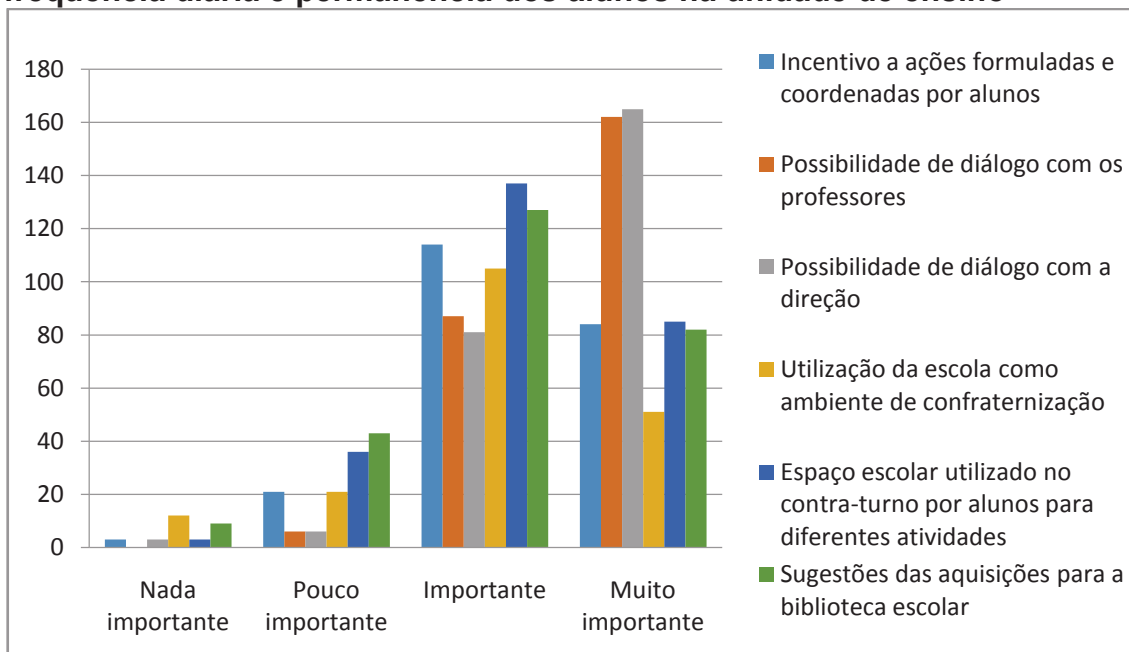
O incentivo a ações formuladas e coordenadas pelos alunos é reconhecida por 83,90% do total de estudantes participantes da pesquisa, o que representam um total de 219 alunos. Tal ação é classificada por 43,67%

deles (114 alunos) como *importante* e por 32,18% (84) como *muito importante*. *Pouco importante* foi à classificação utilizada por 8,05% do total de alunos participantes para tal ação, representando 21 alunos do total, enquanto 03 alunos (1,14%) consideram a mesma *nada importante*. Dentre os estudantes envolvidos na pesquisa, 51,72% (135 do total), afirmam terem participado de ações coordenadas e formuladas por alunos.

Dentre as ações com menor reconhecimento por parte dos alunos encontram-se a utilização do espaço escolar no contra-turno para diferentes atividades, reconhecida por 80,45% dos envolvidos no estudo e, a possibilidade de sugestões para aquisições para a biblioteca, 78,16%. A primeira ação contou com a participação de 50,57% dos alunos envolvidos no estudo, enquanto a segunda com 40,22%. A utilização do espaço escolar no contra-turno para diferentes atividades foi apontada como uma ação *muito importante* para o comparecimento as escola por 32,56% dos alunos participantes do estudo, enquanto 52,49% afirmaram que a ação é *importante* em relação a tal freqüência. Um total de 13,79% dos alunos no entanto, descrevem tal ação como *pouco importante* e, 1,14%, o que representa apenas três alunos, como *nada importante*. Já em relação a possibilidade de sugestões para a biblioteca, 31,41% dos envolvidos classificam a ação como *muito importante* quanto trata-se da freqüência dos mesmos as aulas, enquanto 48,65% afirmam que a mesma é *importante*. Quarenta e três alunos, o que representa 16,47% do total, afirmam que a ação é *pouco importante*, enquanto 3,44% (9 alunos no total) a classificam como *nada importante*.

Os resultados das análises do impacto das ações classificadas como de protagonismo juvenil encontram-se reunidas no gráfico a seguir.

Gráfico 9 – Impacto das ações de incentivo ao protagonismo juvenil desenvolvidas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” na freqüência diária e permanência dos alunos na unidade de ensino



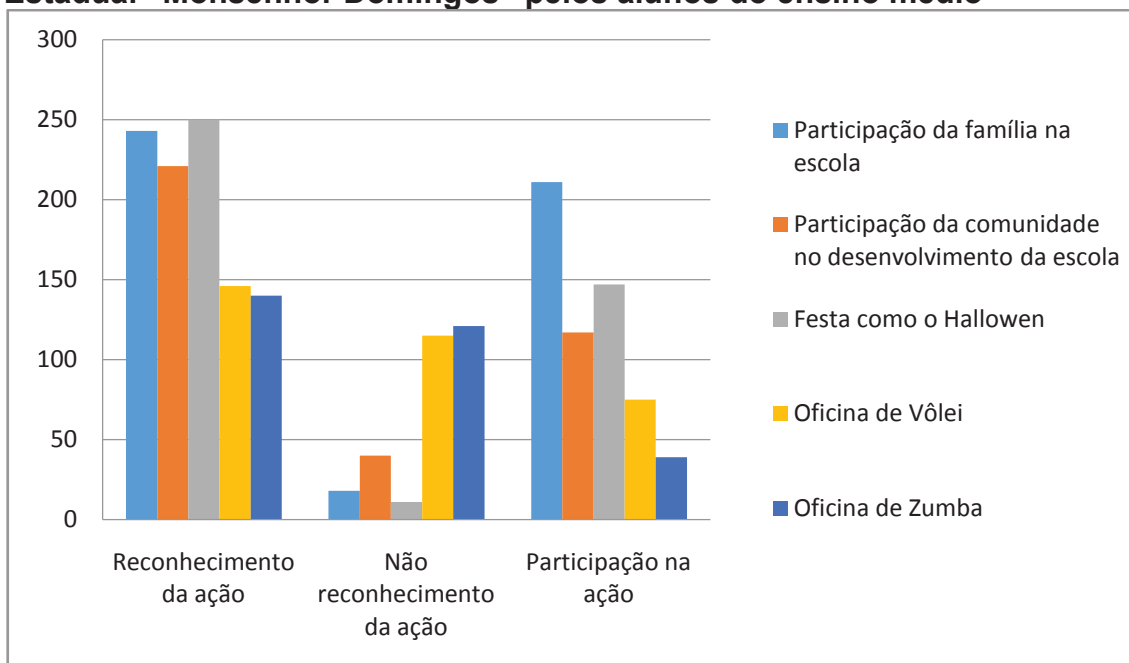
Fonte: elaborado pela própria autora.

Por fim, as demais ações contempladas pelo questionário aplicado foram classificadas como “Ações de Integração”, sendo estas:

- participação da família na escola;
- participação da comunidade no desenvolvimento da escola;
- festa de Halloween;
- oficina de vôlei;
- oficina de zumba.

Analisadas as informações referentes ao reconhecimento por parte dos alunos das ações mencionadas acima e, o impacto das mesmas no comparecimento diário e permanência na escola de acordo com a classificação realizada pelos alunos do ensino médio, elaborou-se os gráficos 10 e 11 que são apresentados a seguir.

Gráfico 10 – Percepção das ações integração desenvolvidas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” pelos alunos do ensino médio



Fonte: elaborado pela própria autora.

O incentivo a participação da família na escola, deu-se a partir de 2016, através do desenvolvimento de uma organização anual divulgada no início do ano letivo e, reafirmada ao fim de cada bimestre. Assim, os pais e responsáveis, no início do ano recebem um cronograma com todas as atividades da escola, entre eventos, viagens, reuniões e, tais datas são lembradas através de bilhetes enviados antecipadamente e através de folhetins entregues a cada reunião de responsáveis. Desta maneira, é possível uma organização das famílias para participação em eventos escolares, bem como em reuniões de responsáveis. A participação da família na escola é reconhecida por 93,10% dos alunos que participaram do preenchimento do questionário e, 80,84% dos alunos envolvidos afirmam ter participado de ações de participação da família na escola. *Muito importante* é classificação dada por 49,42% dos estudantes envolvidos no estudo a participação da família na escola, enquanto 42,52% consideram tal participação *importante* quando se trata de sua frequência diária a escola.

A participação da comunidade no desenvolvimento da escola tem sido incentivada pelo estabelecimento de parcerias para realização de ações e, em

2019 culminou na representação da comunidade no Colegiado Escolar, através da representação no mesmo por dois membros da Associação de Moradores. Um total de 221 alunos, ou seja 84,67% do total de alunos participantes da pesquisa, afirmam reconhecer a participação da comunidade no desenvolvimento da escola, enquanto 49,82% destacam terem participado de ações entre escola e comunidade; 34,86% consideram a influencia na participação da comunidade no desenvolvimento da escola *muito importante* para sua presença diária a escola, enquanto 49,80% afirmam que a mesma é *importante*.

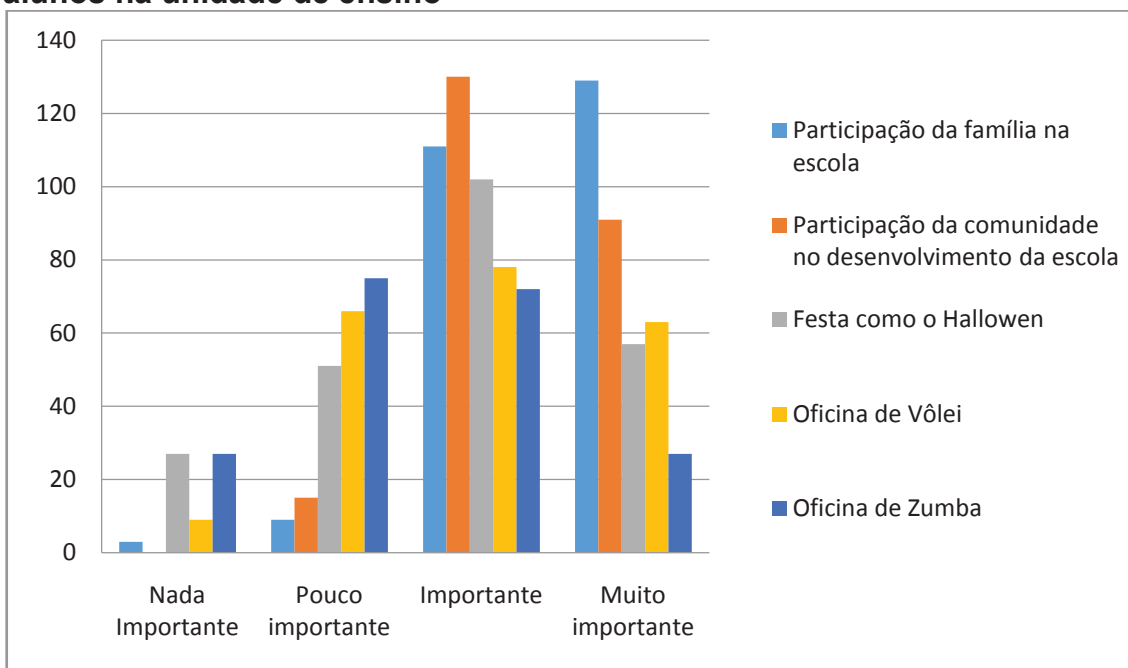
A festa de Halloween foi citada no questionário por envolver um número considerável de alunos e, ocorrer anualmente desde 2016. Do total de participantes do estudo, 95,78% reconhecem a existência de uma festa de Halloween e, 56,32% afirmam já ter participado da mesma. Em relação a influencia desta na freqüência escolar dos alunos obteve-se o seguinte resultado: 21,83% consideram a ação *muito importante*; 39,08% a consideram *importante*; 19,54% afirmam que a ação é *pouco importante*; e 10,34% destacam a ação como *nada importante*.

Por fim, as oficinas de vôlei e zumba apresentam público variado: alunos, mães, membros da comunidade. As aulas são realizadas após o término do turno vespertino, na quadra da escola. Em relação a estas ações o reconhecimento dos alunos apresenta-se como o mais baixo: 44,06% reconhecem a existência da oficina de vôlei e, 46,36% as aulas de zumba. Em relação à participação 28,75% afirmam terem participado da oficina de vôlei enquanto 14,94% das aulas de zumba. Em relação a classificação da importância destas ações sobre a freqüência dos estudantes a aula obteve-se o seguinte resultado: 24,13% dos estudantes consideram a influencia da oficina de vôlei *muito importante*, enquanto 29,88% a classifica como *importante* e, 25,28% como *nada importante*; considerando-se as aulas de zumba 10,34% afirmam que a influencia das mesmas são *muito importante*, enquanto 27,58% as classificam como *importante*. No entanto, o maior número de alunos, que totaliza 28,73% do total de participantes do estudo afirma que o impacto de tal ação é *nada importante* frente ao comparecimento diário destes a escola.

O grau de importância atribuída pelos estudantes de ensino médio participantes da pesquisa às ações classificadas como de integração, em

relação a seu comparecimento e permanência na escola, foram compiladas no gráfico que se segue.

Gráfico 11 – Impacto das ações de integração desenvolvidas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” na frequência diária e permanência dos alunos na unidade de ensino



Fonte: elaborado pela própria autora.

Após a apresentação dos dados obtidos junto aos alunos, iniciou-se a consolidação dos dados fornecidos através de entrevistas com profissionais ligados a instituição de ensino que, são apresentadas a seguir.

2.3.2 Síntese dos dados obtidos na realização de entrevistas

Além da realização de uma pesquisa junto aos alunos, realizou-se uma entrevista junto à analista educacional e a inspetora escolar da SRE Divinópolis que acompanham a Escola Estadual “Monsenhor Domingos”. As duas profissionais foram entrevistadas através de um pequeno roteiro semi-estruturado composto por sete itens. Ressalta-se que tais entrevistas se deram de maneira individual e conseqüentemente, em momentos distintos, não tendo nenhuma das participantes conhecimentos relativos às respostas fornecidas pela outra.

Ambas as entrevistadas possuem graduação em Pedagogia e pós-graduação em Psicopedagogia. A analista educacional possuiu ainda pós-graduação em adolescência e relações de gênero e, atua no setor pedagógico da Superintendência Regional de Ensino a 18 anos, acompanhando a Escola Estadual Monsenhor Domingos a mais ou menos cinco anos. Já a inspetora escolar é mestre em engenharia de produção do conhecimento, atua nesta função há 17 anos e, acompanha a escola desde janeiro de 2016

Quando questionadas sobre os avanços obtidos pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” ao longo dos últimos anos, as servidoras destacaram:

“A Escola avançou muito nos últimos anos no que diz respeito à gestão, ao processo de participação da comunidade escolar, às parcerias estabelecidas, ao processo ensino aprendizagem, à melhoria do espaço físico da escola” (Analista Educacional, 2019).

“A escola vem avançando significativamente nos resultados das avaliações externas, principalmente em 2018 quando conseguiu proficiência acima de sua meta, da SRE e do estado em Língua Portuguesa e Matemática. No mesmo ano, destacou-se ao obter a melhor nota de redação no ENEM entre as escolas públicas e Divinópolis. Já em relação à comunidade escolar, se consolida o sentimento de pertencimento e confiança entre alunos, professores, famílias e direção. Administrativamente, se estruturou organizando o arquivo de pessoal e de alunos. A rede física foi substancialmente melhorada com empenho da direção e da comunidade” (Inspetora Escolar, 2019).

Em seguida, as entrevistadas foram questionadas especificamente sobre os resultados pedagógicos alcançados pela instituição. Ao serem perguntadas sobre qual resultado obtido seria o mais significativo no período entre 2016 e 2019, as servidoras relataram:

“A escola diminuiu a taxa de distorção idade/série de 29,38% em 2013, para 19,3% em 2018 no ensino médio. A taxa de aprovação subiu de 57,18% 2011 para 71.35% em 2018 e, a taxa de abandono reduziu de 10.58% em 2011 para 0% em 2018, no ensino fundamental e médio. A proficiência em língua portuguesa no ensino médio subiu de 286.5 para 307,6 e em Matemática de 278 para 293,2. Isso é apenas uma amostra do quanto à atual gestão da escola tem contribuído para melhoria do processo ensino aprendizagem e qualidade da educação” (Analista Educacional, 2019).

“A escola hoje se destaca como referência para os alunos com necessidades especiais que, são recebidos e naturalmente acolhidos por professores, alunos e funcionários” (Inspetora Escolar, 2019).

A autora informou a cada uma das entrevistadas sua compreensão sobre as diferenças existentes entre as escolas e as comunidades as quais estas se encontram inseridas. No entanto, destacou-se a existência de aspectos comuns a maioria das instituições de ensino. Sendo assim, fez-se a seguinte pergunta a cada uma das entrevistadas: *“Em relação às demais escolas de ensino médio acompanhadas por você, em sua opinião há algo que difere a Escola Estadual “Monsenhor Domingos” das demais? Se sim, o que seria?”*

Em minha opinião o que difere a Escola Estadual Monsenhor Domingos das outras é a gestão, que acredita e investe nos estudantes possibilitando desenvolvimento de ações e atitudes protagonistas. Existe um diálogo aberto entre a equipe gestora e os alunos, os quais, participam de todas as decisões da escola com sugestões e ações (Analista Educacional, 2019)

A gestão compartilhada é o fator que difere a Escola Estadual “Monsenhor Domingos” das demais. A atuação do Grêmio e a postura da direção, sempre aberta a propostas inovadoras, fazem com que o sucesso seja resultado de muito trabalho e dedicação (Inspetora Escolar, 2019).

Em seguida as participantes foram indagadas quanto a sua opinião, sobre o desenvolvimento de alguma ação nos últimos anos que pudesse ter impactado os índices de evasão, infrequência e abandono das turmas de ensino médio da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” nos últimos anos. As respostas a esta pergunta foram às seguintes:

“Todas as ações realizadas na escola nos últimos anos impactaram positivamente os índices da escola melhorando significativamente as taxas de aprovação, diminuindo a evasão e aumentando a proficiência da escola. A escola que tem uma equipe gestora com visão pedagógica e aberta ao diálogo o que faz toda diferença na educação. A equipe gestora investiu também em muitas ações de intervenção pedagógica e formação continuada dos professores. Gestão é tudo!” (Analista Educacional, 2019).

“O sentimento de pertencimento é o grande motivador para manter os alunos na escola e gerar uma relação de confiança e prazer de estar

e permanecer na escola, não só no horário de aulas, mas, também em atividades realizadas no contra turno” (Inspetora Escolar, 2019).

A última questão apresentada às entrevistadas foi à seguinte: *uma vez que seu trabalho envolve a atuação com diferentes instituições de ensino, você considera possível que alguma das ações desenvolvidas na Escola Estadual “Monsenhor Domingos” possam ser aplicadas com impactos semelhantes em outras instituições?*

“Com certeza todas ações desenvolvidas pela atual gestão podem e devem ser replicadas em outras escolas, principalmente as ações voltadas para o protagonismo juvenil, para a formação continuada dos professores e as ações de intervenção pedagógica com atividades diferenciadas, lúdicas e desenvolvidas pelos próprios alunos” (Analista Educacional, 2019).

“As ações realizadas na Escola Estadual “Monsenhor Domingos” podem e certamente devem ser reproduzidas em outras escolas. Mas é importante destacar que o envolvimento da direção e o zelo com o pedagógico são garantias para o bom desempenho dos projetos propostos e a significativa elevação dos índices de proficiências e, com a observação destes fatores, as ações podem ser aplicadas com êxito em outras escolas” (Inspetora Escolar, 2019).

2.4 Considerações sobre a pesquisa de campo

A pesquisa realizada junto aos alunos da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” identificou, as ações realizadas na instituição que impactam de maneira positiva, segundo a percepção dos alunos, três das quatro barreiras do ensino médio brasileiro: a infrequência, a evasão e o abandono.

A análise dos dados permite observar que as ações abordadas pelo questionário aplicado aos alunos do ensino médio são reconhecidas pela grande maioria dos mesmos e, impactam de maneira positiva a frequência dos alunos a escola e a permanência dos mesmos nesta. Destaque para as seguintes ações que, apresentam impacto consideravelmente inferior as demais: oficina de zumba, vôlei e festas como o Halloween.

E necessário destacar que a construção destas ações deu-se de maneira gradativa e, a implementação destas em outras instituições também

deve ocorrer desta forma. Os diferenciais apontados pelas servidora a Superintendência Regional de Ensino, analista e inspetor escolar - gestão, sentimento de pertencimento, diálogo, parceria e participação da comunidade – são resultado de um trabalho construído ao longo do tempo e, portanto, as ações propostas no capítulo a seguir configuram-se como básicas para o amadurecimento de outras ações.

A pesquisa de campo trouxe um diagnóstico acerca do estudo proposto que, culmina na possibilidade de atender o principal objetivo deste estudo: um Plano de Ação Educacional com foco na redução da infrequência, evasão e abandono.

Ao analisarmos a retrospectiva histórica do ensino médio brasileiro, percebe-se que a criação da escola formal brasileira e, anos depois a estruturação do ensino médio, ocorre de forma a atender as demandas econômicas do país, desconsiderando as peculiaridades que envolvem o principal ator do processo educativo: o aluno.

A resolução de um problema só é possível mediante uma análise real do mesmo e, no caso da evasão, abandono e infrequência escolar, torna-se de suma importância ouvir o aluno para compreender quais as razões o levam a faltar de maneira considerável à escola ou, abandoná-la.

Sendo assim, para elaboração do Plano de Ação Educacional (PAE) considerou-se as ações que obtiveram um grande percentual de classificação entre *muito importante* e *importante* por parte dos alunos e que, apresentam-se com estruturadoras de outras ações.

O capítulo a seguir destina-se, portanto, a apresentação do PAE, descrevendo as ações propostas para atingir o objetivo de redução dos índices de infrequência, evasão e abandono em turmas de ensino médio, culminando na melhora não apenas dos índices relativos a estas variáveis, mas, conseqüentemente, na qualidade do ensino público brasileiro. O PAE a seguir deverá nortear o trabalho das escolas no sentido de melhorar a relação entre a escola e seu aluno, com foco no acolhimento e protagonismo do mesmo, além de estreitar laços entre a instituição e familiares.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA PARA REDUÇÃO ÍNDICES DE EVASÃO, ABANDONO E INFREQUÊNCIA NO ENSINO MÉDIO

A elaboração de um Plano de Ação Educacional é um desafio composto por limites e perspectivas. Ressalta-se que, tratando-se do presente estudo, as considerações realizadas pela analista educacional e inspetora escolar entrevistadas, bem como demonstrada pelos alunos através das respostas fornecidas nos questionários, agregam certa responsabilidade dos índices apresentados pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” a equipe gestora e, sendo assim, há peculiaridades ligadas diretamente ao perfil do gestor.

No entanto, a realização de ações semelhantes às realizadas, em escolas de ensino médio e classificadas pelos jovens da unidade de ensino envolvida na pesquisa como importantes, apresenta grande potencialidade em relação aos índices de evasão, abandono e infrequência.

Para elaboração do Plano de Ação proposto no presente estudo, utilizou-se com base a técnica conhecida como 5W2H que, possibilita a organização de todas as informações necessárias ao sucesso da realização de tarefas de maneira objetiva, garantindo a manutenção do foco da mesma.

O 5W2H consiste basicamente na elaboração de um planejamento em resposta a sete questões em inglês, sendo as cinco primeiras iniciadas com a letra “W” (*what, Who, when, where e why*) e as duas últimas com a letra “H” (*how e howmuch*).

Sendo assim, a ferramenta em questão baseia-se no estabelecimento do que será feito (*what?*), por quem será feito (*who?*), quando será feito? (*when?*), onde será feito? (*where?*), por que será feito (*why?*), como será feito (*how?*) e quanto custará fazer (*howmuch?*).

A ferramenta 5W2H foi selecionada devido a sua facilidade de utilização, compreensão e, facilidade para atuação de gestores, além de apresentar grandes benefícios organizacionais.

Espera-se que as ações agrupadas no PAE, ao serem aplicadas em escolas de ensino médio, possam auxiliar a redução dos índices de infrequência, evasão e abandono, contribuindo para melhora do quadro educacional.

Ressalta-se que a não apresentação no PAE de todas as ações classificadas como *importante ou muito importante* por uma parcela considerável de alunos, justifica-se pela necessidade de um “amadurecimento” da comunidade escolar para a realização da mesma. Cita-se como exemplo a situação das aulas de voleibol que, acontecem na Escola Estadual “Monsenhor Domingos” após as aulas do turno vespertino e, são ministradas por alunos do turno matutino (ensino médio) a alunos de seu turno e do ensino fundamental (turno vespertino). Uma ação com tal configuração somente pode ser desenvolvida de maneira satisfatória em uma instituição onde o sentimento de pertencimento e a compreensão da função do aluno enquanto responsável não apenas pela estrutura física da unidade de ensino, mas também por sua influencia no desenvolvimento dos aspectos sociais da mesma, é vivenciado por uma parcela considerável. Tal situação, é fruto de uma construção e, por isso apresenta-se como uma das últimas a serem implantadas, mas nada impede que ocorram em um outro formato, como através de parcerias.

A seguir seção o apresentadas e detalhadas cada uma das ações que compõe o Plano de Ação Educacional (PAE).

3.1 Implantação de um sistema de atendimento psicológico

Em seu texto intitulado “Adolescendo” Sandra Maria Baccara Araújo, Diretora técnica do Centro de Estudo, Pesquisa e Atendimento Psicológico (CEPAPsi), publicado na Revista Ciência Hoje na escola, destaca o fato de que ser adolescente nem sempre é fácil, uma vez que esta etapa da vida é regada a transformações, conflitos, perdas e medos. Ao longo do texto a autora faz menção a necessidade do adolescente realizar a separação psíquica afetiva dos pais e, o sentimentos contraditórios de tal situação: de um lado a sensação de independência, do outro o sentimento de desamparo e abandono. De um lado, o medo de abandonar a segurança do espaço familiar. Do outro, as atrações e os desafios irresistíveis do mundo externo. Araújo (2007) destaca ainda que é na adolescência também que se estrutura a identidade sexual, experiência que traz mais conflitos para o jovem: para se tornar homem ou mulher, é preciso tomar posições, atitudes sociais, culturais e afetivas que os

adolescentes têm medo de assumir. Destaca-se ainda a situação da “definição” de rumos profissionais ao chegar ao ensino médio.

Diante deste cenário, o diálogo com os jovens torna-se indispensável no auxílio a transposição desta fase tão importante da vida. No entanto, a estrutura da sociedade moderna onde, na grande maioria das vezes, pai e mãe trabalham e, os momentos de diálogo em casa tornam-se cada vez mais escassos, é na escola, onde os jovens estabelecem a grande parte de suas relações. No entanto, neste ambiente, o jovem tem como alicerce amigos que, também sofrem com o peso da adolescência ou, buscam apoio em adultos que infelizmente não podem disponibilizar um tempo sempre que necessário ao mesmo: equipe gestora e docente não consegue, atender a tamanha demanda de necessidade de diálogo destes jovens.

Diante deste quadro, a disponibilização de possibilidade de diálogo, em especial sobre os conflitos da adolescência, no ambiente escolar, o qual o jovem passa grande parte de seu tempo, torna-se muito relevante.

Dentre as ações destacadas por um grande número estudantes como relevantes para o comparecimento diário a escola pelos alunos envolvidos no estudo, destaca-se o atendimento psicológico realizado na Escola Estadual “Monsenhor Domingos”, classificado como *importante* ou *muito importante* por 88,98% dos discentes, quanto se trata da questão da frequência. O projeto de atendimento psicológico desenvolvido na unidade de ensino em questão já foi pauta de reportagem de um canal televisivo do centro-oeste mineiro e, pode ser conferido no link: <http://g1.globo.com/mg/centro-oeste/mgtv-2edicao/videos/t/edicoes/v/projeto-implanta-servico-de-atendimento-psicologico-a-estudantes-de-divinopolis/7054102/>.

Quadro 10 - Plano de Ação para o desenvolvimento de um sistema de atendimento psicológico

O que será feito	Estabelecimento de um sistema de atendimento psicológico na modalidade de plantão
Porque será feito?	Os alunos demonstram que o atendimento psicológico apresenta-se como um fator relevante na frequência dos alunos as aulas, sendo considerado importante ou muito importante diante de tal variável

	para 88,98% dos participantes do estudo.
Por quem será feito?	Estagiários do curso de Psicologia de faculdades e universidades próximas aos municípios.
Onde será feito?	Na própria escola, em horário de aula.
Quando será feito?	Ao longo do ano letivo.
Como será feito?	<p>De acordo com a livre procura do estudante pelo atendimento ou, pela indicação de professores ou supervisão escolar mediante identificação de necessidade.</p> <p>Os estagiários deverão estabelecer junto a supervisão escolar um horário para permanecerem de plantão na escola e, inclusive, participarem de momentos como o horário de recreio pois, a experiência da escola pesquisada demonstra que vários alunos os procuram em momentos de descontração como estes. Diante de necessidades detectadas, os estagiários podem nortear rodas de conversas em horários como o do recreio e, quando identificarem demandas graves que necessitam de acompanhamento psicológico (terapia) devem informar a direção para que as devidas providências sejam tomadas.</p>
Quanto custará?	Por tratar-se de um sistema de parceria onde a escola apresenta-se como um ambiente de estágio, não há custos para a unidade escolar. É necessária apenas a disponibilização de um espaço para atendimento.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2 Abertura do ambiente escolar ao diálogo

Uma escola na qual os alunos afirmam existir a possibilidade de diálogo com a direção, supervisão e corpo docente não se faz com imposições ou determinações, mas, sim, com um intenso trabalho de reflexão a cerca do papel da escola, do docente, do gestor.

A possibilidade de atendimento por parte da supervisão e da direção, bem como o diálogo com professores, direção e acompanhamento pela supervisão escolar, foram reconhecidos por um grande índice de alunos como reais na Escola Estadual “Monsenhor Domingos” e, identificados como fatores *muito importantes* ou *importantes* para mais de 94% dos alunos participantes do estudo.

Sendo assim, a seguir são apresentadas ações que visam contribuir para que o ambiente escolar e os servidores que nele atuam, possam gradativamente desenvolver um olhar diferenciado para a educação, possibilitando o estabelecimento de vínculos com os discentes e, automaticamente gerando um ambiente acolhedor, de confiança, que culmine em um sentimento de pertencimento. Faz-se necessário destacar a afirmação de Ferreira (2013) *apud* Filho e Araújo (2017), já mencionada no capítulo 2 desta dissertação: escolas não atrativas e autoritárias tendem a apresentar maiores índices de alunos que abandonam os estudos.

A primeira ação a seguir diz respeito a uma organização administrativa que garanta a possibilidade de otimização do tempo destinado a determinadas tarefas e, viabilize momentos de diálogo sobre a prática docente, a realidade dos alunos, o estudo de informações para aperfeiçoamento da prática escolar, entre outros.

Quadro 11 - Plano de Ação para o estabelecimento de uma organização de atendimento

O que será feito	Organização de atendimento
Porque será feito?	Para propiciar rotinas de atendimento que permitam a supervisão escolar nortear o planejamento coletivo e disponibilizar tempo para atender demandas do corpo discente que surjam ao longo da semana, além da realização de atendimento aos pais. É claro que a direção da escola possuiu uma agenda diferenciada, mas, a medida acaba por concentrar as demandas em dias específicos também para a equipe gestora.
Por quem será feito?	Especialista de educação básica elaborará a rotina que será coordenada pelos servidores da secretária.

Onde será feito?	Sala da supervisão escolar
Quando será feito?	Semanalmente ao longo do ano letivo
Como será feito?	Organização de um cronograma de atendimento para a supervisão escolar onde o planejamento coletivo dos professores ocorra nas segundas-feiras e, o atendimento de pais e ou/responsáveis às terças e quintas, permitindo assim que as quartas e sextas feiras fiquem livres para atendimento da demanda de alunos.
Quanto custará?	Não há custos financeiros para o desenvolvimento da ação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 12 - Plano de Ação para o estabelecimento de reuniões periódicas com os representantes de turma

O que será feito	Reunião entre os representantes de turma, supervisão e direção escolar.
Porque será feito?	94,24% destacam a possibilidade de atendimento pela direção da escola como <i> muito importante </i> ou <i> importante </i> para seu comparecimento e permanência na instituição de ensino.
Por quem será feito?	Equipe gestora e supervisão pedagógica.
Onde será feito?	Na própria escola.
Quando será feito?	Mensalmente.
Como será feito?	Através do modelo de roda de conversa, mensalmente, tendo a proposta de um café para tornar o ambiente mais acolhedor. O objetivo é que alunos representantes de turma e equipe gestora possam refletir sobre ações escolares, problemas e ações positivas realizadas, além de permitir que os alunos realizem apontamentos.
Quanto custará?	A ação não apresenta custos à unidade de ensino.

Fonte: Elaborado pela autora.

Um ponto importante a ser destacado refere-se a questões que envolvem a elaboração dos quadros de horários das escolas. Deve-se ter em mente sempre que tal horário deve ser pedagógico e não docente. Isso significa que o horário deve atender as necessidades pedagógicas da instituição de ensino e não os anseios individuais dos professores. É muito comum deparar-se com situações onde o professor determina os dias os quais quer trabalhar, sair mais cedo ou ter “folga”.

Desta maneira, propõem-se as instituições de ensino a elaboração de uma grade de horários que contemplem além dos horários destinados a prática docente, os destinados ao cumprimento do que se denomina módulo II. Sendo assim, um professor responsável por lecionar 16 aulas em uma manhã permaneceria na escola por 18 horários, visto que para um regime básico de 16 aulas lecionadas deve cumprir 2 horas de planejamento em local definido pela direção e, até 2 horas de reuniões de caráter coletivo.

Diante do exposto acima, propõe-se a realização de planejamentos coletivos que viabilizem momentos de reflexão e troca de experiências, além de formação continuada. Tais ações são detalhadas nos quadros que se seguem.

Quadro 13 - Estabelecimento de um horário de planejamento coletivo

O que será feito	Horário de Planejamento Coletivo
Porque será feito?	Permitir aos professores um contato em planejamento coletivo junto à supervisão pedagógica que, além de propiciar o planejamento de ações conjuntas permita a troca de informações importantes sobre a realidade escolar, incluindo questões pertinentes a alunos que, auxiliam a melhora do diálogo entre alunos e professores.
Por quem será feito?	Horário elaborado pela direção da escola e, coordenado pela supervisão escolar.
Onde será feito?	Sala da supervisão escolar
Quando será feito?	Semanalmente ao longo do ano letivo
Como será feito?	Os professores de uma mesma área de conhecimento os áreas afins deverão realizar um módulo-planejamento semanal na sala da

	supervisão junto à especialista de educação. Sendo assim a supervisora estará a disposição do grupo de professores naquele momento para discutirem a organização de atividades, ações, reflexão de procedimentos, realidades e discussões a cerca de situações relacionadas a turmas ou alunos em específico.
Quanto custará?	Não há custos financeiros para o desenvolvimento da ação.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 14 - Plano de Ação para o estabelecimento de momentos de reflexão sobre a prática docente e de formação continuada.

O que será feito	Reflexão sobre a prática docente e, formação continuada;
Porque será feito?	Necessidade de reflexão constante sobra a prática docente.
Por quem será feito?	Supervisão pedagógica e equipe gestora
Onde será feito?	Na própria escola.
Quando será feito?	Reuniões coletivas de módulo II.
Como será feito?	Utilização das reuniões de professores para reflexão sobre a prática docente e, formação continuada, com abordagem dos seguintes temas: taxonomia de Bloom; processo de construção de avaliações; intervenção pedagógica; feedback da equipe de estagiários de psicologia.
Quanto custará?	Não há custos para a realização da ação.

Fonte: Elaborado pela autora.

É importante ressaltar que a abertura da escola ao diálogo gera um sentimento de confiança entre os diversos atores do processo educativo. É deste sentimento que nascem as ações protagonistas dos alunos: a partir do momento que eles percebem que “tem voz”, começam a propor ações e a

integrar de maneira efetiva a escola. Assim, ações organizadas e coordenadas por eles podem ser incentivadas.

Espera-se que o estabelecimento das ações acima descritas culmine no estabelecimento desta relação e que, os alunos iniciem um processo protagonista, envolvendo-se de maneira direta com o cotidiano escolar, participando cada vez mais ativamente, até mesmo nas decisões que impactam diretamente sua vida escolar.

Quadro 15 – Plano de ação para o estabelecimento de um sistema de apadrinhamento

O que será feito	Sistema de apadrinhamento
Porque será feito?	Necessidade de acompanhamento dos alunos com possibilidade de evadir do ambiente escolar ou, sujeitos a reprovação.
Por quem será feito?	Supervisão pedagógica, corpo docente e equipe gestora
Onde será feito?	Na própria escola.
Quando será feito?	Ao longo do ano letivo
Como será feito?	Identificação dos alunos em situação de risco de reprovação ou evasão. Distribuição destes alunos entre os professores, de acordo com a afinidade dos mesmos para que os mesmos, dentro das possibilidades do cotidiano escolar possam conversar com estes alunos, colocando-se como pontos de apoio e, incentivando-os sempre. A identificação dos mesmos deve ser realizada após a análise dos resultados das avaliações diagnósticas, observando-se aqueles alunos com índices insatisfatórios em Língua Portuguesa e Matemática e, os que apresentam distorção idade-série igual a dois anos ou mais pois, tendem a apresentar maior propensão a deixarem a escola.

Quanto custará?	Não há custos para a realização da ação.
------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora.

3.3 Organização de uma Semana de Avaliações

A organização prévia do ambiente escolar garante a possibilidade de organização de alunos e seus familiares e, conseqüentemente, o estabelecimento de relações de responsabilização dos atores que compõe o processo educativo.

A existência de um calendário de avaliações e de reuniões de responsáveis é reconhecida pela quase totalidade dos alunos envolvidos no presente estudo, sendo considerada *muito importante* ou *importante* para mais de 92% dos envolvidos. Estas duas ações permitem a escola realizar uma cobrança real sobre o compromisso dos alunos com os estudos e, das famílias sobre o acompanhamento escolar dos mesmos.

Devido ao alto índice de alunos que consideram tais ações relevantes para seu comparecimento e permanência a escola, detalha-se a implantação das mesmas a seguir.

Quadro 16 - Plano de Ação para organização de um calendário de Avaliações (Semana de Avaliações)

O que será feito	Organização de Calendário de Avaliações (Semana de Avaliações)
Porque será feito?	95,39% consideram a Semana de Avaliações muito importante ou importante para seu comparecimento a escola.
Por quem será feito?	Direção e especialistas da educação
Onde será feito?	Na própria escola
Quando será feito?	No primeiro dia de planejamento do ano escolar em reunião com os professores, colegiado e representantes de turma.

Como será feito?	Serão definidos as semanas de avaliação bimestral (uma semana por bimestre), onde os alunos serão submetidos de duas ou mais disciplinas para avaliação diária. As avaliações ocorrerão o segundo e terceiro horário de aulas.
Quanto custará?	Não há custos financeiros para realização da ação

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 17 - Plano de Ação para Organização de um calendário de reunião de pais divulgado no início do ano letivo

O que será feito	Organização de Reuniões de pais, conforme calendário divulgado no início do ano letivo
Porque será feito?	92,71% consideram as Reuniões de Pais agendadas e divulgadas previamente muito importante ou importante para seu comparecimento a escola.
Por quem será feito?	A elaboração do cronograma de reuniões deverá ser elaborado pela direção e supervisão escolar.
Onde será feito?	Na própria escola.
Quando será feito?	No início do ano escolar para divulgação no primeiro dia letivo.
Como será feito?	Através da elaboração de um cronograma que deverá ser divulgado e todos os alunos e, entregue a cada um dos responsáveis. Ao término de cada reunião o responsável receberá um panfleto informativo que, além de apresentar as ações realizadas pela escola indicará quais atividades acontecerão em seguida, destacando-se a próxima reunião de responsáveis.
Quanto custará?	O custo de tal divulgação é restrito as impressões de folhetos/bilhetes informativos e, são proporcionais ao comporta de alunos de cada escola.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.4 Projetos recuperadores

Os dados apresentados no capítulo 2 a respeito do Relatório do Instituto Unibanco destacam que alunos sem defasagem praticamente não deixam a escola.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento de ações de intervenção pedagógica, em especial no primeiro ano do ensino médio, são de suma importância para diminuir as barreiras pedagógicas com que os alunos deparam-se ao ingressar no ensino médio, combatendo assim a desmotivação dos mesmos.

A seguir são apresentadas três propostas de ações a serem executadas no ensino médio de escolas públicas estaduais com o intuito de reduzir os índices de evasão, abandono e infrequência, com base nos dados levantados pela pesquisa de campo desenvolvida pelo presente estudo.

Sabe-se que a leitura e a escrita são pilares do processo educativo. Como destaca Pereira (2010) é preciso despertar no aluno o interesse pela escrita e, fazer com que esse conheça as inúmeras possibilidades que estão postas culturalmente e ter a capacidade de selecionar o gênero no qual se discurso se realizará, escolhendo aquele que for apropriado aos seus objetivos e à circunstância enunciativa em questão.

Desta forma, trabalhar com o maior número de gêneros textuais possíveis e, apresentar ao aluno diferentes temas para que o mesmo possa apoiar-se ao realizar uma produção de texto, pode apresentar-se como um mecanismo de otimização da escrita e leitura dos alunos e, conseqüentemente, interferir de maneira positiva no desempenho escolar dos mesmos.

Sendo assim, propõe-se a realização da implantação da Ação “Caderno de Redação”, detalhada no quadro a seguir.

Quadro 18 - Plano de Ação para implantação do projeto “Caderno de Redação”

O que será feito	Caderno de Redação
Porque será feito?	86,20% dos alunos envolvidos na pesquisa indicam que a realização do projeto “caderno de redação” ao longo do ano é <i>importante</i> ou <i>muito importante</i> para a frequência dos mesmos a escola.
Por quem será feito?	Professores e supervisão pedagógica.
Onde será feito?	Na própria escola.
Quando será feito?	Ao longo de todo ano letivo 2020.
Como será feito?	Os alunos deverão destinar um caderno único para o projeto que, deverá permanecer na escola por todo o ensino médio. Caso seja viável, a escola poderá fornecer os cadernos aos alunos. O supervisor deverá organizar armários/prateleiras para que os cadernos sejam separados por turma. Ao longo do bimestre letivos os professores de cada disciplina deverão propor a realização de duas produções de textos sobre temas relacionados a seus conteúdos que, totalizarão dois créditos na distribuição de créditos do bimestre. Os professores de Língua Portuguesa utilizarão o caderno para realização de pelo menos uma redação semanal. Para melhor viabilização do projeto as produções podem ser realizadas em uma folha separada, permitindo assim que o professor a leve para correção que, deverá posteriormente ser colada no caderno e, dependendo da situação, tal produção poderá ser reescrita pelo aluno. O caderno de redação acompanhará o aluno pelos três anos do ensino médio com o intuito de que o mesmo possa sempre verificar suas falhas e avanços.
Quanto custará?	A ação proposta acarretará custo a instituição de ensino caso a mesma opte por disponibilizar os cadernos aos alunos e, será proporcional ao número de alunos atendidos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 19 - Plano de Ação para implementação do projeto de Monitoria na semana de outubro

O que será feito	Monitoria Semana de Outubro
Porque será feito?	95,39% dos alunos envolvidos na pesquisa indicam que a realização de monitoria na Semana de Outubro é <i>importante</i> ou <i>muito importante</i> para a frequência dos mesmos a escola.
Por quem será feito?	Equipe gestora, professores e supervisão pedagógica.
Onde será feito?	Na própria escola.
Quando será feito?	Semana de recessos escolar do mês de outubro.
Como será feito?	Os professores selecionarão alguns alunos monitores que se dispuserem a assumir tal função no período propostos e, elaborarão uma série de atividades de intervenção pedagógica que serão repassadas com estes alunos na sexta feira que antecede a semana de recesso. Na semana anterior a tal recesso, a supervisora pedagógica após realizar um levantamento dos alunos com risco de terem que participar das recuperações finais do ano (estudos independentes), convidará os alunos para participarem da monitoria que tem como objetivo possibilitar ao aluno com dificuldade consolidar habilidades através da aprendizagem com seus pares.
Quanto custará?	O custo de tal ação é restrito as impressões de atividades propostas pelos professores e, são proporcionais ao número de alunos. de cada escola.

Fonte: Elaborado pela autora.

A monitoria realizada no ano de 2019 pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” contou com a presença de 92 alunos que, desenvolveram atividades junto aos monitores das disciplinas de Matemática, Inglês, Física e Biologia, no horário que seria destinado a aula, por quatro dias, sendo dois dias destinados a Matemática e, um concomitante a Matemática e Inglês e, um cada uma das demais disciplinas.

Quadro 20 - Plano de Ação para implementação do projeto de Sistema de monitoria ao longo do ano

O que será feito	Monitoria realizada ao longo do ano letivo
Porque será feito?	72,50% dos alunos envolvidos na pesquisa indicam que a realização de monitoria ao longo do ano é <i>importante</i> ou <i>muito importante</i> para a freqüência dos mesmos a escola.
Por quem será feito?	Professores e supervisão pedagógica.
Onde será feito?	Na própria escola.
Quando será feito?	A partir de agosto de 2020.
Como será feito?	Os professores selecionarão alguns alunos monitores que se dispuserem a assumir tal função no período propostos e, elaborarão uma série de atividades de intervenção pedagógica que serão repassadas com estes alunos semanalmente. Também farão parte do grupo de monitores aqueles que se apresentarem de maneira voluntária, independente de seu desempenho pedagógico, atuando no auxílio a estruturação do projeto. A monitoria deverá ocorrer uma vez por semana e, sugere-se que se inicie no primeiro momento com a disciplina de Matemática. Os alunos monitores poderão obter créditos extras por sua disponibilidade em atuar na ação, mediante aprovação do professor da disciplina. A monitoria poderá acontecer no sexto horário ou contra-turno, de acordo com a realidade da comunidade de cada instituição de ensino.
Quanto custará?	O custo de tal ação refere-se às impressões de atividades propostas pelos professores, proporcionais ao número de participantes e, ao fornecimento de um lanche aos alunos envolvidos. Caso a escola opte pela realização no sexto horário, sugere-se que o lanche seja uma fruta e, caso ocorra no contra-turno, poderá ser oferecida a própria merenda do turno.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 21 - Plano de Ação para implementação do projeto de Encaminhamento de Emprego

O que será feito	Possibilidade de encaminhamento de emprego
Porque será feito?	95,01% dos alunos envolvidos na pesquisa indicam que a possibilidade de encaminhamento para emprego é <i>importante</i> ou <i>muito importante</i> para a freqüência dos mesmos a escola.
Por quem será feito?	Equipe gestora
Onde será feito?	Na própria escola.
Quando será feito?	No primeiro semestre letivo de 2020
Como será feito?	Estabelecimento de parcerias com empresas da região escolar ou, instituições de encaminhamento do projeto “Jovem Aprendiz”, para a indicação de alunos para o mercado de trabalho. O gestor deve ter em mente que o encaminhamento não deve estar atrelado apenas ao aluno que possuiu as melhores notas, mas sim, aqueles que mais necessitam levando-se em conta questões sociais. É certo que o desenvolvimento pedagógico tem ligação com a situação social do aluno e, uma oportunidade de emprego pode mudar de maneira considerável o resultado pedagógico do adolescente. O gestor nunca deverá indicar apenas um aluno para uma colocação mas, sim, enviar de três a mais discentes para participarem de uma entrevista/processo de seleção. É a empresa ou instituição quem deve selecionar o aluno a ser contratado e não a escola.
Quanto custará?	A ação não apresenta custos à instituição.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.5 Avaliação e monitoramento das ações propostas no PAE

A elaboração do Plano de ação educacional apresentado neste estudo tem por objetivo possibilitar a implementação de ações, em escolas que oferecem ensino médio, capazes influenciar de maneira positiva a redução dos índices de abandono, evasão e infrequência .

As ações e estratégias apresentadas no PAE baseiam-se em ações já realizadas em uma escola da modalidade de ensino em questão e, que são consideradas pelos alunos como relevantes para seu comparecimento e permanência na escola, fato constatado pela pesquisa de campo realizada e descrita no capítulo 2 deste estudo.

Desta forma, há necessidade de monitoramento e avaliação constantes das ações, pois, adaptações podem ser necessárias para que estas alcancem o sucesso esperado, uma vez que serão aplicadas em comunidades escolares diferenciadas que, possuem peculiaridades. Sabemos que nenhuma escola ou aluno é igual ao outro, mas, partindo de uma experiência de sucesso as chances de alcançarmos resultados satisfatórios são muitas.

Diante da classificação das ações a serem realizadas, as ações constantes nos quadros 10 e 15 não apresentam ligação no PAE. No entanto, o estreitamento de laços entre os “padrinhos” e os estagiários do projeto de psicologia, torna-se de suma importância para a máxima troca de informações a cerca do aluno.

Destacando-se o diálogo como base no PAE apresentado, ressalta-se que tal plano deve ser apresentado a toda comunidade escolar garantindo assim que todos possam conhecê-lo e, tomar ciência das ações que tem como foco a melhoria dos resultados da instituição de ensino e conseqüentemente, da qualidade da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF), teve como objeto de estudo a análise das ações desenvolvidas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos”, durante o período compreendido entre 2016 e 2019, que resultaram na redução dos índices de abandono, evasão e infrequência – três das quatro grandes barreiras do ensino médio- nas turmas de ensino médio da instituição, com destaque para o 1º ano, considerado o grande gargalo desta etapa educacional.

Para tal, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para reunir informações importantes sobre a temática e, informações junto ao Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE) para demonstrar que a Escola Estadual “Monsenhor Domingos” é sim um caso de sucesso no que tange a redução dos índices de evasão, abandono e infrequência no ensino médio.

Ao longo da retomada bibliográfica realizada no presente estudo, deparamo-nos com as afirmações de Filho e Araújo (2017) que afirmam que a evasão é um dos relevantes temas que historicamente fazem parte dos debates e reflexões na esfera da educação pública e, do Instituto Unibanco (2013) que destaca que tal processo é fruto de um processo lento de desengajamento do estudante da escola, com sinais muito antes do fato em si: faltas, repetências, não realização das tarefas etc.

Tais características podem ser compreendidas ao analisarmos a história da educação brasileira: a existência e expansão da escola sendo apresentou ligação intrínseca com os anseios de classes dominantes e nunca com as necessidades reais do principal ator do processo educativo: o aluno.

A educação brasileira surge no processo de catequização dos jesuítas, sofrendo sua primeira transformação com a chegada da família real ao país: era necessário neste momento adequar-se a corte portuguesa! Assim, o sistema educacional instituído tinha como foco a chamada população “nobre”. Como destaca Piana (2009), não havia interesse que a escolarização atingisse a classe subalterna. Tal classe só entraria em foco com o início do período

industrial no Brasil, através da chamada “universalização das primeiras letras”, e, o ensino secundário – hoje ensino médio – aparece na agenda pública devido à necessidade de se formar mão de obra qualificada para a indústria. Sendo assim, por anos a educação brasileira atendeu diretamente a necessidade econômica: formar mão de obra através do chamado ensino técnico.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), o governo brasileiro dá uma nova cara ao ensino médio no país: determina-se que o ensino médio é a etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o trabalho e cidadania.

Chegamos a 2020 com uma nova reformulação do ensino médio brasileiro, o chamado Novo Ensino Médio, envolto ao discurso de protagonismo do educando, mas, embasado novamente na perspectiva econômica do país. Destacamos que não houve menção ao longo do presente estudo a Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em razão da falta de informações concretas sobre a operacionalização da mesma. Sabe-se que a lei em questão estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto diversos são os entraves para a operacionalização das novas determinações e, até a apresentação deste, nenhuma medida efetiva para implantação do denominado “Novo Ensino Médio” foi apresentada as unidades escolares.

Sendo assim, as considerações realizadas no presente estudo delimitam-se ao ensino médio até a data de hoje existente, destacando que nos deparamos com mais um momento da história onde o modelo educacional é alterado, mas a escola em si não sofre reformulação. A escola pública brasileira continua com formatos do século passado, deixando de fora das decisões da mesma seu principal ator: o aluno.

A pesquisa de campo realizada e apresentada neste estudo dedicou-se a analisar o contexto escolar sob o olhar dos discentes em dois momentos

distintos: um no ano de 2016 e outro no ano de 2019. Após apresentação dos relatos dedicou-se a análise da importância atribuída pelos alunos às ações que os mesmos reconheciam existir na escola, para seu comparecimento diário a escola e, permanência na mesma. Concluiu-se que os motivos relativos a frequência e permanência apresentam variação quando ao grau de importância inferior a dois pontos percentuais nos casos em que esta é maior e, assim, apresentou-se os resultados como similares.

Os dados apresentados ao longo do percurso metodológico da pesquisa de campo realizada para fins deste estudo demonstram que as informações fornecidas pelos alunos vão de encontro às afirmações de Camargo e Rios (2012) que destacam a importância do reconhecido por parte dos profissionais da escola das insatisfações da comunidade escolar. Após análise das informações obtidas juntos aos alunos na “Semana da Escola em Movimento” realizada em 2016, as ações desenvolvidas pela equipe gestora e corpo docente apresentaram impacto positivo, observados nos relatos dos alunos ao longo da realização dos “Itinerários Avaliativos” em 2019.

Já as análises dos dados da pesquisa de campo corroboram com os motivos destacados por Ferreira (2013) citado por Filho e Araújo (2017), de que a escola não atrativa, autoritária, com ausência de motivação e com pais desinteressados em relação ao destino dos filhos, pode ser classificada como fatores determinantes para a evasão escolar. Tais características também são citadas por Verhine e Melo (2008 *apud* Silva, 2016). Os dados obtidos na pesquisa também vão de encontro às informações de Costa, Guimarães e Rocha (2015), de que a infrequência abrange diversas causas como as dificuldades de relacionamento, aprendizagem, desmotivação, aspectos físicos e organizacionais da escola. Medidas de ordem administrativa apresentaram grande reconhecimento por parte dos alunos e, foram classificadas por sua maioria como importantes fatores para o comparecimento dos mesmos a escola.

Faz-se necessário destacar que a infrequência geral o abandono que, por sua vez pode culminar na evasão escolar.

A escassez de pesquisas sobre a problema da infrequência é destacada por Costa, Guimarães e Rocha (2015) o que, segundo os autores, demonstram uma dificuldade tanto de compreensão do problema quanto da formulação de

projetos para sua resolução. Levando-se em consideração esta afirmação é interessante ressaltar a importância atribuída pelos alunos ao atendimento psicológico realizado na instituição. Destacam-se ainda as informações apresentadas no capítulo 3 sobre o “peso da adolescência”.

Zibas (2005) destaca que a heterogeneidade do aluno reforça a crítica aos métodos tradicionais de ensino, exigindo uma reforma que torne a escola média realmente inclusiva. A importância dada pelos alunos ao atendimento psicológico e as possibilidades de diálogo e atendimento por parte de professores, supervisão e direção escolar, demonstram a necessidade de acolhimento destes alunos e, vão de encontro a afirmação de Zibas.

Sendo assim, selecionadas as ações de maior relevância para os componentes da amostra do presente estudo, elaborou-se um PAE a ser replicado em escolas que oferecem ensino médio esperando-se obter resultados satisfatórios quanto à redução dos índices de evasão, abandono e infrequência, uma vez que os pontos levantados pelos alunos como problemas em 2016 e, potencialidades em 2019, além da classificação das ações desenvolvidas através da aplicação do questionário, vão de encontro à literatura apresentada no estudo, proveniente de pesquisas realizadas com amostras diversas.

No entanto faz-se necessário destacar um ponto primordial para o sucesso da realização das ações elencadas no PAE apresentado: a gestão.

Ao longo das entrevistas apresentadas neste estudo, as servidoras da superintendência regional de ensino destacam a gestão baseada no diálogo, no compartilhamento, com foco no protagonismo como um diferencial da escola analisada. É importante destacar que gerir uma escola com essas características ultrapassa o terreno do “querer fazer”. Gerir uma instituição de ensino pública na atualidade e conduzi-la a um modelo de gestão realmente democrática é um desafio que cobra do gestor sua função política.

Definir horários de planejamento, propor ações que realmente foquem no aluno e considerem suas necessidades/potencialidades dentre outras propostas apresentadas no PAE deste estudo, são ações que abalam a estrutura histórica da operacionalização do processo de ensino: conservador, elitista e que tem como centro real de decisão o professor.

Muitas das ações propostas neste estudo dependem da capacidade do gestor e de sua equipe em quebrar as resistências do sistema e de sua equipe e, para tal, alguns passos são de suma importância. Destacam-se entre eles o conhecimento real das leis que regem a educação, pois ações pautadas na legalidade podem ser questionadas, mas são facilmente defendidas e concretizadas.

É importante lembrar que se tratando especificamente de Minas Gerais, diversas práticas existentes na administração escolar são justificadas por “leis inexistentes”. Isso significa que práticas adotadas há anos atrás vêm sendo reproduzidas há anos, tornando-se “leis” perante os olhos e vontade do servidor. Em relação a esta questão pode-se situar a situação de distribuição de turmas, extensão de carga horária, organização do quadro de horários e até mesmo o tão falado “dia do aniversário”.

Todas as situações acima mencionadas são facilmente banidas do cotidiano escolar através da aplicação das leis e resoluções vigentes e, apresentam-se em vários momentos como barreiras na implantação de rotinas que realmente culminem em melhorias na educação. Á exemplo destaca-se a situação da organização do quadro de horários: a legislação não determina em momento algum que um professor regente de aulas tem direito a escolha de dia (s) de folga ou “janelas”, determina apenas a carga horária semanal do mesmo. Sendo assim, a elaboração de um horário pautado no benefício pedagógico pode ser facilmente elaborado de maneira a garantir um horário de planejamento coletivo, conforme proposto pelo PAE deste estudo. No entanto, a prática perpetuada em algumas instituições de ensino de que o professor pode e deve escolher os dias e horários os quais irá desempenhar suas funções joga por terra tal possibilidade.

Talvez o grande dilema da efetivação de uma gestão pautada na legislação e no foco pedagógico das instituições esteja arraigado na relação *gestor x professor*. Em relação a tal relação deve-se ter em mente que o trabalho de formação dos profissionais da educação deve ser constante no ambiente escolar e, infelizmente, pode não atingir a todos, mas uma pequena parcela já é o suficiente para o início de um trabalho inovador que pode ter como resultado a atuação ativa do corpo docente, principal mola impulsionadora do trabalho docente. Alunos ativam acabam, de uma maneira

ou outra, levando o professor a adotar não necessariamente uma nova visão, mas com certeza um novo perfil de trabalho e, isso já se caracteriza como um grande avanço!

Deve-se observar que toda ação pautada na legislação é facilmente justificada e defendida perante qualquer segmento da comunidade escolar, além de ser facilmente apoiada pelas esferas hierárquicas do sistema educacional.

Já a parceria da equipe gestora junto à comunidade é outro fator importante para que decisões possam realmente ser tomadas de maneira coletiva. Ressalta-se que tal parceria possui diferentes etapas, pois se baseia em relações de confiança, mas externa-se na presença da comunidade no cotidiano escolar e, em termos gerenciais na atuação do Colegiado Escolar. O Colegiado Escolar junto ao Projeto Político Pedagógico da escola são de fato os instrumentos capazes de alicerçar o desenvolvimento de ações que alterem a estrutura administrativa e pedagógica das unidades de ensino, sendo tais alterações capazes de produzir efeitos positivos sobre os resultados das mesmas.

Estar à frente de uma instituição de ensino requer do gestor uma capacidade de diálogo e articulação, além de condicionamento psicológico para lidar com as adversidades cotidianas que não são comuns a todos os servidores da educação. Aqueles que se candidatam a tal função devem ter em mente sempre que seu objetivo deve ser “fazer o que deve ser feito”. Não é fácil! Vários são os embates e, não menores os momentos onde o questionamento “vale à pena?” tomará conta da mente. No entanto, serão os pequenos detalhes do cotidiano que, em conjunto, demonstrarão que as mudanças são possíveis e que o trabalho “vale a pena”!

Cada uma das ações elencadas no PAE apresentado demonstra uma interligação e, exteriorizam o amadurecimento da instituição de ensino como um todo e, isso ocorre de maneira gradativa. No entanto, o plano apresentado caracteriza-se como ponto de partida para a preparação das unidades escolares para o exercício da ação-reflexão-ação e, conseqüente, implantação de ações com foco no protagonismo juvenil e na prática democrática com foco no objeto de todo sistema educacional: o aluno.

É importante destacar que a própria situação da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” apresentada demonstra que a mesma encontra-se neste processo de amadurecimento.

A realização da oficina de vôlei - coordenada pelos alunos do ensino médio com ampla participação dos alunos do ensino fundamental como alunos – e da oficina de zumba – voltada principalmente ao atendimento de mães e servidores da escola, apresentam os mais baixos índices de importância atribuída pelos alunos. No entanto, uma análise crítica das duas ações, demonstra o grau de reconhecimento do aluno da importância de sua participação ativa na comunidade escolar e, o reconhecimento por parte da comunidade da escola como uma instituição realmente pertencente a ela. No entanto, os alunos de ensino médio participantes deste estudo, por estarem em processo de formação e conseqüente amadurecimento, não compreendem ainda a complexidade da relação entre tais atividades e o desenvolvimento da escola como instituição social pautada no desenvolvimento integral do indivíduo.

Espera-se que os dados apresentados ao longo do estudo expressem a importância da realização de ações que busquem a minimização dos índices de evasão, infrequência e abandono no ensino médio brasileiro, principalmente no que diz respeito ao primeiro ano desta etapa educacional, e que o PAE apresentado configure-se como um mecanismo de auxílio às instituições de ensino para efetivação de trabalhos exitosos.

REFERÊNCIAS

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. **Os anos 1920 e os novos caminhos da educação**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.19, p. 111 -116, set. 2005 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4827/art08_19.pdf. Acesso em 09 de novembro de 2018.

ANDRÉ, M. E. D. A. Estudo de caso: seu potencial na educação. **Cadernos de Pesquisa: revista de estudo e pesquisa em educação**, São Paulo, v. 49, p. 51-54, maio 1984.

ARAÚJO, Sandra Maria Baccara. Adolescendo. Centro de Estudo, Pesquisa e Atendimento Psicológico (CEPAPsi). *In: Conversando sobre saúde com adolescentes: Instituto Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015498.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

AQUINO, M. G. DA S. **Atuação da equipe gestora das escolas de Ensino Médio diante da evasão: um estudo de caso de duas escolas do município de Itacoatiara – AM**. Juiz de Fora, 2013. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.mestrado.caeduff.net/menu/dissertacoes-defendidas>. Acesso em 18 de janeiro de 2019.

AURIGLIETTI, Rosângela Cristina Rocha. Evasão e abandono escolar: causas, conseqüências e alternativas – o combate a evasão escolar sob a perspectiva dos alunos. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Artigos 2014. Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3 Cadernos PDE. Governo do Estado do Paraná. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_ped_artigo_rosangela_cristina_rocha.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2018.

BALD, Volnei André; FASSIN, Edí. **Reforma do ensino médio: resgate histórico e análise de posicionamento a respeito da lei nº13.415/17 por meio de revisão de literatura**. Universidade do Vale do Taquari. Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1868/1/2017VolneiAndreBald.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2018.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Conseqüências da repetência sobre o desempenho educacional**. Ministério da Educação e do Desporto. Projeto de Educação Básica para o Nordeste, 1998.23 p. (Série Estudos, n. 7). Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000556.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2019.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Revista Acta**

Scientiarum Education. Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, July-Dec., 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17497>. Acesso em 29 de novembro de 2018.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Lei 5.692, de 11 de agosto 1971.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 de novembro de 2018.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 22 de outubro de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Indicadores Educacionais.** Portal do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em 08 de junho de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Nº9394/96. Brasília. MEC, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014-2024.** Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em 12 de junho de 2018.

BURGOS, M.; CARNEIRO, A.V.; MATOS, M.; CAMASMIE, M.J.; CASTRO, R.; MONTEIRO, S.L. Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio -Desigualdade & Diversidade** n. 15, jul/dez, 2014, pp. 71-105. Disponível em: http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/DD_15_5-Burgos.pdf. Acesso em 15 de dezembro de 2018.

CAMARGO, Douglas Branco; RIOS, Mônica Piccione Gomes. **A evasão escolar na 1ª série do ensino médio no município de Joaçaba.- SC.** IX ANPED Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/11130/945>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Estatísticas de desempenho escolar: o lado avesso.** Revista Educação e Sociedade, ano XXII nº 77. Dezembro de 2001.

COSTA, Mayara Rego; GUIMARÃES, Eusanir dos Santos; ROCHA, Silvia Maria Oliveira. **Sobre a infrequência de alunos do ensino médio numa escola pública estadual do Maranhão.** Revista Ensino & Multidisciplinaridade, São Luís, v. 1, n. 2, p. 122-137, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ens->

[multidisciplinaridade/article/view/4210/2234](#). Acesso em 01 de dezembro de 2018.

FERRARO, Alceu Ravello; ROSS, Steven Dutt. **Diagnostico da escolarização no Brasil na perspectiva da exclusão escolar**. Revista Brasileira de Educação. Vol 22, nº 71, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000400217&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 12 de junho de 2018.

FILHO, Raimundo Barbosa Silva; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis conseqüências. Revista Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito>. Acesso em 20 de julho de 2019.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, Passo Fundo, p. 112-124, jan./jun. 2010

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2002.

JUNIOR, Fernando Tavares; COSTA, Márcio da Costa. Aprendizagem Visível: Algumas lições de John Hattie. *In*: JUNIOR, Fernando Tavares (Org). **Rendimento Educacional no Brasil**. Juiz de Fora: Olps Gráfica, 2018

JUNIOR, Fernando Tavares; FARIA, Victor Basilio; LIMA, Marcos Alves de. Indicadores de fluxo escolar e políticas educacionais: avaliação das ultimas décadas. **Revista Est. Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 23, n. 52, p.48-67, maio/ago2012.

JUNIOR, Fernando Tavares; MONT'ALVÃO, Arnaldo; NEUBERT, Luiz Flávio. Rendimento escolar e seus determinantes sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol3, nº06. Dezembro, 2015.

JUNIOR, Fernando Tavares; NEUBERT, Luiz Flávio. **A qualidade da educação e a disseminação de sistemas de avaliação**. Revista Est. Avaliação Educacional, v 25, n.59, p.22-48. Setembro de 2014.

KOCH, Zenir Maria; HANFF, Beatriz B.C.; LEMOS, Grayce. **A reprovação escolar: um desafio para as políticas educacionais**. 2005? Disponível em: Disponível em: https://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/469.pdf. Acesso em 10 de junho de 2018.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Caderno de Pesquisa**, v.41, n144, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-

[15742011000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](#). Acesso em 12 de setembro de 2018.

LIMA, Leonardo Claver Amorim; GOMES, Candido Alberto. Ensino médio para todos: oportunidades e desafios. **Revista Brasileira de Estudos da Pedagogia (online)**. Brasília, v.94, n. 238, p. 765-769, set/dez 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n238/a06v94n238.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

MELLO, Elizabeth Ribeiro. **Elementos contributivos para redução da repetência: o caso do CIEP Brizolão 386**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <http://www.mestrado.caeduffj.net/elementos-contributivos-para-reducao-da-repetencia-o-caso-do-ciep-brizolao-386-2/>. Acesso em 07 de maio de 2018.

MESQUITA, Silvana Soares de Araújo; LELIS, Isabel Alice Oswaldo Monteiro. **Cenários do Ensino Médio no Brasil**. Ensaio: avaliação, política pública e educação. Rio de Janeiro, v.23, n.89, p.821-842, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

MORAES, Fabiana Arrais Gouveia. **Possíveis estratégias para a redução da reprovação em uma escola pública do Rio de Janeiro**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <http://www.mestrado.caeduffj.net/possiveis-estrategias-para-a-reducao-da-reprovacao-em-uma-escola-publica-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em 13 de setembro de 2018.

NEUBAUER R.; DAVIS, C.; TARTUCE, G.L.B.P.; NUNES, M.M.R. Ensino médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos da Pedagogia (online)**. Brasília, v.92, n. 230, p. 11-33, jan/abr 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjKv7LpoPbmAhUjHrkGHbCkBI8QFjAAegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Frbeb.inep.gov.br%2Fojs3%2Findex.php%2Frbeb%2Farticle%2Fdownload%2F2918%2F2653%2F&usq=AOvVaw2rpbDGUEyqQEhrzFhJHlrB>. Acesso em 15 de setembro de 2018.

PEREIRA, Liliane. **Mapeamento inicial das capacidades de linguagem no processo de avaliação formativa**. Universidade Estadual de Londrina, 2010. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/mapeamento_inicial_das_ca

pacidades de linguagem no processo de avaliacao formativa.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2019.

PEZZI, Fernanda Aparecida Szarecki; MARIN, Angela Helena. **Fracasso Escolar na Educação Básica: revisão sistemática da literatura**. Revista Temas em Psicologia, vol.25, nº1, março/2017.

PIANA, Maria Cristina. **As políticas educacionais: dos princípios de organização à proposta da democratização**. Capítulo: A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-03.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2018.

PRADO, Iara Glória de. **LDB e políticas de correção de fluxo escolar**. Brasília, vol. 17, n. 71, 2000, p.p. 49-56.

PUENTE, R.V.; LONGAREZI, A.M.; AQUINO, O.F.. A situação do Ensino médio em Minas Gerais: uma análise do desempenho no município de Uberlândia. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v.17, n 2, p.141-167, jul/out 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/artigo-6.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2018.

QEDU, Plataforma. **Taxas de Rendimento**. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento/>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a Evasão Escolar: para se pensar na inclusão escolar. **25ª Reunião anual da Anped**, Caxambu, v.1, n.1, p.01-01, 2012. Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/15>. Acesso em 12 de agosto de 2019.

SANTOS, Rulian Rocha dos Santos. **Breve histórico no ensino médio no Brasil**. Seminário de cultura e política na primeira república: campanha civista na Bahia. Universidade Estadual de Santa Catarina, 2010. Disponível em: www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/rulianrocha.pdf. Acesso em 23 de setembro de 2018.

SAVIANI, Demerval. **A escola pública brasileira no longo século XX (1890-2001)**. III Congresso Brasileiro de História da Educação. Sessão de Comunicação Coordenada: "O século XX brasileiro: da universalização das primeiras letras ao Plano Nacional de Educação (1890-2001)". Curitiba, 2004. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/483.pdf>. Acesso em 02 de novembro de 2018.

SILVA Marcos Jonatas Damasceno da. As causas da evasão escolar: estudo de caso de uma escola pública de Ensino Fundamental no município de Acará

– PA. **Revista InterEspaço** Grajaú/MA v. 2, n. 6 p. 367-378 maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/viewFile/6502/4164>. Acesso em 04 de dezembro de 2018.

SILVA, P.B.C.da; REZENDE, N.C.R.; QUARESMA, T.C.C.; CHRISPINO, A. Sobre o sucesso e o fracasso no Ensino Médio em 15 anos (1999 e 2014). **Ensaio: avaliação e políticas públicas educacionais**. Rio de Janeiro, v.24, n. 91, p. 445-476, abr./jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362016000200445&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 14 de setembro de 2018.

SOARES, T.M.; FERNANDES, N. da S.; NÓBREGA, M.C.; NICOLELLA, A.C.. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201507138589757>. Acesso em 18 de julho de 2019.

UNIBANCO, Instituto. **ENSINO MÉDIO: como aumentar a atratividade e evitar a evasão**. Gestão do Conhecimento Instituto Unibanco Linhas de Pesquisa 2009/2010. Universidade de São Paulo – USP, 2013. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/ensino_medio-como_aumentar_a_atratividade_e_evitar_a_evasao.pdf. Acesso em 09 de setembro de 2019.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**. Unicef para cada criança, 2015. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/cenario_exclusao_escolar_brasil.pdf. Acesso em 01 de dezembro de 2018.

VASCONCELLOS; Celso dos Santos. Avaliação: **Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. 15ª edição. São Paulo: Sibertad, 2005

ZIBAS, Dagmar M.L.. **A reforma do ensino médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas**. Revista Brasileira de Educação. Nº 28. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000100003. Acesso em 20 de setembro de 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A

INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

Caro aluno (a),

As questões abaixo relacionadas visam identificar fatores importantes que podem contribuir para a melhoria do ensino ofertado pelas escolas de nível médio.

Seu comprometimento com o preenchimento do questionário a seguir é de suma importância para que possamos traçar e avaliar estratégias para melhoria contínua de nosso sistema de ensino.

Contamos com sua participação!

Idade: _____ **Gênero** () Feminino () Masculino

Etapa/Ano Atual: () 1ºEM () 2ºEM () 3ºEM

Há quanto tempo estuda nesta instituição de ensino:

- () menos de 1 ano () menos de dois anos
() entre três e cinco anos () mais de cinco anos

Em algum momento de sua trajetória escolar você chegou a abandonar a escola? () Sim () Não

Caso a resposta anterior tenha sido positiva indique qual etapa/ano você cursava, por quanto tempo esteve fora da escola e o motivo que o levou a abandonar os estudos.

Os dados do quadro a seguir referem-se a seu COMPARECIMENTO DIÁRIO a escola.

Leia atentamente as orientações para preenchimento do quadro a seguir:

- 1) Marque com o X na coluna da esquerda as ações as quais você já participou na escola
- 2) Assinale aqueles características/ações existentes em sua escola

2.1) Para cada item marcado como existente em sua escola, utilize a coluna da direita, o grau de importância de cada ação.

3) Determine, dentre as opções constantes no quadro, a ação que você considera mais importante para seu comparecimento a escola _____ e a menos importante _____

Tópicos a serem analisados	A escola apresenta esta característica?		Nada importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante
	SIM	NÃO				
Existência de uma semana de avaliações divulgada no início do ano letivo						
Incentivo a ações formuladas e coordenadas por alunos						
Enturmação com foco na idade cronológica dos alunos						
Atendimento psicológico*						
Projeto de Monitoria						
Possibilidade de diálogo com os professores						
Possibilidade de diálogo com a direção						
Festival de Dança						
Conversas constantes com a supervisora sobre desempenho escolar e dificuldades escolares e familiares						
Projetos recuperadores como o “Caderno de Redação”						
Projetos recuperadores como o “Monitoria” na semana de outubro						
Utilização da escola como ambiente de confraternização (eventos realizados pelos alunos como o Halloween)						
Espaço escolar utilizado no contra-turno por alunos para diferentes atividades						
Ações voltadas ao auxílio de alunos em situação de risco (violência, drogas, depressão, etc)						
Atendimentos aos alunos por parte da supervisão						
Atendimentos aos alunos por parte da direção						
Reunião de pais conforme cronograma anual						
Incentivo através do painel de Destaques do Bimestre						
Sugestões das aquisições para a biblioteca escolar						
Possibilidade de encaminhamento para emprego						

	Participação da família na escola						
	Participação da comunidade no desenvolvimento da escola						
	Festival de Dança						
	Jogos Interclasses						
	Noite Literária						
	Festa como o Halloween						
	Visitas ao Cinema						
	Oficina de Vôlei						
	Oficina de Zumba						
	Workshop Psicológico						

Os dados do quadro a seguir referem-se a sua **PERMANÊNCIA** na escola.

Leia atentamente as orientações para preenchimento do quadro a seguir:

1) Marque com o X na coluna da esquerda as ações as quais você já participou na escola

2) Assinale aqueles características/ações existentes em sua escola

2.1) Para cada item marcado como existente em sua escola, utilize a coluna da direita, o grau de importância de cada ação.

3) Determine, dentre as opções constantes no quadro, a ação que você considera mais importante para sua permanência na

escola _____ e a menos

importante _____

Tópicos a serem analisados	A escola apresenta esta característica?		Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
	SIM	NÃO				
Existência de uma semana de avaliações divulgada no início do ano letivo						
Incentivo a ações formuladas e coordenadas por alunos						
Enturmação com foco na idade cronológica dos alunos						
Atendimento psicológico*						

	Projeto de Monitoria						
	Possibilidade de diálogo com os professores						
	Possibilidade de diálogo com a direção						
	Festival de Dança						
	Conversas constantes com a supervisora sobre desempenho escolar e dificuldades escolares e familiares						
	Projetos recuperadores como o “Caderno de Redação”						
	Projetos recuperadores como o “Monitoria” na semana de outubro						
	Utilização da escola como ambiente de confraternização (eventos realizados pelos alunos como o Halloween)						
	Espaço escolar utilizado no contra-turno por alunos para diferentes atividades						
	Ações voltadas ao auxílio de alunos em situação de risco (violência, drogas, depressão, etc)						
	Atendimentos aos alunos por parte da supervisão						
	Atendimentos aos alunos por parte da direção						
	Reunião de pais conforme cronograma anual						
	Incentivo através do painel de Destaques do Bimestre						
	Sugestões das aquisições para a biblioteca escolar						
	Possibilidade de encaminhamento para emprego						
	Participação da família na escola						
	Participação da comunidade no desenvolvimento da escola						
	Festival de Dança						
	Jogos Interclasses						
	Noite Literária						
	Festa como o Halloween						
	Visitas ao Cinema						
	Oficina de Vôlei						
	Oficina de Zumba						
	Workshop Psicológico						

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA
INSPETOR ESCOLAR/ ANALISTA PEDAGÓGICO

1 Formação Acadêmica e experiência na função de inspetor escolar/ analista pedagógico.

- 1 Período em que acompanha a instituição de ensino em questão.
- 2 Quais os principais avanços você destacaria em relação à Escola Estadual “Monsenhor Domingos” ao longo dos últimos anos?
- 3 Qual o resultado pedagógico mais significativo foi alcançado pela escola em sua opinião? A que você atribui tal resultado?
- 4 Sabemos que cada escola possui uma realidade e uma comunidade diferente, mas, vários são os aspectos comuns a maioria das instituições de ensino. Em relação às demais escolas de ensino médio acompanhadas por você, em sua opinião há algo que difere a Escola Estadual “Monsenhor Domingos” das demais? Se sim, o que seria?
- 5 Em sua opinião, houve o desenvolvimento de alguma ação nos últimos anos que possa ter impactado diretamente os resultados da Escola Estadual “Monsenhor Domingos”? Quais ações você destacaria como motivadoras das alterações dos índices de evasão, infrequência e abandono das turmas de ensino médio da Escola Estadual “Monsenhor Domingos” nos últimos anos?
- 6 Uma vez que seu trabalho envolve a atuação com diferentes instituições de ensino, você considera possível que alguma das ações destacadas anteriormente possam ser aplicadas com impactos semelhantes em outras instituições?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A senhora está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa **“EVASÃO, ABANDONO ESCOLAR E ELEVAÇÃO DA FREQUÊNCIA EM UMA ESCOLA DO CENTRO-OESTE MINEIRO: UM CASO DE SUCESSO NO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO.**

O referido estudo tem por objetivo identificar quais ações desenvolvidas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” podem ter impactado os índices de evasão/abandono e infrequência, culminando na redução destes, especialmente no primeiro ano do ensino médio, através da análise do cenário organizacional e pedagógico construído a partir do ano de 2016 na instituição.

Compreender os motivos que levaram a instituição de ensino em questão a eliminar três das quatro grandes barreiras (evasão, abandono, infrequência e reprovação) que permeiam o ensino médio brasileiro torna-se de suma importância para desenvolvimento de mecanismos que possam auxiliar outras instituições de ensino a obterem resultados semelhantes, culminando em uma melhora sistemática da qualidade desta etapa educacional como um todo.

Para esta pesquisa serão adotados diferentes procedimentos e, gostaríamos que a Sr^a participasse da pesquisa de campo através colaborando através de uma entrevista norteada por um roteiro semi-estruturado. A pesquisa contribuirá para o **desenvolvimento de um plano de ação de combate a evasão, ao abandono e a infrequência, possível de replicação em instituições de ensino que ofertam a última etapa da educação básica, com foco no primeiro ano e, conseqüente impacto direto na qualidade do ensino ofertado pelas instituições de ensino.**

Para participar deste estudo a Sr^a não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, a Sr^a tem assegurado o direito a indenização. A Sr^a terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em

que a Sr^a é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. A Sr^a não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no **Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora** e a outra será fornecida a Sr^a. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados no mesmo local acima indicado.

Eu, _____ portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“EVASÃO, ABANDONO ESCOLAR E ELEVAÇÃO DA FREQUÊNCIA EM UMA ESCOLA DO CENTRO-OESTE MINEIRO: UM CASO DE SUCESSO NO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO”** de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Divinópolis, _____ de _____ de 2019 .

Nome	Assinatura participante
Data	

Nome	Assinatura pesquisador
Data	

Apêndice D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido / Responsáveis

O _____, menor sob sua responsabilidade, está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“EVASÃO, ABANDONO ESCOLAR E ELEVAÇÃO DA FREQUÊNCIA EM UMA ESCOLA DO CENTRO-OESTE MINEIRO: UM CASO DE SUCESSO NO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO**. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a necessidade do desenvolvimento de ações que apresentem impacto positivo sobre os índices de evasão, abandono e infrequência escolar, melhorando assim a qualidade do ensino. Nesta pesquisa pretendemos identificar as ações realizadas pela Escola Estadual “Monsenhor Domingos” ao longo dos últimos quatro anos que possam ter impacto os índices citados.

Caso você concorde na participação do menor ele responderá a um questionário que auxiliará o desenvolvimento desta pesquisa.

Para participar desta pesquisa, o menor sob sua responsabilidade e você não irão ter nenhum custo, nem receberão qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se o menor tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com ele nesta pesquisa, ele tem direito a indenização.

Ele terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Você como responsável pelo menor poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele a qualquer momento. Mesmo que você queira deixá-lo participar agora, você pode voltar atrás e parar a participação a qualquer momento. A participação dele é voluntária e o fato em não deixá-lo participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que ele é atendido. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O nome ou o material que indique a participação do menor não será liberado sem a sua permissão. O menor não será identificado em nenhuma publicação.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão

arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos com para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em deixá-lo participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Divinópolis, _____ de _____ de 2019

Assinatura do responsável

Assinatura do pesquisador

ANGELA SOARES GARCIA

CENTRO DE POLITICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

ANEXOS

Anexo 1

Questionário aplicado aos alunos durante a “Semana da Escola em Movimento” em 2016

Eixo 1 - DIREITO À APRENDIZAGEM

1. Para você, o que é aprender? De que maneira você aprende? O que você espera aprender na escola este ano?
2. Quais habilidades você espera desenvolver na escola? Em que situações você vai utilizá-las? E no trabalho, você vê relação com o que aprende na escola?
3. Há alguma situação que você considera inibidora/constrangedora para a sua participação e aprendizagem na escola?
4. O que você considera que facilita o aprendizado? Quais as suas maiores dificuldades para aprender? Como você avalia o seu aprendizado em Língua Portuguesa e em Matemática?

Eixo 2 - GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

1. Como você acha que pode participar das decisões que influenciam a sua vida escolar? Você acha que a participação na escola pode contribuir com a sua aprendizagem?
2. Existem espaços de participação dos estudantes durante as aulas? Dê exemplos.
3. Existem espaços de participação dos estudantes na escola? Quais? Existe representante de turmas, Grêmios Estudantis ou algum outro formato de organização dos estudantes na sua escola?

Eixo 3 - FORTALECIMENTO DO TRABALHO COLETIVO

1. Que tipo de trabalhos você gostaria de desenvolver junto com os demais colegas? Você acha que o trabalho coletivo pode contribuir com a sua aprendizagem? Como?
2. Você acha que são oportunizados trabalhos coletivos aos estudantes durante as aulas? E fora delas? Dê exemplos.

3. Seus professores trabalham coletivamente e de forma integrada? Há aulas interdisciplinares? E avaliações interdisciplinares?

Eixo 4 - RELAÇÃO DA ESCOLA COM A COMUNIDADE

1. Você aprende além dos muros da escola? Como a comunidade escolar pode contribuir com o seu aprendizado?

2. Pessoas e grupos de fora da escola participam do cotidiano escolar? De que maneira? Você conhece algum grupo da comunidade que poderia contribuir com alguma ação na escola? Qual (quais)? Como poderia(m) contribuir?

3. Você considera que a sua família participa da sua vida escolar? Como? De que maneira a escola pode ampliar e fortalecer as relações com sua família?

Anexo 2

Modelo de folheto de reunião de pais

<p>Reforma do Prédio Escolar</p> <p>É com muita satisfação que conseguimos efetuar a reforma dos telhados dos blocos 1 e 2 de nossa escola! Sabemos o quanto as chuvas eram um transtorno para o cotidiano da escola e, para a segurança de nossos alunos.</p> <p>Graças ao esforço junto a SRE Divinópolis, conseguimos também ampliar o telhado do bloco 2 e reformular a cozinha!</p> <p>O alçerce da quadra também foi tratado e, o "porão" vem sendo transformado em um espaço útil que, tornará outras necessidades da escola possíveis!</p>  <p>Semana de Avaliações</p> <p>24 a 29 de novembro</p>	<p><i>Escola Estadual "Monsenhor Domingos" apresenta:</i></p> <p>III Noite Literária</p> <p>Lançamentos de livros, teatro, declamação de poesia, música e muito mais!</p> <p>Dia: 25 de novembro Horário: 18h Local: Auditório da Faculdade Pitágoras</p>	 <p>Escola Estadual "Monsenhor Domingos"</p> <p>Reunião de Responsáveis</p>  <p>26 de outubro</p>
<p>Renovação de Matrícula</p> <p>18 e 19/11 Manhã: 1º ano EM Tarde: 4º e 5º ano</p> <p>20 e 21/11 Manhã: 2º ano EM Tarde: 6º ao 9º</p>	<p>Aulas de Vôlei para iniciantes</p> <p>Terças, Quintas e Sextas 17h30 às 18h30min</p> <p>Organização: alunos do ensino médio.</p>  <p>ZUMBA</p> <p>Segundas, Quartas 17h30 às 18h30min</p> <p>Aulas com o professor Marcelo Azevedo</p> 	<p>ATENÇÃO!</p> <p>Estão chegando a avaliação do SAEB (Prova Brasil) e do SIMAVE, importantes momentos de diagnóstico da política educacional!</p> <p>Essas avaliações auxiliam não só as políticas públicas relacionadas a educação mas, são responsáveis por nortear o trabalho pedagógico da escola além de serem de grande importância para o percurso escolar dos alunos!</p> <p>Os alunos do 5º e 9º do ensino fundamental e 3º ano do EM participarão das avaliações este ano. Portanto, fiquem atentos! Nenhum aluno poder ficar de fora!</p> <p>Prova Brasil: 05 de novembro</p>  <p>Simave</p> <p>SEM NENHUM ALUNO FORA DO APRENDIZADO</p> <p>Nenhum estudante a menos e todos aprendendo mais!</p> <p>Avaliações SIMAVE 12 e 13 de novembro</p>